

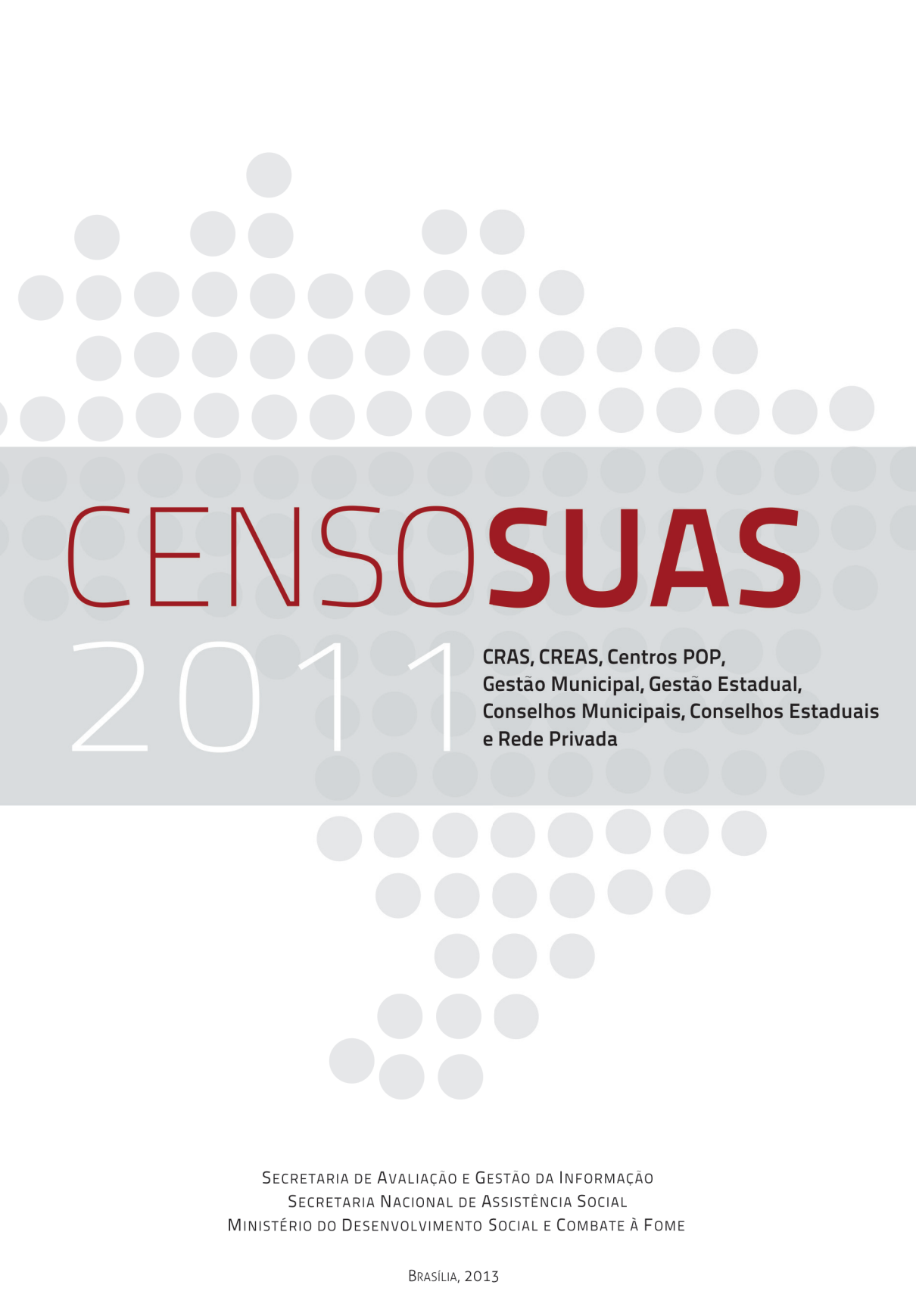


CENSO SUAS

2011

CRAS, CREAS, Centros POP,
Gestão Municipal, Gestão Estadual,
Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais
e Rede Privada

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME



CENSO **SUAS** 2011

CRAS, CREAS, Centros POP,
Gestão Municipal, Gestão Estadual,
Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais
e Rede Privada

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

BRASÍLIA, 2013

Expediente

PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | DILMA ROUSSEFF

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | MICHEL TEMER

MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME | TEREZA CAMPELLO

SECRETÁRIO EXECUTIVO INTERINO | MARCELO CARDONA

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO | PAULO JANNUZZI

SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | DENISE COLIN

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL | ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS

SECRETÁRIO NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA | LUIS HENRIQUE DA SILVA DE PAIVA

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA | TIAGO FALCÃO

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

DIRETOR DE MONITORAMENTO | MARCONI FERNANDES DE SOUSA

DIRETOR DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO | CAIO NAKASHIMA

DIRETORA DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO | PATRÍCIA VILAS BOAS

DIRETORA DE AVALIAÇÃO | JÚNIA VALÉRIA QUIROGA DA CUNHA

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | SIMONE ALBUQUERQUE

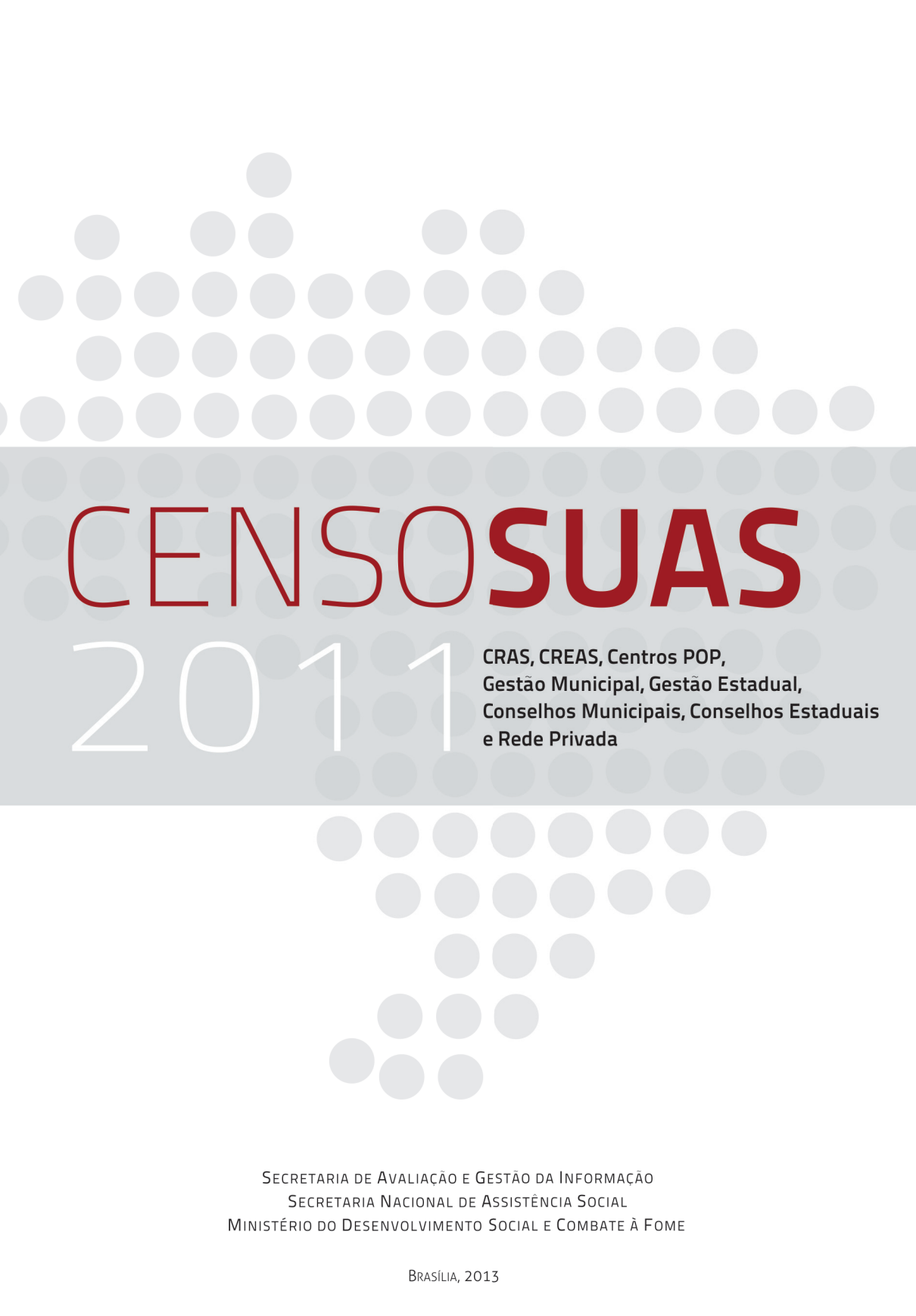
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | MARIA JOSÉ DE FREITAS

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | TELMA MARANHO GOMES

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS | CAROLINA GABAS STUCHI

DIRETOR EXECUTIVO DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | ANTONIO JOSÉ GONÇALVES HENRIQUES



CENSO **SUAS** 2011

CRAS, CREAS, Centros POP,
Gestão Municipal, Gestão Estadual,
Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais
e Rede Privada

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

BRASÍLIA, 2013

PUBLICAÇÃO DA SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Kátia Ozório

PROJETO GRÁFICO: Kátia Ozório

DIAGRAMAÇÃO: Tarcísio Silva

REVISÃO: Arabera Traduções

BIBLIOTECÁRIA: Tatiane de Oliveira Dias

APOIO: Romário Roma Silva, Victor Gomes de Lima e Tainne de Sousa Santos

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

CENSO SUAS 2011: CRAS, CREAS, CENTROS POP, GESTÃO MUNICIPAL, GESTÃO ESTADUAL, CONSELHOS MUNICIPAIS, CONSELHOS ESTADUAIS E REDE PRIVADA - BRASÍLIA, DF: MDS, SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO; SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2013.

156 P. ; 23 CM.

ISBN: 978-85-60700-62-2

1. ASSISTÊNCIA SOCIAL, BRASIL. 2. POLÍTICA SOCIAL, BRASIL. I. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. II. SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CDU 364(81)

TIRAGEM: 13.000 EXEMPLARES

IMPRESSÃO: GRÁFICA BRASIL

© 2013 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

QUALQUER PARTE DESTA PUBLICAÇÃO PODE SER REPRODUZIDA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI)

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS | BLOCO A | SALA 307

70054-906 | BRASÍLIA | DF

TELEFONE: (61) 2030-1501

WWW.MDS.GOV.BR

CENTRAL DE RELACIONAMENTO DO MDS: 0800 707 2003

SOLICITE EXEMPLARES DESTA PUBLICAÇÃO PELO E-MAIL: SAGI.DFD@MDS.GOV.BR

COORDENAÇÃO-GERAL DO CENSO SUAS 2011

Simone Albuquerque, Luís Otávio Farias, Maria Cristina Oliveira Marques, Sabrina Medeiros Borges e Frederico de Almeida Meirelles Palma.

CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO E OPERAÇÃO

Simone Albuquerque, Luís Otávio Farias, Maria Cristina Oliveira Marques, Valéria Cristina de Oliveira, Cinthia Barros dos Santos, Francisca Lucena, Viviane Ferro, Walkyria Porto Duro, Marcos Marcelo Brito de Mesquita, Genilson Nassur Moreira, Jaime Rabelo Adriano, Wagner Antonio Alves Gomes, Alexandra de Souza Trivelino, Valéria Lopes de Sá, Jose Ferreira da Crus, Rosário de Maria Costa Ferreira, Eliana Teles do Carmo, Aidê Cançado Almeida, Maria do Socorro Fernandes Tabosa Mota, Adriana da Silva Pereira, Lídia Cristina Silva Barbosa, Joyce Camargos Rodrigues, Keli Rodrigues de Andrade, Cristiana Gonçalves de Oliveira, Bruna D'Ávila de Araujo Andrade, Selaide Rowe Camargo, Maria Del Carmem Cardenas Jansen, Margarete Cutrim Vieira, Juliana Maria Fernandes Pereira, Fábio Moassab Bruni, Kelvia de Assunção Ferreira Barros, Luanna Shirley de Jesus Sousa, Maria de Jesus Bonfim de Carvalho, Patrícia Félix de Lima, Claudia Sabóia, Ana Paula Gonçalves, Amanda Simone Silva, Maria José de Freitas, Patrícia de Marco, Elyria Bonetti Yoshida Credidio e Simone de Araújo Goes Assis.

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVOS INFORMATIZADOS, COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Caio Nakashima, Carlos Eduardo de Andrade Brasileiro, Carlos Henrique Araújo Santana, Cristiano Pereira da Silva, Daniel Klinger Vianna, Dionete de Sousa, Erika Paes de Castro, Gonçalves Sabate, Fábio Alves Freire Carvalho, Frederico de Almeida Meirelles Palma, Gilmar Trindade dos Santos, Giovanna Quaglia, Gustavo de Lima Ferreira, Johnny Ahrens, Helbert de Sousa Arruda, Luciana da Silva Oliveira, Marcelo Gomes Gadelha, Maria de Jesus Rezende, Mariana Ferreira Peixoto dos Santos, Monique Ribeiro de Meneses, Rafael Cotrim Henriques, Rafael Rodrigo Moreno, Ricardo de Carvalho Feitoza, Sabrina Medeiros Borges, Sérgio Matos de Andrade, Talita Santana dos Santos Barcellos, Thiago Hackbarth e Uiran Couto de Mendonça.

ANÁLISE E VALIDAÇÃO DOS DADOS

Rafael Siqueira Barreto, Regina Maria Mello, Wesley Pereira de Oliveira, Maria Cristina Oliveira Marques, Maria do Socorro Fernandes Tabosa Mota, Adriana da Silva Pereira, Lídia Cristina Silva Barbosa, Juliana Maria Fernandes Pereira, Fábio Moassab Bruni, Maria de Jesus Bonfim de Carvalho, Carolina Gabas Stuchi, Ana Paula Gonçalves e Joyce Camargos Rodrigues.

ELABORAÇÃO DOS TEXTOS

Rafael Siqueira Barreto, Regina Maria Mello e Wesley Pereira de Oliveira.

VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO

Denise Colin, Paulo Jannuzzi, Simone Albuquerque, Luís Otávio Farias e Rafael Siqueira Barreto.

COLABORAÇÃO

Edgar Magalhães e Flávio de Castro.

AGRADECIMENTOS

Maria Luiza Rizzotti e Luziele Tapajós.

Prefácio

Entre os importantes instrumentos desenvolvidos no recente processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social, o Censo SUAS se destaca. Evoluindo a cada nova versão, ele vem ampliando os temas investigados e permitindo um retrato não apenas atualizado, mas progressivamente mais completo, da implementação da política de assistência social em todo o território nacional.

Entre as diferentes dimensões tratadas, esta mais recente versão inclui os já tradicionais campos referentes aos equipamentos públicos CRAS e CREAS e os serviços a eles associados, às Gestões Estadual e Municipal, à gestão financeira, aos recursos humanos e ao Controle Social. Desde a edição anterior, integrou-se o levantamento sobre a Rede Privada. E nesta edição, inaugura-se a abordagem sobre os Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centros POP), refletindo o esforço permanente da Assistência Social em incluir em seus serviços as populações mais vulneráveis de nossa sociedade.

Em sua trajetória, o Censo SUAS consolidou-se como uma fonte ampla e confiável de informações, disponibilizando dados e indicadores que permitem o progressivo monitoramento e aprimoramento da gestão e o aperfeiçoamento da política de Assistência Social. Constitui, portanto, instrumento indispensável face aos grandes desafios que se apresentam ao SUAS, sistema ainda jovem, mas ao qual cabem tão expressivas responsabilidades no campo da proteção social e do enfrentamento à pobreza extrema.

Este instrumento tem contribuído tanto para acompanhar a série histórica de evolução da implantação do SUAS no país, como para diagnosticar o estágio de estruturação do sistema nos respectivos entes federados, em suas diversas dimensões. Este retrato continuado permite avaliar o atingimento de metas, rever e aprimorar as ações em andamento e corrigir erros. Permite também planejar, de forma prospectiva, os rumos da política, considerando os desafios de cada contexto e momento, com o objetivo de garantir acesso equânime a bens, serviços e direitos socioassistenciais.

De fato, em que pese o contexto de expressivos avanços nas condições de vida de nossas populações mais vulneráveis, assim como de aperfeiçoamentos de

nossas políticas sociais, não podemos acomodar nossas expectativas em relação aos compromissos e aos encargos que nos cabem enfrentar. As boas notícias que acompanham o Censo SUAS 2011 são expressivas. Entre outros aspectos, praticamente universalizamos os CRAS no país, ao mesmo tempo em que continuamos a ampliar o tamanho de suas equipes e melhoramos sua infraestrutura; os CREAS se multiplicam com rapidez entre os municípios maiores que 20 mil habitantes; amplia-se o cofinanciamento com a maior participação da esfera estadual; e se fortalecem os conselhos municipais, com o aumento da presença de secretarias executivas, de recursos humanos e infraestrutura.

Mas sabemos que precisamos continuar progredindo nestas e em outras dimensões. Aperfeiçoar nossa ação protetiva face às diversas situações de vulnerabilidade impõe desafios não apenas na efetividade dos atendimentos, mas no acompanhamento das famílias e na integração intersetorial com as demais políticas sociais. Os pactos de aprimoramento do SUAS e o estabelecimento de prioridades e metas são instrumentos estratégicos abertos pela nova NOB visando o enfrentamento de nossas graves situações de pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais. No ano da Conferência Mundial sobre o Trabalho Infantil e da IX Conferência Nacional de Assistência Social, nossos desafios se adensam. Contudo, também sabemos que a maturidade do SUAS amplia nossa capacidade de enfrentá-los.

Assim, é com grande entusiasmo e otimismo, reflexos do compromisso dos profissionais, gestores e conselheiros da Assistência Social na construção de um Brasil mais justo e mais equânime, que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vem, pelo 5º ano consecutivo, trazer a público os resultados do Censo SUAS, instrumento estratégico de aprimoramento de uma de nossas mais relevantes políticas públicas.

Tereza Campello

MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Apresentação

Anualmente, desde 2007, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realiza o Censo do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) junto a diversos atores e agentes envolvidos na Política Nacional da Assistência Social. Trata-se de um levantamento realizado em conjunto pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) com objetivo de permitir a análise da implantação do SUAS em todo território brasileiro, suas dificuldades, desafios e avanços. Diferentes questionários levantam informações específicas sobre infraestrutura, recursos humanos, recursos financeiros e aspectos institucionais junto aos gestores e responsáveis pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS), Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF), Gestão Estadual, Gestão Municipal e Entidades Socioassistenciais.

A finalidade do Censo tem sido cumprida com êxito, como atestam muitos dos técnicos e gestores do SUAS e a comissão julgadora do 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal da Escola Nacional de Administração Pública que, em março de 2012, reconheceu o Censo SUAS como uma das dez iniciativas mais inovadoras e bem sucedidas no provimento de informações para aprimoramento da gestão.

Isso se deve, entre outros fatores, ao esforço de aprimoramento do levantamento, pela inclusão de novas temáticas nos questionários e pela ampliação dos agentes e equipamentos investigados. Não foi diferente na edição de 2011 do Censo, com inclusão de temáticas mais específicas de interesse para o Brasil Sem Miséria (BSM) e com a introdução de novo questionário, para levantamento junto aos Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centros POP), unidades de singular importância por terem como público-alvo indivíduos até recentemente aliados do sistema de proteção social brasileiro e sem política pública específica: os moradores de rua.

Seguindo o formato editorial da publicação do ano passado, o presente estudo apresenta os principais resultados do Censo SUAS 2011, trazendo análises com-

parativas dos diferentes aspectos investigados segundo o porte dos municípios, região e também ao longo dos anos. É um material rico, mas que não esgota todas as necessidades de diagnóstico e avaliação de que o SUAS necessita. É preciso investigar mais e mais, valendo-se dos registros dos levantamentos anteriores e das ferramentas informacionais que a SAGI disponibiliza em sua página na Internet.

Esperamos que os resultados aqui apresentados continuem suscitando o debate aberto e fértil que tanto tem contribuído para consolidação do SUAS.

Paulo Jannuzzi

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO E
GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Denise Colin

SECRETÁRIA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sumário

INTRODUÇÃO	15
------------	----



CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) 19

IDENTIFICAÇÃO	23
ESTRUTURA FÍSICA	24
CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	30
GESTÃO DO TERRITÓRIO	34
RECURSOS HUMANOS	39
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS	41
INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA FÍSICA	42
INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS	43
INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	45
INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	47
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS (IDCRAS)	49



CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) 53

ESTRUTURA FÍSICA	57
CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS	57
RECURSOS HUMANOS	59



CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP) 65

ESTRUTURA FÍSICA	68
SERVIÇOS OFERTADOS	70
RECURSOS HUMANOS	72



GESTÃO MUNICIPAL 75

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	76
GESTÃO FINANCEIRA	79
GESTÃO DO TRABALHO	81
GESTÃO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	83

GESTÃO ESTADUAL

87

Gestão
Estadual

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	89
OFERTA DE SERVIÇOS	90
REGIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS	91
APOIO TÉCNICO A MUNICÍPIOS	93
GESTÃO FINANCEIRA	94
GESTÃO DO TRABALHO	96

CONSELHOS MUNICIPAIS

99

Conselhos
Municipais

CARACTERIZAÇÃO	101
ASPECTOS NORMATIVOS	102
ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA	103
SECRETARIA EXECUTIVA	107
DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	109
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS	112

CONSELHOS ESTADUAIS

117

Conselhos
Estaduais

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA	119
SECRETARIA EXECUTIVA	121
DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO	123
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO	128
CONSELHEIROS	129

REDE PRIVADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

131

Rede
Privada

CARACTERIZAÇÃO	132
FUNCIONAMENTO	136
SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS OFERTADOS	137
RECURSOS HUMANOS	144
FINANCIAMENTO	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
BIBLIOGRAFIA	154

Introdução

O Censo SUAS consiste do levantamento sistemático de informações de caráter inventariante e descritivo sobre a temática dos serviços, programas, projetos e unidades de assistência social. Os objetivos e instrumentos de avaliação são definidos pela equipe técnica do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS), em especial por meio de atuação conjunta da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). As informações obtidas no âmbito do Censo SUAS “têm por objetivo proporcionar subsídios para a construção e manutenção de indicadores de monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como de sua gestão integrada”, como preceitua o Decreto n. 7.334/2010, em seu art.1º, parágrafo único.

O Censo SUAS de 2011 é composto por oito questionários, a saber:

- **QUESTIONÁRIO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS):** IDENTIFICAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA, CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS, GESTÃO DO TERRITÓRIO, ARTICULAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
- **QUESTIONÁRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS):** IDENTIFICAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA, CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS, GESTÃO, ARTICULAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;
- **QUESTIONÁRIO CONSELHOS ESTADUAL E MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL (CAS/DF):** IDENTIFICAÇÃO; LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES; ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA; SECRETARIA EXECUTIVA; DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO; COMPOSIÇÃO DO CONSELHO E CONSELHEIROS;
- **QUESTIONÁRIO DA GESTÃO ESTADUAL:** IDENTIFICAÇÃO; ESTRUTURA ADMINISTRATIVA; GESTÃO SUAS; REGIONALIZAÇÃO; SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS; BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS; GESTÃO FINANCEIRA; GESTÃO DO TRABALHO; APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS; MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E VIGILÂNCIA SOCIAL; APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL;
- **QUESTIONÁRIO DA GESTÃO MUNICIPAL:** IDENTIFICAÇÃO; ESTRUTURA ADMINISTRATIVA; GESTÃO SUAS; GESTÃO FINANCEIRA; GESTÃO DO TRABALHO; GESTÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS; GESTÃO DE BENEFÍCIOS; AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA;

— **QUESTIONÁRIO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA:** IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO; FUNCIONAMENTO; CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ATIVIDADES OFERTADOS PELA ENTIDADE, PÚBLICO ALVO/SITUAÇÕES ATENDIDAS; RECURSOS HUMANOS E FINANCIAMENTO DA ENTIDADE E PARCERIAS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS;

— **QUESTIONÁRIO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTROS POP):** IDENTIFICAÇÃO; ESTRUTURA FÍSICA, SERVIÇOS OFERTADOS; GESTÃO; ARTICULAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.

A coleta de dados foi realizada à distância por meio *on-line*, ou seja, os questionários eletrônicos foram disponibilizados via *web* no sítio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre os meses de setembro e novembro de 2011.

Metodologicamente, foram realizadas análises descritivas de frequência e medidas de tendência central. As unidades de medida empregadas para análise foram a divisão em grandes regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; e a classificação das localidades por porte populacional de acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), com os municípios organizados em: pequeno I, pequeno II, médio, grande e metrópole, respectivamente com população de até 20 mil habitantes, de 20.001 a 50 mil habitantes, de 50.001 a 100 mil habitantes, de 100.001 a 900 mil habitantes e acima de 900 mil habitantes. O Distrito Federal é considerado uma metrópole e utilizaram-se os dados populacionais do Censo de 2010 apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o enquadramento dos municípios com relação ao porte populacional.





CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ou Lei n. 8.742/1993, e a materialização de suas diretrizes advinda da formulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e da Norma Operacional Básica (NOB) em 2005, procedeu-se em nosso País à estruturação efetiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destinado a efetivamente articular e consolidar a Assistência Social como política pública e direito social.

Especificamente, o SUAS atua nos âmbitos preventivo e protetivo para a identificação e subsequente mitigação de situações de vulnerabilidade social e risco, por meio, respectivamente, da Proteção Social Básica (PSB) no concernente aos aspectos preventivos e da Proteção Social Especial (PSE) nos casos em que haja a violação de direitos.

Uma das principais unidades do SUAS é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal e descentralizada com o objetivo de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais, por meio da oferta de serviços que articulem as diversas ações da proteção social básica no seu território de abrangência. Esses serviços podem ser ofertados diretamente no CRAS – desde que disponha de estrutura física e equipe compatível –, ou em outras unidades públicas de assistência social ou ainda em entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos.

Conforme recomendações da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), os CRAS devem ser instalados preferencialmente em territórios que concentrem situações de vulnerabilidade e risco social. A vulnerabilidade social é um conceito multidimensional, o qual abarca também a pobreza, essa reconhecida como um dos indicadores de vulnerabilidade. De modo geral, a população pobre está mais vulnerável em razão do não acesso tanto a alguns serviços básicos como ao gozo de seus direitos.

Em especial, o CRAS diferencia-se das demais unidades da assistência social porque possui duas funções exclusivas e obrigatórias: a gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica e a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

A gestão territorial responde ao princípio de descentralização do SUAS e inclui a articulação da rede de proteção social básica referenciada no CRAS, bem como a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa no território de abrangência do CRAS.

O PAIF é o principal serviço de proteção social básica e visa fortalecer os vínculos familiares e comunitários, bem como prevenir situações de risco social.

O CRAS deve garantir a matricialidade sociofamiliar, que se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social, com o reconhecimento da família como espaço de proteção e desenvolvimento das pessoas.

O Censo SUAS 2011 – CRAS revelou que estão implantados 7.475 CRAS em 5.264 municípios, ou seja, 95% dos municípios brasileiros possuem ao menos um CRAS. Em oito estados, todos os municípios têm CRAS implantados e os demais, exceto o Amapá, têm mais de 87% dos municípios com CRAS implantados. Esses resultados evidenciam a capilaridade dessas unidades no território brasileiro e expandem a universalização dos direitos sociais e divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão, que são princípios do SUAS.

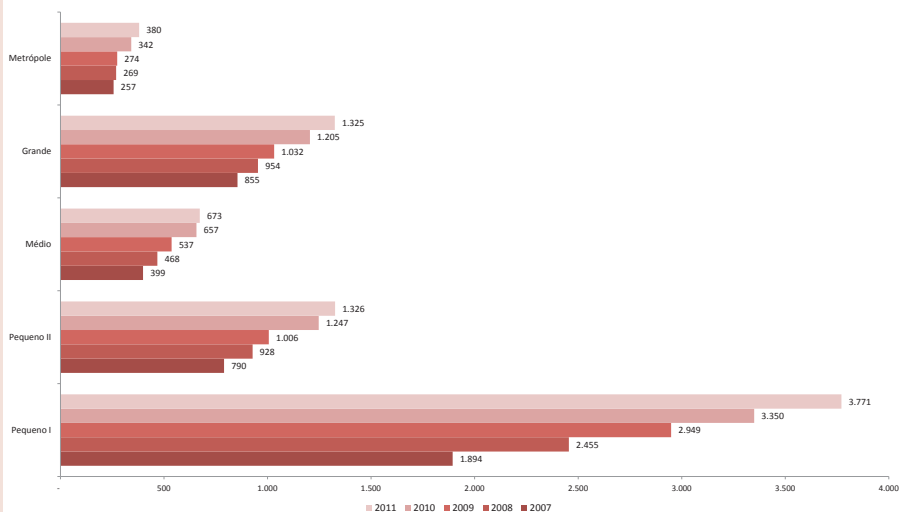
FIGURA 2: MAPA COM A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS QUE POSSUEM CRAS (EM ROSA) E DAQUELES QUE NÃO POSSUEM ESSAS UNIDADES (EM BRANCO) – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

Desde 2007, constata-se um aumento gradativo do n. de CRAS nos diferentes portes populacionais.

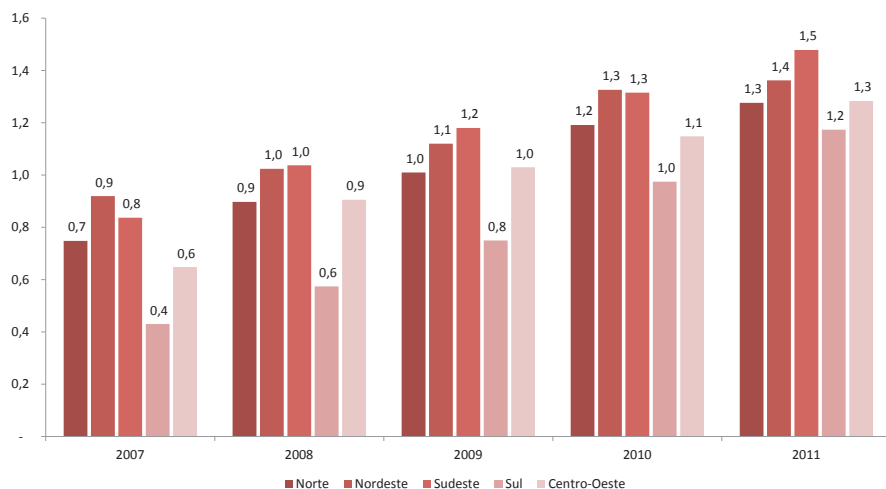
GRÁFICO 1: TOTAL DE CRAS COM RELAÇÃO AOS ANOS DE 2007 A 2011, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

De 2007 a 2011 ocorreu um aumento na média de CRAS por município, que praticamente dobrou em todas as regiões. Atualmente, em mais de três mil municípios estão implantados mais de um CRAS.

GRÁFICO 2: MÉDIA DO TOTAL DE CRAS POR MUNICÍPIO, COM RELAÇÃO AOS ANOS DE 2007 A 2011, SEGUNDO GRANDES REGIÕES – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

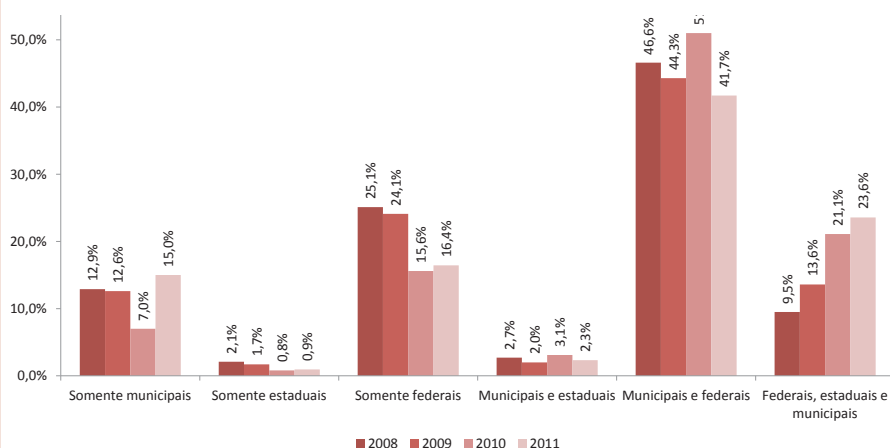
IDENTIFICAÇÃO

Quanto à localização dos CRAS, a distribuição concentra-se em áreas urbanas, sendo que 53% se encontram em áreas periféricas e 43% em áreas centrais.

A forma de financiamento dessas unidades conta com recursos de mais de uma fonte em 70% dos casos, representando a gestão compartilhada preconizada pela NOB-SUAS. Cabe frisar que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) destaca a relevância do cofinanciamento: “a previsão de recursos das três esferas de governo, em razão da corresponsabilidade que perpassa a proteção social brasileira”. Ressalte-se que em todos esses CRAS, parte dos recursos é originada das esferas municipal e federal.

Ao analisar as fontes de financiamento nos anos de 2008 a 2011, observa-se uma tendência de crescimento do cofinanciamento com participação das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), a qual evoluiu de aproximadamente 9%, em 2008, para 24%, em 2011.

GRÁFICO 3: PERCENTUAIS DE CRAS, POR FONTE DE FINANCIAMENTO, NOS ANOS DE 2008 A 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

ESTRUTURA FÍSICA

Não ocorrem variações significativas no que diz respeito à situação do imóvel. Desde 2008 tem havido um constante aumento nos CRAS situados em imóveis próprios da prefeitura municipal e, por outro lado, uma redução nos CRAS situados em imóveis cedidos ou que se encontram em outra situação. Em 2011, 46% dos CRAS estão situados em imóveis próprios; 47%, em alugados em alugados; 6%, em cedidos e 1%, em outras situações.

Também com relação ao compartilhamento do imóvel utilizado pelo CRAS, não há diferença entre 2010 e 2011, sendo que 76% dos imóveis são de uso exclusivo e 24% são compartilhados com outras unidades. Desses últimos, constata-se que em 34% dos casos o compartilhamento do imóvel ocorre com mais de uma unidade.

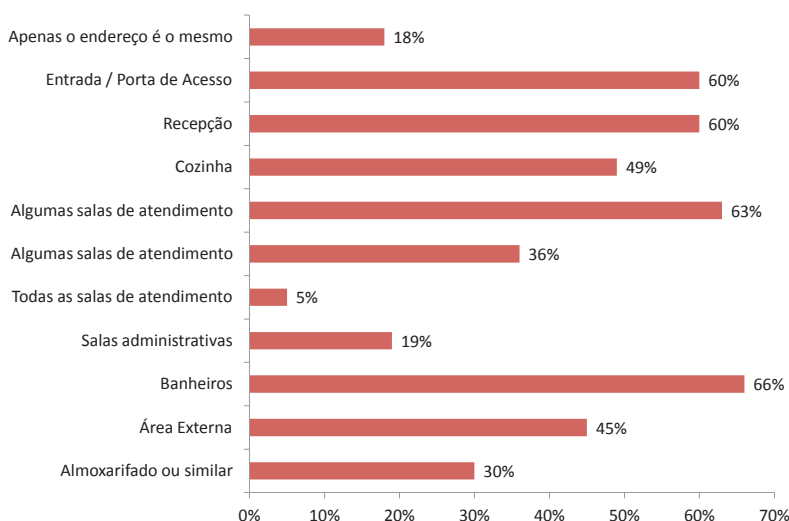
As unidades mais comuns com as quais os CRAS compartilham espaços são a respectiva Secretaria Municipal de Assistência Social ou congêneres e o Conselho Municipal de Assistência Social.

Além de conhecer com qual tipo de unidade o imóvel era compartilhado, também se fazia necessário identificar quais espaços são compartilhados. É fundamental que, quando ocorrer o compartilhamento de espaços, seja garantida a exclusividade dos ambientes destinados à oferta das atividades e ações da rede socioassistencial da proteção social básica.

Em geral, o compartilhamento do imóvel envolve espaços que são definidos como estrutura básica, como no caso da recepção, que é de uso comum em 49% dos CRAS que compartilham imóveis com outras unidades e representam 12% da totalidade de CRAS registrados.

Em termos de espaço físico, os compartilhamentos ocorrem mais frequentemente com relação a banheiros, cozinha e entrada ou porta de acesso, embora se tenha detectado casos de compartilhamento de todas as salas de atendimento em alguns CRAS.

GRÁFICO 4: PERCENTUAL DE CRAS COMPARTILHADOS POR ESPAÇO COMPARTILHADO DO IMÓVEL – BRASIL – 2011

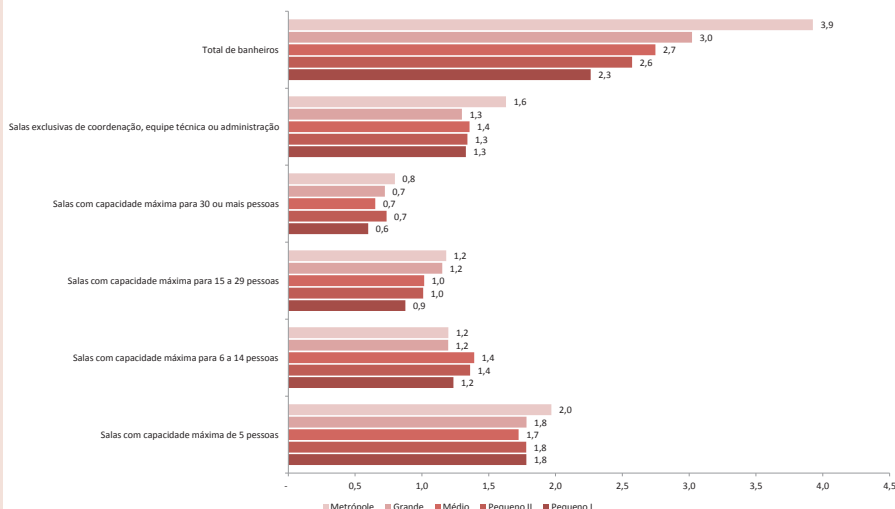


FONTE: CENSO SUAS 2011 (CRAS)

Com relação às Grandes Regiões, o Centro-Oeste possui as maiores médias em salas de todas as capacidades e banheiros. Ao se analisar por critério de porte

populacional, verificou-se que as diferenças entre as médias, em geral, acompanham o mesmo sentido do porte populacional.

GRÁFICO 5: MÉDIA DE ESPAÇOS POR CRAS, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



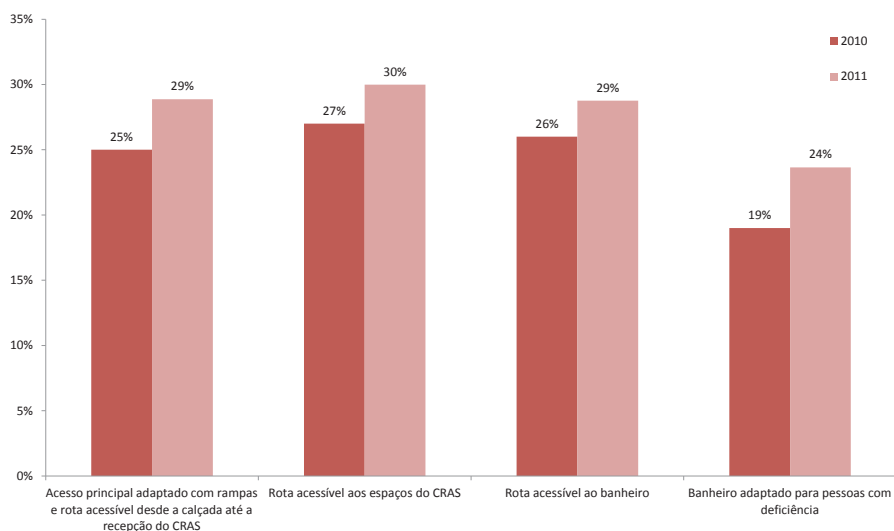
FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

De grande importância também é o espaço exclusivo para coordenação, equipe técnica ou administração, mas aproximadamente 14% dos CRAS não dispõem desse espaço.

Em comparação com anos anteriores, há um aumento na presença de recepção, cozinha/copa e almoxarifado.

A comparação sobre as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e pessoas idosas - em conformidade com a norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - por porte populacional, mostra que os municípios acima de 900 mil habitantes têm os percentuais mais altos quando comparados com os de outros portes, embora com relação à rota acessível aos espaços do CRAS apresentem percentuais iguais aos municípios de pequeno porte I.

GRÁFICO 6: PERCENTUAL DE CRAS COM EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, POR CONDIÇÃO – BRASIL – 2011



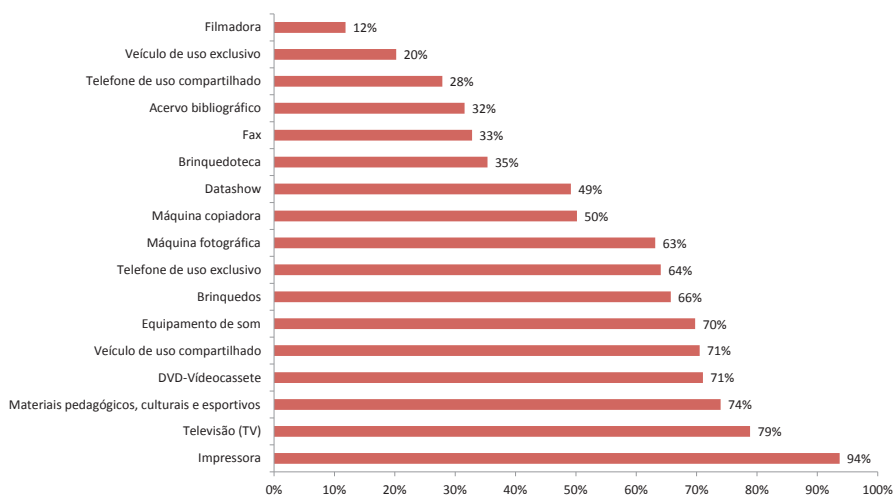
FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

Outras condições de acessibilidade também são objetos de análise, como suporte de profissional com conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para comunicação com pessoas com deficiência auditiva e adequações do espaço para deficientes visuais com instalação de pisos táteis para indicar direções ou alertar para barreiras e desvios.

No Brasil, apenas 5% dos CRAS têm suporte de profissional com conhecimento em Libras e 2% têm pisos especiais com relevos para sinalização voltados para deficientes visuais.

Quanto aos equipamentos e materiais, em uma análise comparativa por porte populacional, existem diferenças: telefone de uso exclusivo e acervo bibliográfico, por exemplo, apresentam um crescimento percentual de acordo com o aumento do porte populacional de pequeno porte I à metrópole; impressora, *data show*, máquina copiadora e máquina fotográfica apresentam variação no sentido inverso, de metrópole ao pequeno porte I. Veículos de uso compartilhado apresentam percentuais em torno de 70%, exceto nas metrópoles, nas quais se registrou o valor de 42%, entretanto veículos de uso exclusivo estão presentes em 53% das metrópoles e em menos de 25% dos municípios dos demais portes.

GRÁFICO 7: PERCENTUAL DE CRAS POR EQUIPAMENTOS E MATERIAIS EXISTENTES – BRASIL – 2011

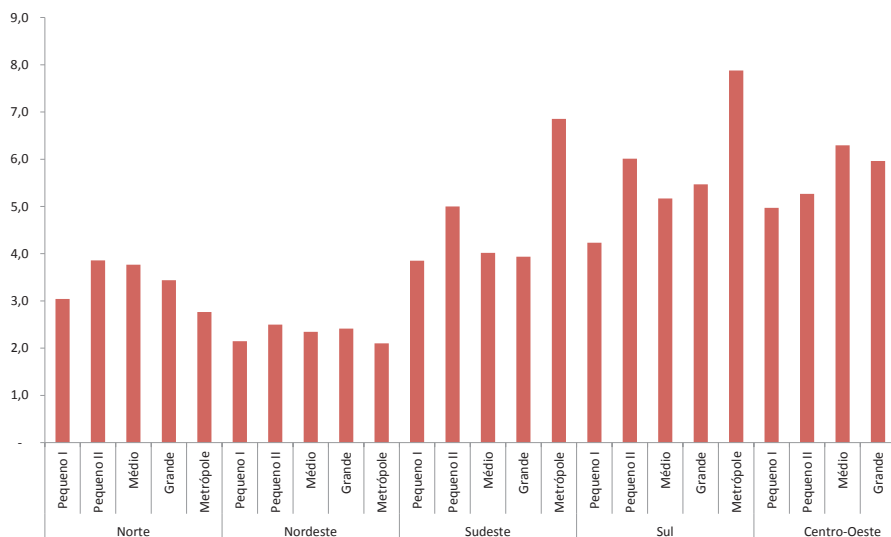


FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

Os computadores e o acesso à internet são importantes para o desempenho das atividades administrativas e de comunicação e os resultados mostram que, dos 7.475 CRAS, 7.369 possuem computadores, 6.523 estão conectados à internet e 2.593 têm computadores acessíveis aos usuários.

As diferenças nas médias de computadores nos CRAS por região são acentuadas e são mais evidentes ao se comparar as regiões Nordeste e Centro-Oeste. Independentemente do porte populacional, as médias do Nordeste são inferiores à metade do Centro-Oeste.

GRÁFICO 8: MÉDIA DE COMPUTADORES POR CRAS, SEGUNDO REGIÃO E PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

A placa de identificação, na qual consta a nomenclatura oficial dos CRAS é um importante identificador visual para as famílias referenciadas e demais serviços no território. Atualmente, encontra-se presente em 95% dos CRAS, embora 16% tenham modelo diferente do que é padronizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

De forma geral, observa-se uma melhoria em todos os itens referentes à estrutura física dos CRAS. Há um aumento de 1,5% no percentual de CRAS situados em imóveis próprios, sendo que a comparação entre anos anteriores mostra que houve um pequeno aumento de CRAS com dois ou mais banheiros (de 77% para 80%), acompanhado da redução de CRAS sem banheiros ou com um banheiro.

Além das melhorias nos quesitos da estrutura física, 97% dos CRAS funcionam 40 horas ou mais por semana, o que representa disponibilidade para o atendimento aos usuários

CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

As ações e atividades relacionadas ao PAIF estão sendo ofertadas por todos os CRAS implantados, sendo que em 25% destes, são ofertadas todas as ações e as atividades analisadas.

Mais de 97% dos CRAS realizam ao menos 11 das 19 ações e atividades desenvolvidas no PAIF que foram analisadas. Visitas domiciliares (99%), recepção e acolhidas (99%), acompanhamento de famílias (98%), encaminhamento para a inserção de famílias no Cadastro Único (96%), encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial (96%), atendimento de indivíduos (96%), encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (96%) e orientação/acompanhamento para a inserção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) eram desenvolvidas entre 95% e 99% dos CRAS.

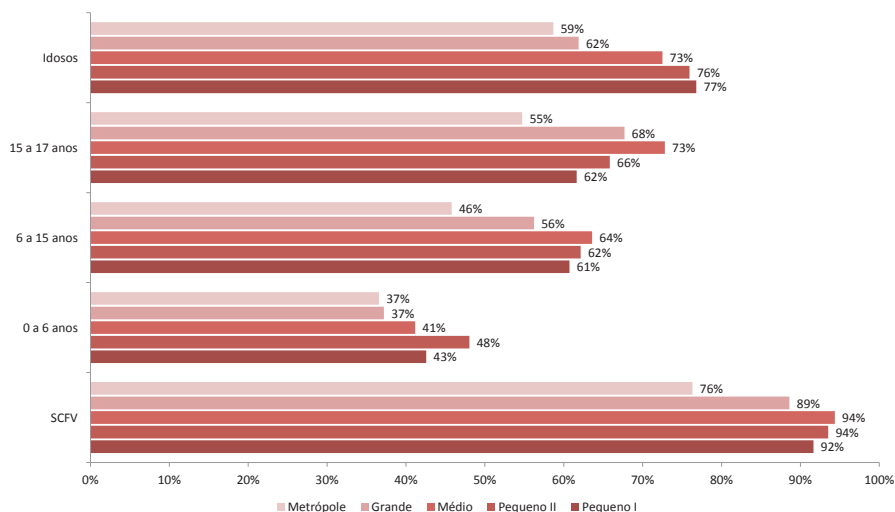
O PAIF registrou o total de 1.572.187 famílias em acompanhamento no mês de agosto de 2011 e a inserção de 379.092 novas famílias no mesmo mês, o que sinalizou uma redução ao se comparar com o mês de agosto de 2010, quando estavam em acompanhamento 1.976.652 famílias.

No Brasil, aproximadamente 91% dos CRAS realizam Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Todavia, existem diferenças quanto aos grupos oferecidos e porte populacional.

Em comparação entre as populações atendidas no serviço de convivência de fortalecimento de vínculos, há ênfase no atendimento direcionado às populações idosas, seguida pelas populações de jovens e adolescentes de 15 a 17 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 0 a 6 anos.

Percebe-se que existem diferenças quanto aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos por grupo segundo o porte populacional. Os CRAS que oferecem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para idosos são mais frequentes nos municípios de pequeno porte do que nas metrópoles. O SCFV para grupos de 6 a 15 anos e grupos de 15 a 17 são mais frequentes nos municípios de médio porte e, para o grupo até 6 anos, são mais frequentes nos de pequeno porte II.

GRÁFICO 9: PERCENTUAL DE CRAS POR SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, SEGUNDO PORTE POPUCACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

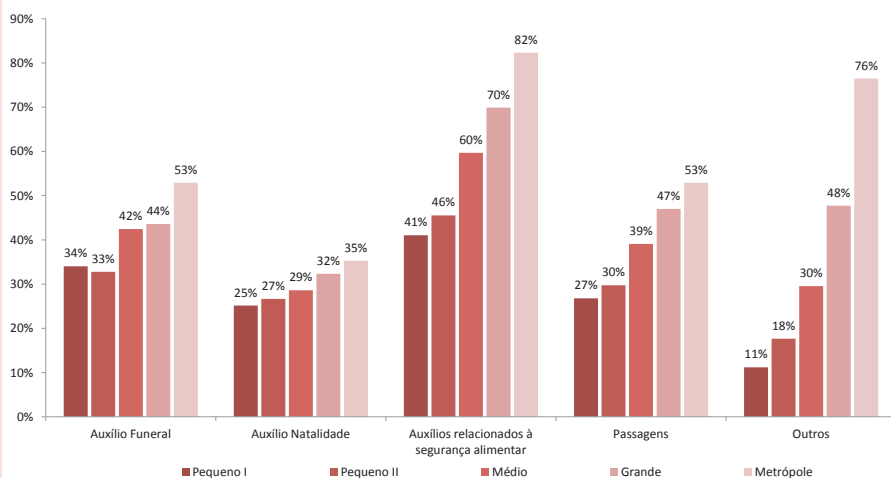
Os benefícios eventuais - que são as provisões suplementares e provisórias, as quais integram organicamente as garantias do SUAS e são prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública - são concedidos por 58% dos CRAS.

A distribuição dos benefícios eventuais concedidos nos CRAS segundo o porte do município mostra que, dos CRAS instalados em metrópoles, 53% ofertam o auxílio funeral; 35%, o auxílio natalidade; 82%, auxílios relacionados à segurança alimentar; 53%, passagens e 76%, outros benefícios. Quanto aos CRAS que se situam em municípios de pequeno porte I e pequeno porte II, os percentuais referentes ao tipo de benefício ofertado são aproximados: o auxílio funeral é ofertado em 34% dos CRAS localizados em municípios de pequeno porte I e em 33% daqueles CRAS localizados em municípios de pequeno porte II, comportamento que se estende aos outros tipos de benefícios.

Observa-se, ainda, que os auxílios relacionados à segurança alimentar são os mais ofertados nos CRAS, com destaque para aquelas unidades localizadas em

municípios de grande porte e nas metrópoles, cujos percentuais são 70% e 82%, respectivamente.

GRÁFICO 10: PERCENTUAL DE CRAS QUE CONCEDEM BENEFÍCIOS EVENTUAIS, POR TIPO DE BENEFÍCIO EVENTUAL, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – AGOSTO DE 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

A Assistência Social, por meio do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS/TRABALHO), busca promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho por meio de ações articuladas e mobilização social.

Nos CRAS que realizam ações de capacitação ou inclusão produtiva, as ações que aparecem com maior frequência são os cursos de artesanato (83%), os cursos de capacitação profissional para o mercado de trabalho (68%) e o cadastramento para participação em programas de qualificação profissional (49%).

Vale ressaltar que a realização de algumas dessas ações está associada ao porte populacional. Encaminhamentos para a colocação no mercado de trabalho e cadastramento para participação em programas de qualificação profissional são realizados mais comumente em municípios de maior porte populacional. Por outro lado, cursos de artesanato e de capacitação profissional para o mercado de trabalho são realizados mais frequentemente em municípios de menor porte populacional.

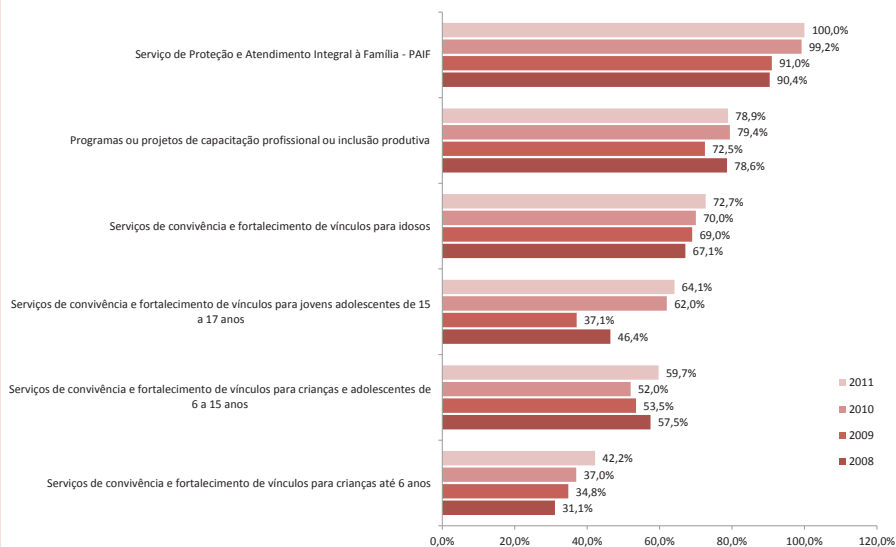
GRÁFICO 11: PERCENTUAIS DE CRAS QUE REALIZAM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO OU INCLUSÃO PRODUTIVA, POR AÇÕES, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

A análise desde 2008 sobre alguns dos principais serviços oferecidos pelos CRAS mostra que houve um aumento no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que é oferecido em todos os CRAS. Além disso, constata-se que 91% dos CRAS realizam Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, embora em frequências diferentes por grupos.

GRÁFICO 12: PERCENTUAL DE CRAS, POR SERVIÇOS OFERECIDOS NOS ANOS DE 2008 A 2011 – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

GESTÃO DO TERRITÓRIO

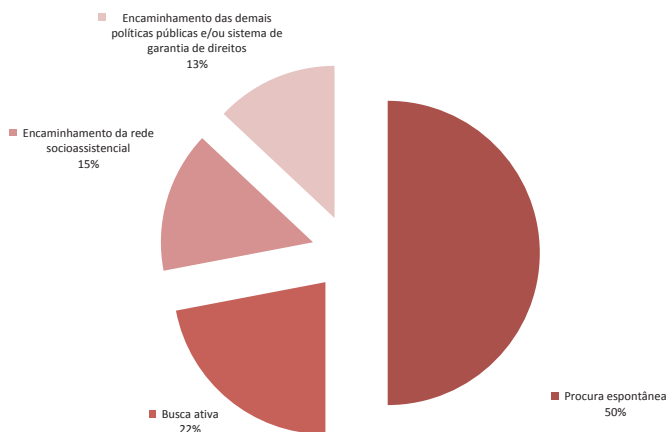
Por sua vez, cabe ressaltar que a gestão territorial da rede socioassistencial de proteção básica também é uma das funções exclusivas e obrigatórias do CRAS e compreende como uma ação a articulação da rede de proteção social básica referenciada no CRAS.

Dos CRAS registrados no Censo 2011, 69% possuem mapa do território de abrangência e 55% possuem documento do diagnóstico do território de abrangência. Cabe destacar que os CRAS não são responsáveis pela realização desse diagnóstico isoladamente, é necessário contar com o apoio da equipe da gestão, responsável pela Vigilância Socioassistencial do município que tem por atribuição produzir informações e disponibilizá-las de forma territorializada para os CRAS.

A frequência em forma de acesso aos serviços do CRAS foi maior na modalidade procura espontânea (50%), seguida pela busca ativa (22%) e pelo contrarreferencia-

mento, ou seja, encaminhamento da rede socioassistencial (15%). Ressalta-se, contudo, que 164 centros, ou 2% do total, informaram que não realizavam busca ativa.

GRÁFICO 13: MÉDIA DOS CRAS, POR FORMA DE ACESSO AOS SERVIÇOS – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

As buscas ativas são realizadas com objetivos definidos, sendo que a inclusão no acompanhamento familiar do PAIF (88%) e a inclusão nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (84%) aparecem como os objetivos da busca ativa na maioria dos CRAS e os outros objetivos apresentam as seguintes frequências: inclusão e atualização do CadÚnico (74%), inclusão no PBF (73%), inclusão no BPC (71%).

As situações mais frequentes para o atendimento nos CRAS foram: atendimento às famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (64%), negligência com relação a crianças/adolescentes (62%), jovens em situação de vulnerabilidade e risco social (53%), negligência com relação a idosos (50%), famílias em situação de insegurança alimentar (50%) e, em 44% dos CRAS, foi selecionada a situação de indivíduos sem documentação civil.

GRÁFICO 14: PERCENTUAL DE CRAS, POR SITUAÇÕES FREQUENTEMENTE IDENTIFICADAS NO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA – BRASIL – 2011

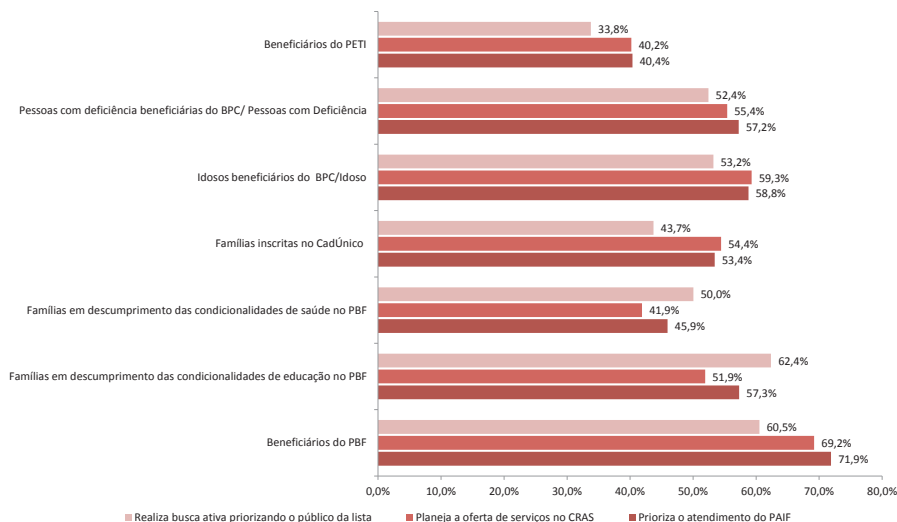


FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

Das seis situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência em 2010, três também aparecem em 2011: famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família, jovens em situação de vulnerabilidade e risco social e indivíduos sem documentação civil.

O acesso às listagens dos beneficiários (do PETI, pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, idosos beneficiários do BPC, famílias inscritas no CadÚnico e beneficiários do PBF) com mais frequência possibilita o melhor planejamento das ofertas dos serviços no CRAS e priorização do atendimento do PAIF. O uso das listagens de famílias em descumprimento das condicionalidades de saúde e de educação do Programa Bolsa Família tem o objetivo primordial, da ordem de 62%, de realizar busca ativa priorizando o público da lista.

GRÁFICO 15: PERCENTUAL DE CRAS, POR TIPO E USO DAS LISTAGENS – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

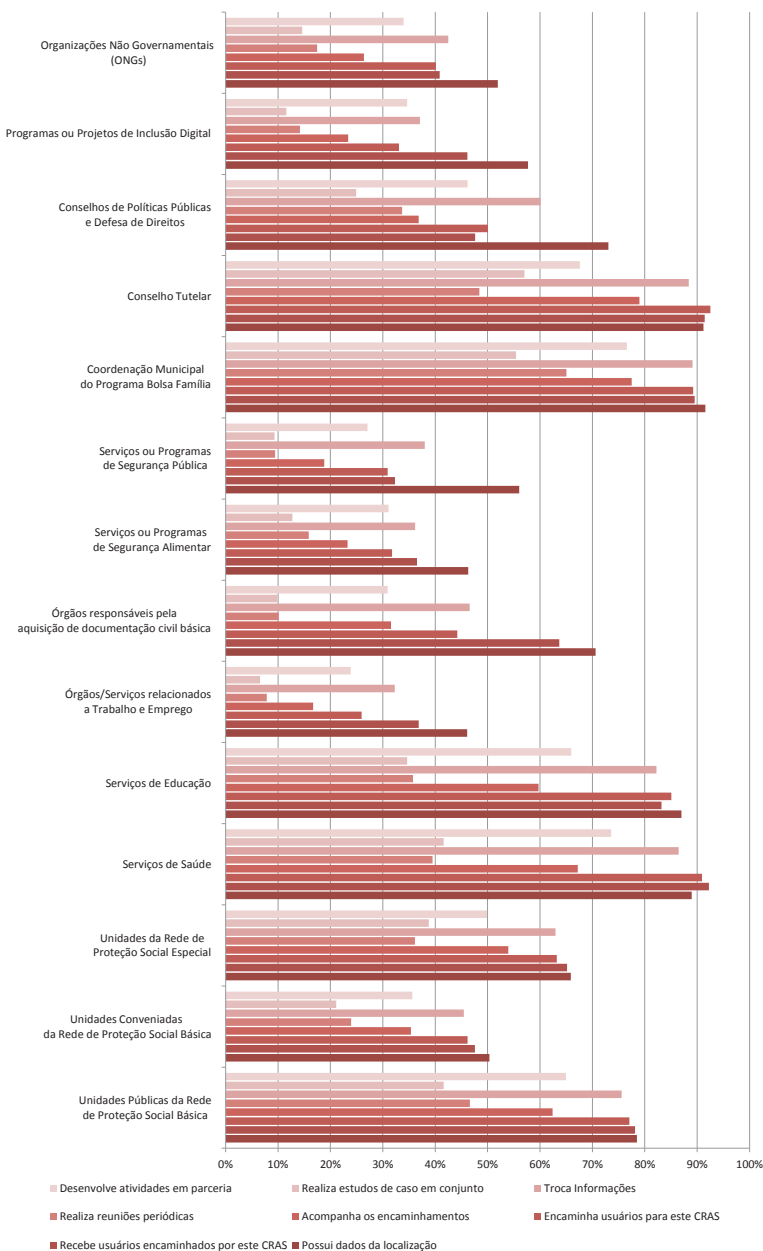
O resultado do Censo mostra que os CRAS têm uma articulação maior com conselho tutelar, serviços de saúde, serviços de educação e coordenação municipal do Programa Bolsa Família. Os percentuais por tipo de articulação com esses serviços e instituições superam 80% e ocorrem com trocas de informação, encaminhamento de usuários para o CRAS, recebimento de usuários encaminhados pelo CRAS e por possuir dados da localização.

Também se evidencia uma articulação significativa superior a 80% com unidades públicas da rede de proteção social básica, unidades da rede de proteção social especial e unidades conveniadas da rede de proteção social básica, quando existentes no município de atuação do CRAS.

O encaminhamento de usuários para os órgãos responsáveis pela aquisição de documentação civil básica (64%) demonstra uma articulação com a agenda social do governo federal sobre registro civil de nascimento e fornecimento de documentação civil básica.

Desde 2008, todavia, ainda permanece com percentuais baixos a articulação com serviços de segurança alimentar, iniciativas de trabalho e emprego e projetos de inclusão digital.

GRÁFICO 16: PERCENTUAL DE CRAS, POR TIPO DE ARTICULAÇÃO COM SERVIÇOS, PROGRAMAS OU INSTITUIÇÕES – BRASIL – 2011

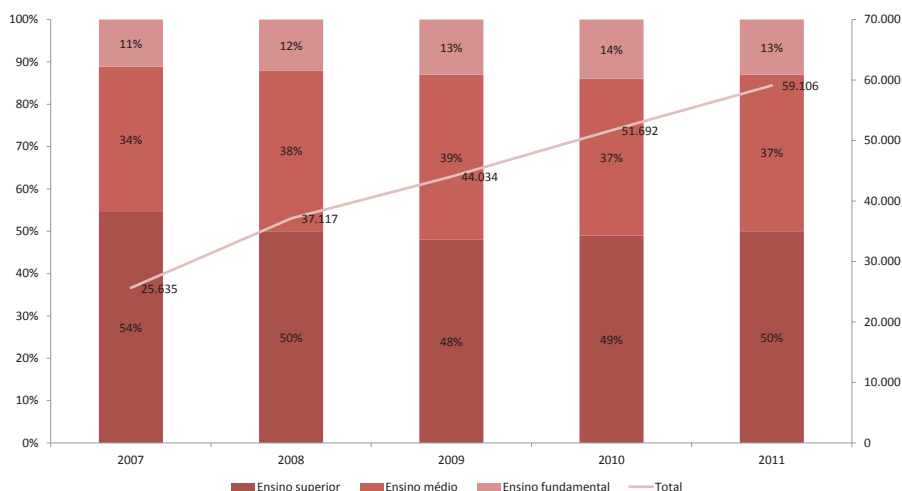


FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

RECURSOS HUMANOS

Desde 2007 tem havido um acréscimo no quantitativo total dos recursos humanos nos CRAS, o qual aumentou de 25.635 em 2007 para 59.106 em 2011, com um crescimento da média de trabalhadores por CRAS de 6,1 para 7,9 no período. Metade do total de funcionários possui Ensino Superior, não havendo alterações significativas nas equipes de referência no que tange ao nível de escolaridade no interstício de 2007 a 2011.

GRÁFICO 17: ESCOLARIDADE DOS RECURSOS HUMANOS DO CRAS, SEGUNDO OS ANOS DE 2007 A 2011 – BRASIL – 2011

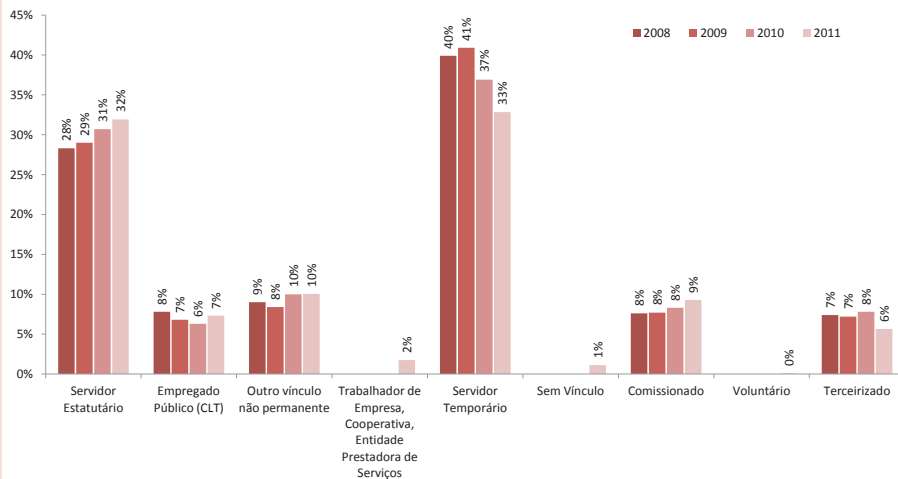


FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

A média de recursos humanos por CRAS se eleva conforme aumenta o porte populacional: pequeno porte I (6), pequeno porte II (8), médio porte (9), grande porte (10) e metrópoles (15).

Gradativamente ocorre aumento de trabalhadores com vínculos empregatícios mais permanentes. Verifica-se redução na frequência dos trabalhadores temporários e terceirizados, embora se observe aumento dos comissionados.

GRÁFICO 18: PERCENTUAL DE CRAS, SEGUNDO TIPO DE VÍNCULO EMPREGATÓCIO E ANO (2008-2011) – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

A formação profissional dos trabalhadores do SUAS é um aspecto que deve ser analisado considerando o quantitativo de profissionais definido pela NOB/SUAS-RH. Destaque-se que, por área de trabalho, o profissional de serviço social representa 22% dos recursos humanos dos CRAS; a psicologia, 13% e a pedagogia, 6%. Esses quantitativos viabilizaram a presença, em 97% dos CRAS, de ao menos um assistente social, ao passo que 85% dessas unidades têm psicólogo e 36% têm pedagogo.

Ao se analisar a quantidade mínima de assistentes sociais por CRAS considerando o porte populacional do município, definida pela NOB/SUAS – RH, observa-se que, no porte pequeno II, não há o atendimento mínimo do quantitativo de assistentes sociais. Além disso, há um aumento na média de assistentes sociais conforme aumenta o porte populacional.

TABELA 1: NÚMERO DE CRAS QUE ATENDEM À QUANTIDADE MÍNIMA DE ASSISTENTES SOCIAIS – BRASIL – 2011

PORTE POPULACIONAL	TOTAL DE CRAS	MÍNIMO POR CRAS	TOTAL DE ASSISTENTES SOCIAIS	TOTAL MÍNIMO DE ASSISTENTES SOCIAIS	MÉDIA DE ASSISTENTES SOCIAIS POR CRAS
PEQUENO I	3.771	1	4.912	3.771	1,3
PEQUENO II	1.326	2	2.236	2.652	1,7
MÉDIO	673	2	1.309	1.346	2,0
GRANDE	1.325	2	3.146	2.650	2,4
METRÓPOLE	380	2	1.323	760	3,5

FONTE: CENSO SUAS 2011 – CRAS

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO CRAS

O Índice de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS), elaborado pela Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), é um índice geral que possibilita o acompanhamento dos CRAS. É um indicador composto de quatro dimensões: atividades realizadas, horário de funcionamento, recursos humanos e estrutura física. Cada uma é avaliada de acordo com o grau de desenvolvimento apresentado pelos CRAS anualmente. Este grau representa o quanto as unidades conseguiram cumprir as normativas do SUAS em cada dimensão.

Estrutura física: espaço físico que garanta a execução de trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência;

Atividades realizadas: a disponibilização efetiva e adequada do PAIF, conforme as orientações técnicas da Proteção Social Básica, instituídas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Horário de funcionamento: O padrão esperado para o atendimento ao público é de oito horas por dia durante cinco dias de funcionamento por semana;

Recursos humanos: as equipes de referência constituídas por profissionais com a formação e no quantitativo mínimo constantes da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA FÍSICA

O indicador foi construído a partir da padronização da estrutura do espaço físico, conforme as orientações técnicas para os CRAS, para que o ambiente viabilize a prestação de serviços de proteção social básica.

Nesta dimensão, o enquadramento dos centros depende do atendimento a todos os itens constantes do Quadro 1, com exceção do grau insuficiente, no qual devem ser classificados os CRAS que não atendam ao menos a um dos itens discriminados para este grau.

QUADRO 1: COMPOSIÇÃO DO IDCRAS: DIMENSÃO ESTRUTURA FÍSICA

GRAUS DE DESENVOLVIMENTO	ITENS EXISTENTES NO CRAS
SUPERIOR (POSSUI OS ITENS)	LOCAL PARA RECEPÇÃO SALA PARA ENTREVISTA QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO INDIVIDUAL SALÃO PARA REUNIÃO COM GRUPOS DE FAMÍLIAS* BANHEIRO CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA** IMÓVEL PRÓPRIO
SUFICIENTE (POSSUI OS ITENS)	LOCAL PARA RECEPÇÃO SALA PARA ENTREVISTA QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO INDIVIDUAL SALÃO PARA REUNIÃO COM GRUPOS DE FAMÍLIAS* BANHEIRO CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA***
REGULAR (POSSUI OS ITENS)	LOCAL PARA RECEPÇÃO SALA PARA ENTREVISTA QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO INDIVIDUAL SALÃO PARA REUNIÃO COM GRUPOS DE FAMÍLIAS* BANHEIRO
INSUFICIENTE (NÃO POSSUI ALGUM DOS ITENS)	LOCAL PARA RECEPÇÃO SALA PARA ENTREVISTA QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO INDIVIDUAL SALÃO PARA REUNIÃO COM GRUPOS DE FAMÍLIAS* BANHEIRO

* CRITÉRIO 2008 PARA SALA DE ATENDIMENTO - MÍNIMO DE DUAS SALAS, SENDO QUE PELO MENOS UMA DELAS COM CAPACIDADE SUPERIOR A 15 PESSOAS

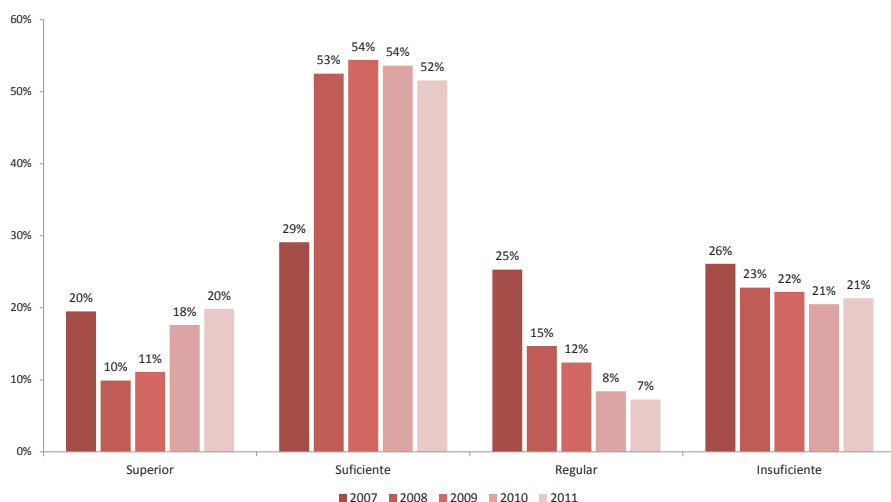
** CRITÉRIO 2008 - POSSUI CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM CONFORMIDADE COM A NORMA DA ABNT - NBR 9050

*** CRITÉRIO 2010 - POSSUI CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, MAS QUE NÃO ESTÃO EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT - NBR 9050 OU IMÓVEL PRÓPRIO

FONTE: BRASIL, 2011

Nessa dimensão, desde 2007, observa-se uma melhoria na infraestrutura dos CRAS. Considerando a soma dos graus superior e suficiente, praticamente não há alteração, permanecendo em 72%; entretanto, há um aumento no grau superior e redução no suficiente. Ressalta-se que a redução no quantitativo de CRAS enquadrados no estágio superior de 2007 para 2008 deveu-se à adoção dos critérios da ABNT para aferição da acessibilidade para pessoas com deficiência aos CRAS.

GRÁFICO 19: PERCENTUAL DE CRAS POR GRAU DE DESENVOLVIMENTO DA DIMENSÃO DE ESTRUTURA FÍSICA – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS – CRAS 2011

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS

O indicador de atividades realizadas nos CRAS reflete as funções do CRAS: na oferta do PAIF, prevista na Política Nacional de Assistência Social e nas orientações da proteção social básica.

QUADRO 2: COMPOSIÇÃO DO IDCRAS: DIMENSÃO ATIVIDADES REALIZADAS

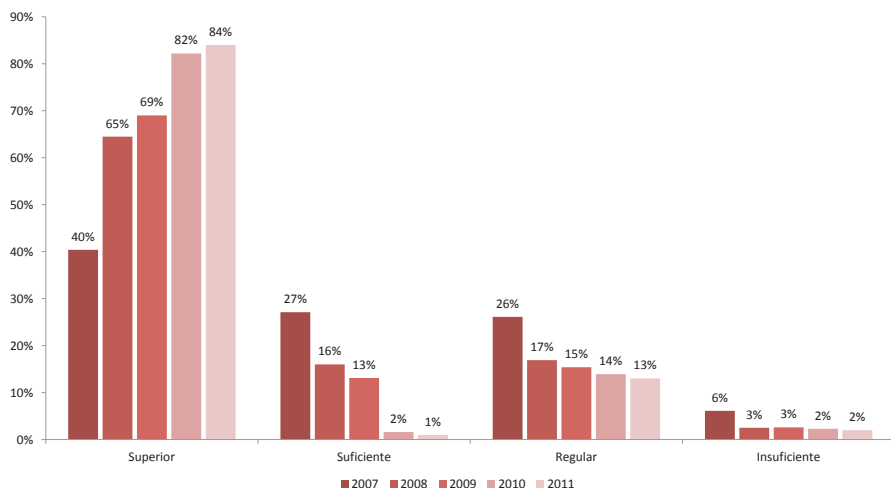
GRAUS DE DESENVOLVIMENTO	ATIVIDADES REALIZADAS NO CRAS
SUPERIOR (REALIZA TODOS OS ITENS)	VISITAS DOMICILIARES
	ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS
	ORIENTAÇÃO/ACOMPANHAMENTO PARA INSERÇÃO NO BPC
	ENCAMINHAMENTO PARA INSERÇÃO DE FAMÍLIAS NO CADÚNICO
	GRUPO/OFICINA DE CONVIVÊNCIA E ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS COM FAMÍLIAS OU POR CICLO DE VIDA OU INTERGERACIONAL
SUFICIENTE (REALIZA TODOS OS ITENS)	BUSCA ATIVA
	VISITAS DOMICILIARES
	ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS
	ORIENTAÇÃO/ACOMPANHAMENTO PARA INSERÇÃO NO BPC
	ENCAMINHAMENTO PARA INSERÇÃO DE FAMÍLIAS NO CADÚNICO
REGULAR (REALIZA TODOS OS ITENS)	GRUPO/OFICINA DE CONVIVÊNCIA E ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS COM FAMÍLIAS OU POR CICLO DE VIDA OU INTERGERACIONAL
	VISITAS DOMICILIARES
INSUFICIENTE (NÃO REALIZA ALGUM DOS ITENS)	ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS
	VISITAS DOMICILIARES

FONTE: BRASIL, 2011

No geral, conforme os resultados obtidos nesse indicador, 84% dos CRAS são considerados superiores e, adicionalmente, 2% insuficientes.

A avaliação temporal desse indicador tem mostrado uma constante e significativa melhoria nos resultados.

GRÁFICO 20: PERCENTUAL DE CRAS DISTRIBUÍDOS SEGUNDO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS QUANTO ÀS ATIVIDADES REALIZADAS – BRASIL 2007 A 2011



FONTE: CENSO SUAS – CRAS 2011

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Na formulação do indicador de horário de funcionamento dos CRAS, foi adotado como referencial o funcionamento mínimo por cinco dias na semana e oito horas diárias em enquadramento no grau suficiente, sendo que as outras gradações foram definidas em função desta, conforme Quadro 3.

A escolha do referencial para o grau suficiente decorreu da classificação destes centros como utilidades públicas de prestação de serviço à comunidade, cujo período de funcionamento não deve ser inferior a quarenta horas semanais.

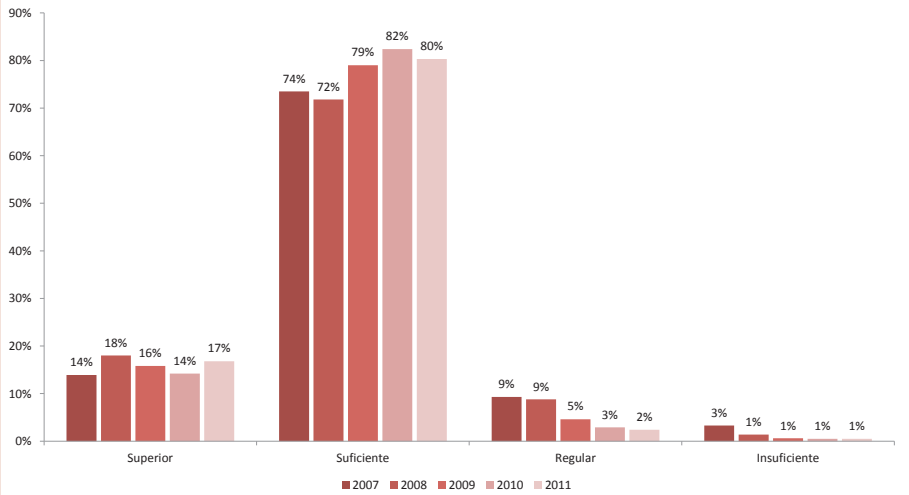
QUADRO 3: COMPOSIÇÃO DO IDCRAS: DIMENSÃO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

GRAUS DE DESENVOLVIMENTO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CRAS
SUPERIOR	5 DIAS NA SEMANA E MAIS DE 8 HORAS/DIA OU MAIS DE 5 DIAS NA SEMANA COM 8 OU MAIS HORAS/DIA
SUFICIENTE	5 DIAS NA SEMANA E 8 HORAS/DIA
REGULAR	5 DIAS NA SEMANA OU MAIS, COM 6 OU 7 HORAS/DIA
INSUFICIENTE	INFERIOR A 5 DIAS NA SEMANA OU 6 HORAS/DIA

FONTE: BRASIL, 2011

O indicador de desenvolvimento de horário de funcionamento apresentou resultados maiores que o ano anterior no grau de desenvolvimento superior e, embora tenha havido uma redução no percentual do grau suficiente, este foi acompanhado pela redução em outros graus.

GRÁFICO 21: PERCENTUAL DE CRAS DISTRIBUÍDOS SEGUNDO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS QUANTO AO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO – BRASIL 2007 A 2011



FONTE: CENSO SUAS – CRAS 2011

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O indicador de desenvolvimento do CRAS na dimensão de recursos humanos teve sua construção baseada nas orientações da NOB-RH/SUAS. Como a composição das equipes de referência do CRAS difere segundo o porte populacional, este indicador terá quantitativos diferentes com relação aos profissionais, ao grau de escolaridade, formação e vínculo, sendo este último critério específico do grau de desenvolvimento superior.

O quadro a seguir apresenta os critérios usados no cálculo do indicador, considerando o porte populacional do município onde se encontra o CRAS.

QUADRO 4: COMPOSIÇÃO DO IDCRAS: DIMENSÃO RECURSOS HUMANOS

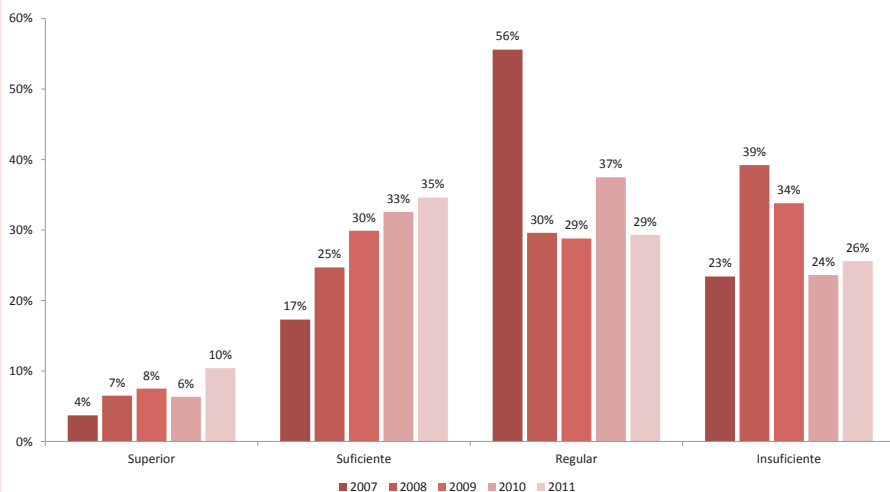
RECURSOS HUMANOS NO CRAS			
GRAU DE DESENVOLVIMENTO	MÉDIO, GRANDE E METRÓPOLE ATÉ 5.000 FAMÍLIAS REFERENCIADAS	PEQUENO PORTE II ATÉ 3.500 FAMÍLIAS REFERENCIADAS	PEQUENO PORTE I ATÉ 2.500 FAMÍLIAS REFERENCIADAS
SUPERIOR	NOVE OU MAIS PROFIS- SIONAIS, SENDO:	SETE OU MAIS PRO- FISSIONAIS, SENDO:	CINCO OU MAIS PRO- FISSIONAIS, SENDO:
	CINCO OU MAIS PROFISSIONAIS COM ENSINO SUPERIOR	QUATRO OU MAIS PROFISSIONAIS COM ENSINO SUPERIOR	TRÊS OU MAIS PROFISSIONAIS COM ENSINO SUPERIOR
	QUATRO OU MAIS PRO- FISSIONAIS COM ENSINO MÉDIO, DEVENDO HAVER, PELO MENOS:	TRÊS OU MAIS PROFISSIONAIS COM ENSINO MÉDIO, DEVENDO HAVER, PELO MENOS:	DOIS OU MAIS PROFISSIONAIS COM ENSINO MÉDIO, DE- VENDO HAVER, PELO MENOS:
	DOIS ASSISTENTES SOCIAIS	UM ASSISTENTE SOCIAL	UM ASSISTENTE SOCIAL
	UM PSICÓLOGO	UM COORDENADOR COM ENSINO SUPE- RIOR E ESTATUTÁRIO	UM COORDENADOR COM ENSINO SUPE- RIOR E ESTATUTÁRIO
	UM COORDENADOR COM ENSINO SUPERIOR E ESTATUTÁRIO		
SUFICIENTE	OITO OU MAIS PROFIS- SIONAIS, SENDO:	SEIS OU MAIS PRO- FISSIONAIS, SENDO:	QUATRO OU MAIS PROFISSIONAIS, SENDO:
	QUATRO OU MAIS PRO- FISSIONAIS COM ENSINO SUPERIOR	TRÊS OU MAIS PROFISSIONAIS COM ENSINO SUPERIOR	DOIS OU MAIS PROFISSIONAIS COM ENSINO SUPERIOR
	QUATRO OU MAIS PROFISSIONAIS COM EN- SINO MÉDIO, DEVENDO HAVER, PELO MENOS:	TRÊS OU MAIS PROFISSIONAIS COM ENSINO MÉDIO, DEVENDO HAVER, PELO MENOS:	DOIS OU MAIS PROFISSIONAIS COM ENSINO MÉDIO, DE- VENDO HAVER, PELO MENOS:
	DOIS ASSISTENTES SOCIAIS	UM ASSISTENTE SOCIAL	UM ASSISTENTE SOCIAL
	UM PSICÓLOGO		

RECURSOS HUMANOS NO CRAS			
GRAU DE DESENVOLVIMENTO	MÉDIO, GRANDE E METRÓPOLE ATÉ 5.000 FAMÍLIAS REFERENCIADAS	PEQUENO PORTE II ATÉ 3.500 FAMÍLIAS REFERENCIADAS	PEQUENO PORTE I ATÉ 2.500 FAMÍLIAS REFERENCIADAS
Regular	Seis ou mais profissionais, sendo: quatro ou mais profissionais com Ensino Superior	Cinco ou mais profissionais, sendo: três ou mais profissionais com Ensino Superior	Três ou mais profissionais, sendo: dois ou mais profissionais com Ensino Superior
Insuficiente	Menos de seis profissionais ou menos de quatro profissionais com Ensino Superior	Menos de cinco profissionais ou menos de três profissionais com Ensino Superior	Menos de quatro profissionais ou menos de dois profissionais com Ensino Superior

FONTE: BRASIL, 2011.

Os resultados obtidos na dimensão recursos humanos apresentaram uma melhoria no que se refere aos anos anteriores. Ocorreu um aumento no grau de desenvolvimento superior e uma redução no grau de desenvolvimento regular.

GRÁFICO 22: PERCENTUAL DE CRAS DISTRIBUÍDOS, SEGUNDO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS QUANTO AOS RECURSOS HUMANOS – BRASIL 2007 A 2011



FONTE: CENSO SUAS – CRAS 2011

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS (IDCRAS)

Os indicadores dimensionais dos CRAS, ao serem combinados, formam um único indicador sintético de desenvolvimento dos CRAS ou Índice de Desenvolvimento do CRAS (IDCRAS), o qual objetiva mensurar de uma forma global o estágio de evolução desses centros.

Com a finalidade de mensurar os estágios de desenvolvimento dos CRAS, este indicador sintético varia de um (1) a dez (10) em números inteiros, de acordo com os critérios apresentados no quadro a seguir.

QUADRO 5: INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS

ESTÁGIOS	CRITÉRIOS
1	Quatro dimensões INSUFICIENTE
2	Três das quatro dimensões INSUFICIENTE
3	Duas das quatro dimensões INSUFICIENTE
4	Uma das quatro dimensões INSUFICIENTE
5	Todas as dimensões REGULAR
6	Três dimensões REGULAR e uma SUFICIENTE ou SUPERIOR
7	Duas dimensões REGULAR e duas SUFICIENTE ou SUPERIOR
8	Uma dimensão REGULAR e três SUFICIENTE ou SUPERIOR
9	Todas as dimensões no mínimo SUFICIENTE, exclusive as quatro dimensões SUPERIOR
10	Quatro dimensões SUPERIOR

FONTE: BRASIL, 2011

No que se refere ao IDCRAS, a análise é feita a partir da combinação dos graus apresentados pelo CRAS em cada uma das dimensões, conforme procedimento supramencionado.

Os resultados obtidos a partir da combinação dos graus apresentados pelo CRAS em cada uma das dimensões indicam em que estágio o CRAS se encontra atualmente, ou seja, o seu estágio global. Assim, pode-se fazer a seguinte avaliação.

— **ESTÁGIOS DE 1 A 4:** DE UMA A QUATRO DIMENSÕES COM GRAU INSUFICIENTE. DEVEM SER MONITORADOS COM O OBJETIVO DE ALTERAR ESSA DIMENSÃO.

- **ESTÁGIOS DE 5 A 8:** DE UMA A QUATRO DIMENSÕES COM GRAU REGULAR. DEVEM SER MONITORADOS COM O OBJETIVO DE MELHORAR ESSA DIMENSÃO QUE SE ENCONTRA NO GRAU REGULAR.
- **ESTÁGIOS 9 E 10:** DE UMA A QUATRO DIMENSÕES COM GRAU SUFICIENTE OU SUPERIOR.

É importante esclarecer que a metodologia adotada para construção do IDCAS permite uma avaliação mais fidedigna dos CRAS, impedindo, por exemplo, que centros que apresentem uma dimensão com grau insuficiente e as outras três dimensões graus suficientes ou superiores, obtenham um indicador sintético elevado. Considera-se, portanto, que uma dimensão avaliada negativamente com os graus regular e insuficiente comprometa diretamente a qualidade e a capacidade operacional do CRAS nas demais dimensões.

A partir dos resultados apresentados pelos CRAS nas dimensões e no IDCAS, ações estratégicas e intervenções do poder público podem ser delimitadas e realizadas conforme as necessidades identificadas, com fins ao aperfeiçoamento desses centros.

TABELA 2 – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAS CONFORME OS DEZ ESTÁGIOS E O ANO (2007 A 2011) – BRASIL – 2011

		2007	2008	2009	2010	2011
GRADAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	1	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
	2	1,0%	1,0%	0,0%	1,0%	0,4%
	3	9,0%	12,0%	10,0%	11,0%	7,3%
	4	37,0%	41,0%	38,0%	42,0%	33,7%
	5	1,0%	0,0A%	0,0%	0,0%	0,0%
	6	6,0%	1,0%	1,0%	0,0%	0,4%
	7	16,0%	7,0%	7,0%	6,0%	4,7%
	8	23,0%	22,0%	22,0%	24,0%	24,2%
	9	8,0%	16,0%	21,0%	15,0%	28,3%
	10	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%

FONTE: CENSO SUAS – CRAS 2011

A análise temporal dos dez estágios do Indicador de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS) revela uma redução nos estágios 2, 3 e 4 e um aumento nos estágios 6, 9 e 10.

Observa-se que há um aumento nos CRAS que se encontram a partir do estágio 7: Em 2010, juntos, eles somavam 45% e, em 2011, somavam 58%.

Em adição, pode-se explicar a concentração de CRAS nos estágios 4, 8 e 9 em função de serem níveis nos quais uma única dimensão, geralmente recursos humanos ou estrutura física, restringe o acesso ao estágio seguinte. À guisa de ilustração, uma unidade com RH insuficiente e todas as demais dimensões no Nível Superior teria IDCRAS igual a 4. Bastaria uma melhoria nessa dimensão para regular que seu IDCRAS saltaria para 8. A elevação para RH suficiente permitiria um IDCRAS 9 e seu nivelamento no estágio superior com as demais conferiria um IDCRAS 10 nesse exemplo hipotético.

A análise dos resultados do Censo 2011 – CRAS mostra uma melhoria contínua dos CRAS nos diferentes aspectos: na estrutura física, na caracterização dos serviços por meio das atividades e ações, na gestão territorial e nos recursos humanos, que estão representados no IDCRAS.

É preciso, entretanto, o acompanhamento dos CRAS que se encontram em situações inadequadas para que possam oferecer serviços, programas, ações e benefícios da assistência social de maneira mais efetiva, de forma a garantir o papel básico desempenhado por essas unidades na estruturação e funcionamento do SUAS.





CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

A Política de Assistência Social, tendo como referenciais basilares a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), explicita como seus usuários: cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco, os quais abarcam famílias e indivíduos, por exemplo, com perda ou fragilidade de vínculos afetivos, desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e/ou por não ter acesso às políticas públicas, diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos, entre outros, – são tratados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Como forma de possibilitar melhor identificação e consequente mitigação das situações de vulnerabilidade e riscos, o sistema de proteção da assistência social trata de questões preventivas e protetivas. Para tanto, o SUAS subdivide-as em duas frentes de atuação, sendo a Proteção Social Básica (PSB), a fim de que se possa lidar com os aspectos preventivos, bem como a Proteção Social Especial (PSE), para tratar dos casos em que haja a violação de direitos.

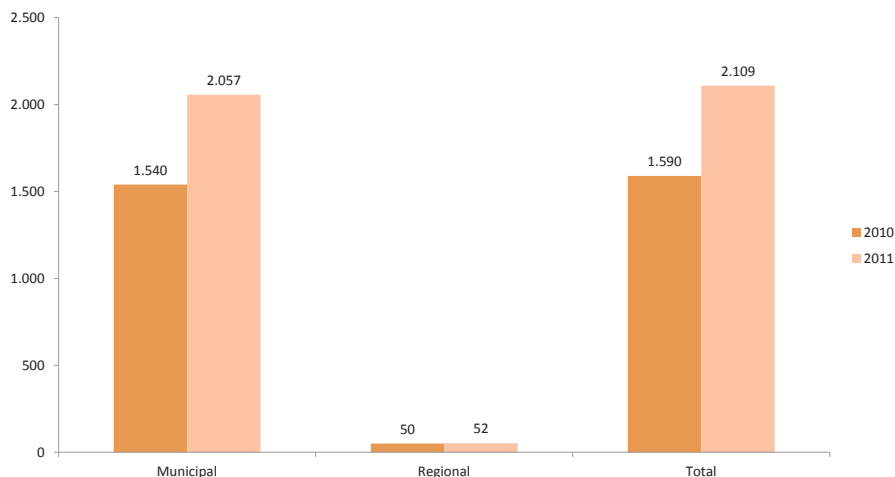
Conforme destacado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a proteção social especial tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direito, incluindo a atenção a: i) crianças e adolescentes em situação de trabalho; ii) adolescentes em medida socioeducativa; iii) crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual; iv) crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, usuários de substâncias psicoativas e outros indivíduos em situação de abandono; v) famílias com presença de formas de negligência, maus tratos e violência; sendo que tais serviços de proteção especial são divididos em média complexidade e alta complexidade conforme, respectivamente, ainda exista ou se detecte o efetivo rompimento de vínculos familiares e comunitários.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são os coordenadores e articuladores da proteção especial de média complexidade. Assim, o CREAS (MDS, 2012a) "configura-se como uma unidade pública e estatal,

que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.)”.

O Censo SUAS 2011 apurou um total de 2.109 CREAS cadastrados, dos quais 2.057 caracterizam-se como CREAS municipais e 52 como CREAS regionais, registrando-se um aumento de 519 unidades especializadas em comparação ao Censo do ano anterior. Sobre a distribuição regional das unidades, os centros de caráter municipal estão mais presentes nas regiões Nordeste (792) e Sudeste (552), enquanto os regionais estão em sua grande maioria situados no Nordeste (42); e a região Centro-Oeste é a única desprovida de centro regional.

GRÁFICO 23: COMPARATIVO DO NÚMERO DE CREAS, MUNICIPAL E REGIONAL, POR ANO DE PESQUISA (2010-2011)



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

Em termos de porte populacional, a maior parte dos CREAS está localizada em municípios de pequeno porte II, que são aqueles com população entre 20 mil e 50 mil habitantes. É também significativa, em termos absolutos, a quantidade de CREAS nos municípios de até 20 mil habitantes, classificados como pequeno porte I. Ressalta-se ainda que quase todos os centros estão situados em áreas urbanas (central ou periférica) e apenas 11 unidades na área rural e um itinerante (embarcação).

TABELA 3: NÚMERO DE CREAS SEGUNDO O PORTE POPULACIONAL DO MUNICÍPIO – BRASIL, 2011

PORTE POPULACIONAL	QTDE.	%
PEQUENO I	518	24,6
PEQUENO II	829	39,3
MÉDIO	315	14,9
GRANDE	347	16,5
METRÓPOLE	100	4,7
TOTAL	2.109	100,0

FORTE: CENSO SUAS, 2011.

Conforme estabelecido na NOB-RH/SUAS de 2006 e no que está referenciado na Portaria MDS n. 843, de 28 de dezembro de 2010, bem como orientação socioassistencial sobre a gestão dos CREAS, aos municípios classificados como de pequeno porte II e médio porte sugere-se que tenham ao menos uma unidade do CREAS. Nota-se que 1.115 municípios atendem a essa orientação, o que representa 82% dos municípios brasileiros enquadrados nas faixas populacionais citadas. É relevante observar que houve considerável aumento no que se refere ao ano anterior, quando o percentual era de 58%.

TABELA 4: NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS E DE MUNICÍPIOS COM CREAS, SEGUNDO O PORTE POPULACIONAL – BRASIL, 2011

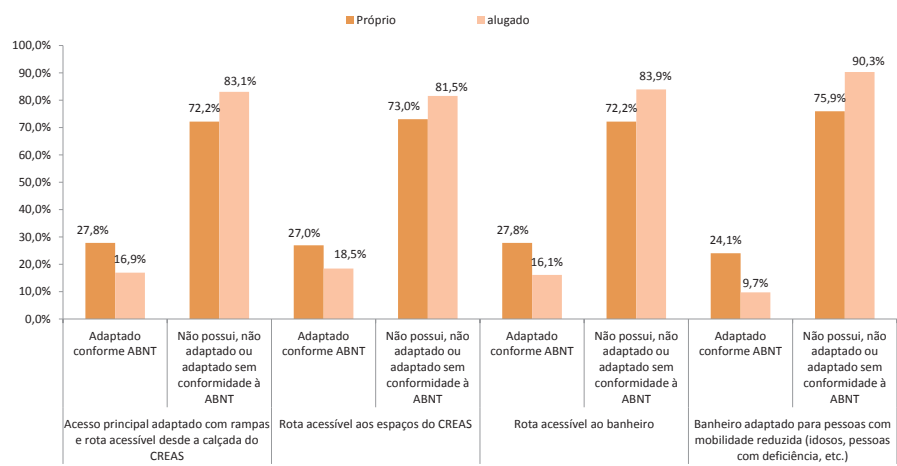
PORTE POPULACIONAL	NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM CREAS	MUNICÍPIOS CREAS/ TOTAL (%)
BRASIL	5.565	1.907	34,3
PEQUENO I	3.914	515	13,2
PEQUENO II	1.043	813	77,9
MÉDIO	325	302	92,9
GRANDE	266	260	97,7
METRÓPOLE E DF	17	17	100,0

FORTE: IBGE (2010) E CENSO SUAS, 2011.

ESTRUTURA FÍSICA

Em comparação com o mapeamento anterior, o Censo SUAS 2011 captou melhores resultados no que tange aos aspectos das recomendações de acessibilidade definidas na norma da ABNT (NBR 9050), tanto em imóveis próprios como nos alugados. Cabe ressaltar, contudo, que nenhum aspecto de acessibilidade alcançou ainda os 30%, independentemente da situação do imóvel.

GRÁFICO 24: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CREAS SEGUNDO ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE E SITUAÇÃO DO IMÓVEL – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS

A maior parte do público atendido pelo CREAS é de crianças e adolescentes, com destaque para as situações de abuso sexual (95%), violência psicológica (93%) e negligência ou abandono (91%). Destaca-se também o atendimento aos idosos em situação de negligência ou abandono, com atendimento em aproximadamente 80% dos CREAS. Por outro lado, tráfico de pessoas, discriminação em decorrência da raça/etnia e discriminação em decorrência da orientação sexual são as situações menos atendidas nas unidades de referência especializada.

TABELA 5: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE CREAS QUE ATENDEM A CRIANÇAS E ADOLESCENTES, MULHERES ADULTAS, HOMENS ADULTOS E IDOSOS SEGUNDO O TIPO DE ATENDIMENTO DAS SITUAÇÕES DE RISCO PESSOAL OU SOCIAL – BRASIL, 2011

SITUAÇÕES ATENDIDAS PELO PAEFI		CRIANÇAS E ADOLESCENTES	MULHERES ADULTAS	HOMENS ADULTOS	IDOSOS	NÃO ATENDE
VIOLÊNCIA FÍSICA	N.ABS	1.732	1.562	319	1.485	380
	%	82,1%	74,1%	15,1%	70,4%	18,0%
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	N.ABS	1.963	1.670	649	1.675	64
	%	93,1%	79,2%	30,8%	79,4%	3,0%
ABUSO SEXUAL	N.ABS	1.994	930	246	583	93
	%	94,5%	44,1%	11,7%	27,6%	4,4%
EXPLORAÇÃO SEXUAL	N.ABS	1.740	631	225	421	335
	%	82,5%	29,9%	10,7%	20,0%	15,9%
NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO	N.ABS	1.913	0	0	1.685	91
	%	90,7%	0,0%	0,0%	79,9%	4,3%
TRÁFICO DE PESSOAS	N.ABS	428	269	0	0	1.663
	%	20,3%	12,8%	0,0%	0,0%	78,9%
TRABALHO INFANTIL	N.ABS	1.634	0	0	0	475
	%	77,5%	0,0%	0,0%	0,0%	22,5%
SITUAÇÃO DE RUA	N.ABS	958	836	966	803	761
	%	45,4%	39,6%	45,8%	38,1%	36,1%
DISCRIMINAÇÃO EM DECORRÊNCIA DA ORIENTAÇÃO SEXUAL	N.ABS	904	583	623	388	1.018
	%	42,9%	27,6%	29,5%	18,4%	48,3%
DISCRIMINAÇÃO EM DECORRÊNCIA DA RAÇA/ETNIA	N.ABS	710	535	481	463	1.323
	%	33,7%	25,4%	22,8%	22,0%	62,7%

FONTE: CENSO SUAS, 2011.
(100% = 2.109)

O Serviço Especializado em Abordagem Social "é um serviço ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, entre outras. Nessa direção, o serviço oferta atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência" (MDS, 2012b). Do total de 2.109 CREAS cadastrados no Censo SUAS 2011, 61% (1.296) das unidades distribuídas em todo o Brasil realizam os serviços de abordagem social.

TABELA 6: NÚMERO DE CREAS QUE REALIZAM O SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL SEGUNDO AS REGIÕES DO PAÍS – BRASIL, 2011

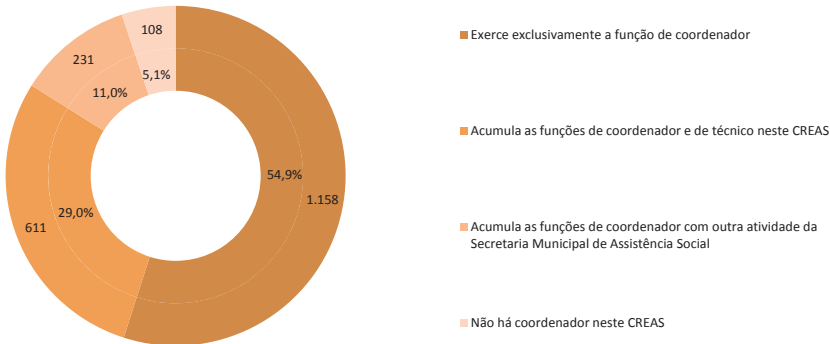
GRANDE REGIÃO E BRASIL	REALIZAÇÃO DE ABORDAGEM SOCIAL				TOTAL
	NÃO ATENDE	APENAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	APENAS COM JOVENS, POPULAÇÃO ADULTA E IDOSOS	COM CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, POPULAÇÃO ADULTA E IDOSOS	
NORTE	61	21	3	100	185
NORDESTE	292	76	19	447	834
SUDESTE	234	21	39	262	556
SUL	146	14	14	142	316
CENTRO-OESTE	80	11	6	121	218
BRASIL	813	143	81	1.072	2.109

FONTE: CENSO SUAS, 2011.

RECURSOS HUMANOS

Houve um aumento expressivo de recursos humanos nos CREAS em relação a 2010, com a incorporação de 4 mil novos funcionários. No que diz respeito à coordenação dos CREAS, foram identificados coordenadores em 2.000 unidades, o que equivale a 95% de cobertura da rede nacional. Das 2.109 unidades, entretanto, em apenas 55% os coordenadores possuem dedicação exclusiva às atividades de coordenação. Cerca de 40% realizam funções concomitantes à coordenação. Finalmente, em 108 CREAS inexistente a função de coordenador, o que representa 5% do total de unidades, indicando uma redução com relação ao ano anterior, quando o percentual era de aproximadamente 7%.

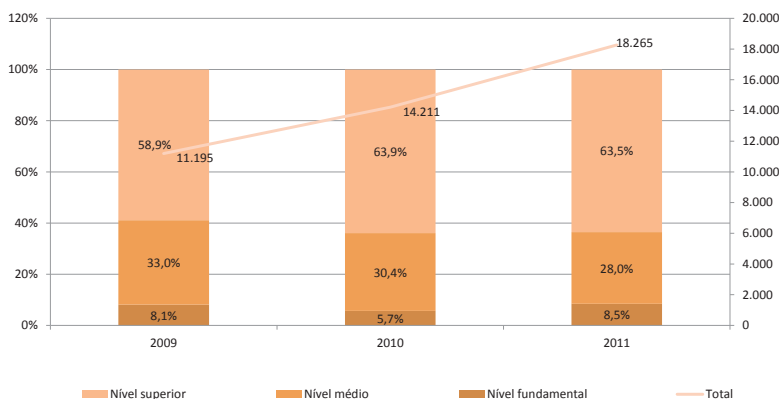
GRÁFICO 25: QUANTITATIVO DE CREAS SEGUNDO A FUNÇÃO DO COORDENADOR – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.
NOTA: MISSING = 1.

No que se refere ao perfil de escolaridade dos Recursos Humanos dos CREAS em 2011, nota-se o predomínio do Ensino Superior como nível de formação dos trabalhadores, ultrapassando 60% do total. Para o mesmo ano, 28% possuíam Ensino Médio e 8,5% o Ensino Fundamental.

GRÁFICO 26: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DOS CREAS SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE AGREGADO – BRASIL, 2009 A 2011



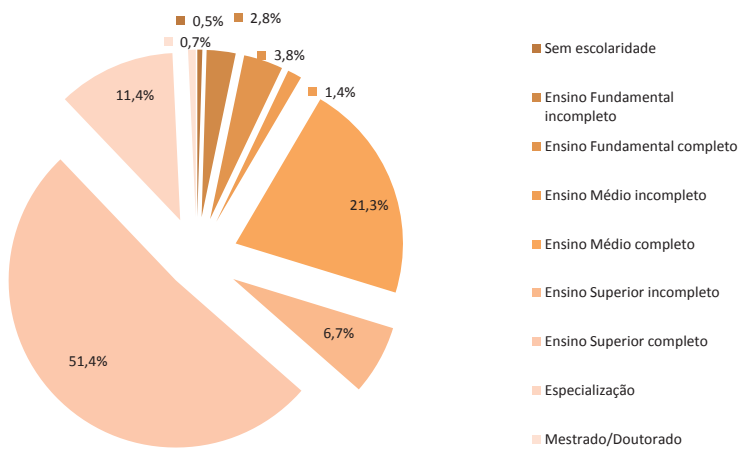
FONTE: CENSO SUAS, 2011.

NOTA:

- NÚMERO DE TRABALHADORES COM ENSINO FUNDAMENTAL: ABARCA OS TRABALHADORES QUE POSSUEM ATÉ O ENSINO FUNDAMENTAL, OU SEJA, ABARCA OS TRABALHADORES QUE NÃO POSSUEM ESCOLARIDADE, ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO, ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E ENSINO MÉDIO INCOMPLETO.
- NÚMERO DE TRABALHADORES COM ENSINO MÉDIO: ABARCA OS TRABALHADORES QUE POSSUEM ATÉ O ENSINO MÉDIO, OU SEJA, ABARCA OS TRABALHADORES QUE POSSUEM ENSINO MÉDIO COMPLETO E ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO.
- NÚMERO DE TRABALHADORES COM ENSINO SUPERIOR: ABARCA OS TRABALHADORES QUE POSSUEM PELO MENOS ENSINO SUPERIOR COMPLETO, OU SEJA, ABARCA OS TRABALHADORES QUE POSSUEM ENSINO SUPERIOR COMPLETO, ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO.

Dos 18.265 trabalhadores dos CREAS, 0,5% não possui escolaridade, 4% possuem Ensino Fundamental completo e 21% Ensino Médio completo, conforme Censo 2011.

GRÁFICO 27: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DOS CREAS SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

O trabalhador com formação em serviço social é o profissional com maior participação no quadro de funcionários, representando mais de 23% do total. Ainda entre os que possuem Ensino Superior, psicólogos (19%) e pedagogos (8%) configuram-se como outros maiores efetivos das unidades de referência especializada.

TABELA 7: FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DO CREAS – BRASIL, 2011

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	QTDE.	%
ASSISTENTE SOCIAL	4.259	23,3
PSICÓLOGO	3.426	18,8
PROFISSIONAL COM ENSINO MÉDIO	2.005	11,0
PEDAGOGO	1.453	8,0
ADVOGADO	1.117	6,1
OUTROS*	6.005	32,9
TOTAL	18.265	100,0

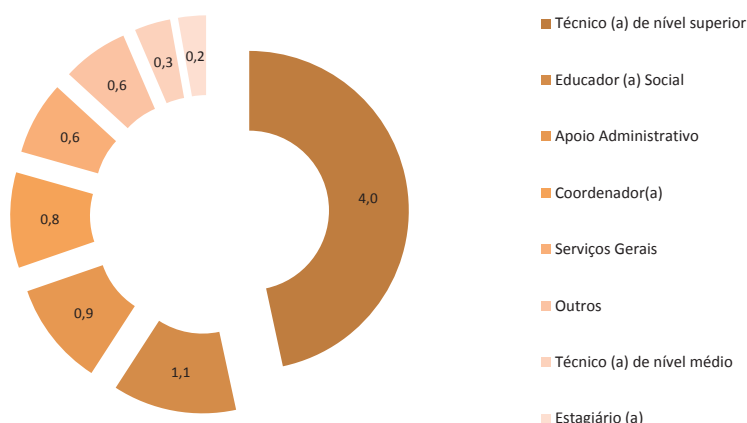
FONTE: CENSO SUAS, 2011.

NOTA:

(*) INCLUI OS OUTROS PROFISSIONAIS DE ENSINO SUPERIOR E OS SEM FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

A composição média das equipes dos CREAS, abrangendo-se todos os funcionários independentemente de função, vínculo empregatício ou escolaridade, é de 8,7 pessoas. No que tange às funções exercidas, a maior média fica por conta dos técnicos com Ensino Superior, seguida pelo educador social e pelo pessoal de apoio administrativo.

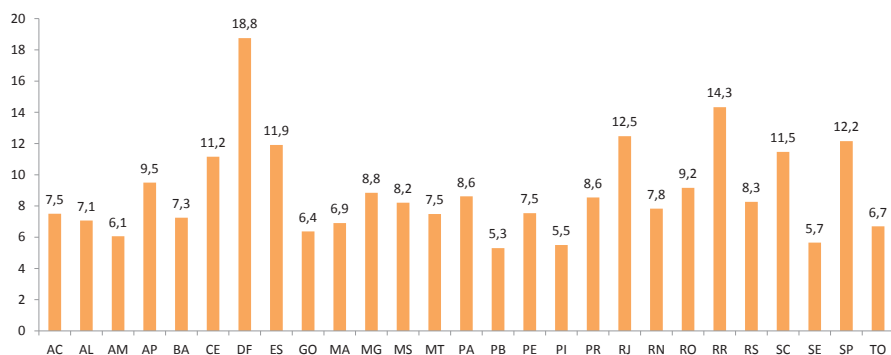
GRÁFICO 28: COMPOSIÇÃO MÉDIA DA EQUIPE DO CREAS SEGUNDO AS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS FUNCIONÁRIOS – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

Sobre a quantidade média de trabalhadores por CREAS, sete unidades da Federação apresentam uma média superior a 10 funcionários: Distrito Federal, Roraima, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Ceará. Por outro lado, em Sergipe, Piauí e Paraíba, a média de trabalhadores por CREAS não atinge 6 funcionários.

GRÁFICO 29: QUANTIDADE MÉDIA DE TRABALHADORES NOS CREAS POR UF – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.





CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

A partir da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009, as pessoas em situação de rua passaram a receber maior atenção das instâncias governamentais, sendo normatizadas as condições de ingresso das mesmas às políticas públicas desenvolvidas para esse público.

A população em situação de rua foi definida então como o “grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009).

Entre os objetivos da política supramencionada consta a implantação de centros de referência especializados para o atendimento à população em situação de rua, com oferta de serviço específico para esse público previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Nesse contexto, o Censo SUAS 2011 captou pela primeira vez as pessoas em situação de rua tendo como marco legal orientador os princípios, diretrizes e objetivos contidos no decreto supracitado. Trata-se, assim, de uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de mapear e identificar os indivíduos em situação de rua e, mais que isso, retirar da “invisibilidade estes brasileiros, permitindo que o Poder Público conheça quem são e onde estão” (BRASIL, 2011).

O órgão imediato responsável pelo atendimento às pessoas em situação de rua é o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP), que se encontra no âmbito da proteção social especial do SUAS

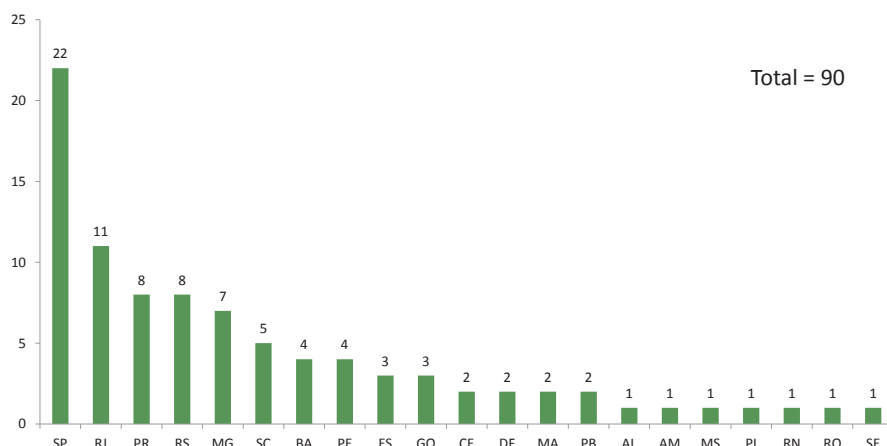
Entre as principais atividades desenvolvidas pelos Centros POP, podem ser destacadas: orientação e apoio para obtenção de documentação pessoal; encami-

nhamento para a rede de serviços socioassistenciais; encaminhamento de usuários dependentes de substâncias psicoativas para serviços da rede de saúde; encaminhamento para outros serviços da rede de saúde; entrevista individual e/ou familiar; acolhida e escuta inicial; encaminhamento para órgãos de defesa de direitos (Defensoria Pública, Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, etc.) estudo social; visitas domiciliares; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; busca ativa; ações/iniciativas voltadas ao acesso ao mercado de trabalho (encaminhamento para capacitação profissional/ curso profissionalizante e encaminhamento para programas de geração de trabalho e renda, por exemplo), entre outras.

Nesse contexto, apresentam-se a seguir alguns resultados do Censo SUAS 2011 no tocante aos CENTROS POP.

O Censo SUAS 2011 cadastrou 90 Centros POP em 21 unidades da Federação. Todas as regiões brasileiras possuem Centros, sendo que na região Norte apenas no Amazonas e em Rondônia foram registradas unidades.

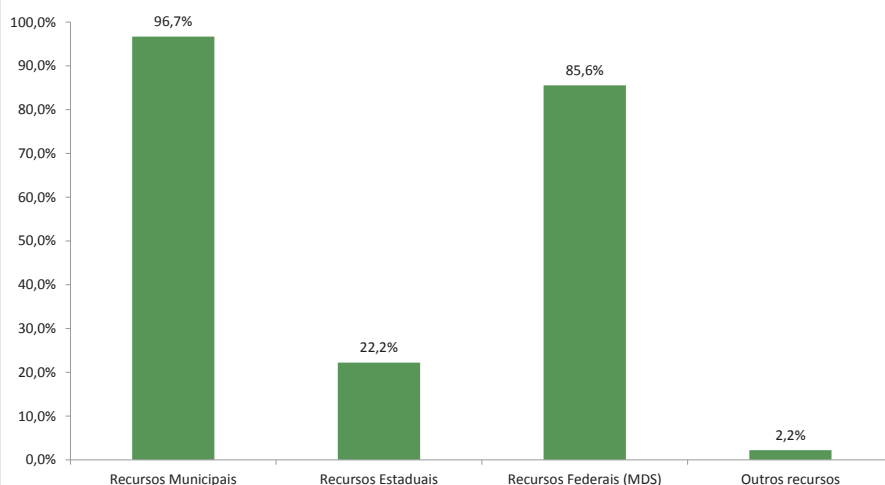
GRÁFICO 30: QUANTIDADE DE CENTROS POP POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

As fontes de financiamento dos Centros POP são principalmente os recursos municipais e os federais (MDS), presentes em, respectivamente, 97% e 86% dos centros. As unidades atendidas por recursos estaduais representam mais de 20% do total dos Centros POP.

GRÁFICO 31: PERCENTUAL DAS UNIDADES ATENDIDAS POR TIPO DE FONTE DE FINANCIAMENTO – BRASIL, 2011



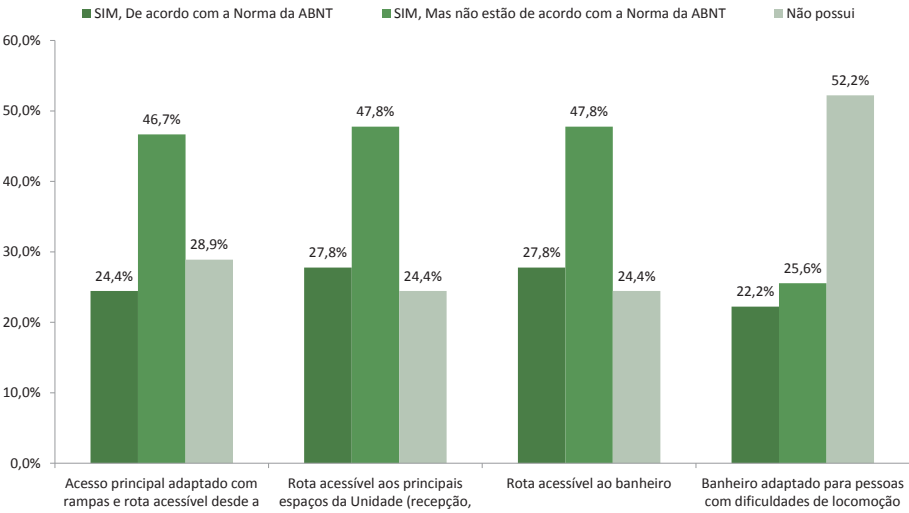
FONTE: CENSO SUAS, 2011.

ESTRUTURA FÍSICA

As condições de acessibilidade nos Centros POP são apresentadas na seguinte ordem: aquelas unidades que seguem as normas da ABNT; aquelas que possuem acessibilidade, porém não de acordo com as referidas normas; e, finalmente, as unidades que não possuem acessibilidade.

O acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até a recepção da unidade é encontrado em 71% das unidades, sendo que apenas 24% estão de acordo com a norma da ABNT. Outra informação é se o banheiro está adaptado para pessoas com dificuldades de locomoção. Nesse caso, menos de 50% das unidades apresentaram esse tipo de acessibilidade.

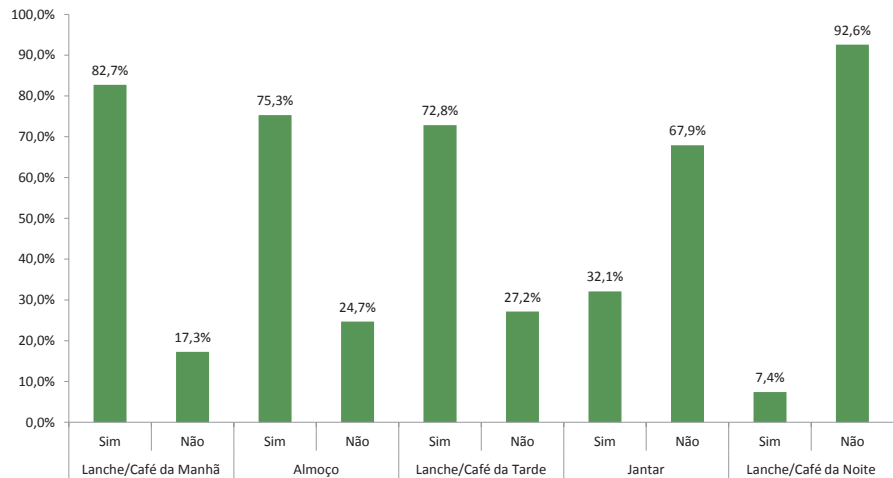
GRÁFICO 32: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CENTROS POP SEGUNDO ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

Os Centros POP também oferecem em seu espaço refeições aos usuários, sendo as do período diurno as mais ofertadas. O café da manhã, por exemplo, é ofertado em 83% das unidades e o almoço em 75%. Por outro lado, pouco mais de 30% das unidades oferecem jantar aos usuários.

GRÁFICO 33: REFEIÇÕES OFERECIDAS AOS USUÁRIOS NO ESPAÇO DO CENTRO POP – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

NOTA: 9 CENTROS NÃO INFORMARAM ESSES DADOS (100%=81).

SERVIÇOS OFERTADOS

Das atividades desenvolvidas pelos Centros POP, quatro estão presentes em todas as 90 unidades: i) orientação e apoio para obtenção de documentação pessoal, ii) encaminhamento para a rede de serviços socioassistenciais, iii) encaminhamento de usuários/dependentes de substâncias psicoativas para serviços da rede de saúde e iv) encaminhamento para outros serviços da rede de saúde.

Do lado das atividades menos presentes nos Centros POP, podem ser destacadas palestras e oficinas envolvendo a comunidade e orientação sociojurídica, que são desenvolvidas em 48% e 39% das unidades, respectivamente.

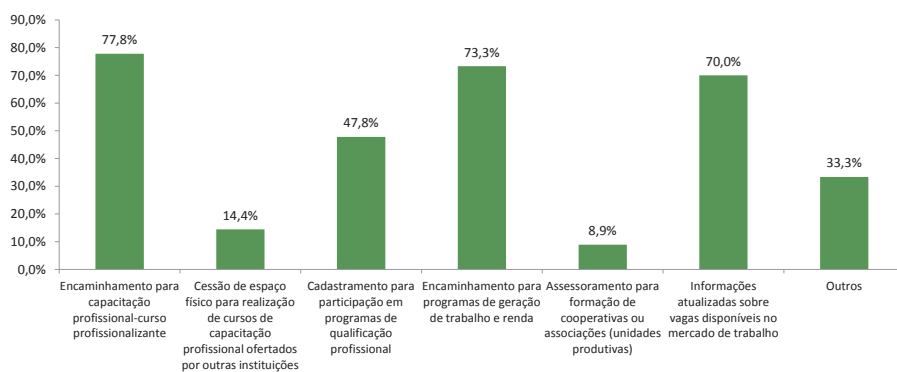
TABELA 8: QUANTIDADE DE CENTROS POP POR ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – BRASIL, 2011

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	QTDE	%
ORIENTAÇÃO E APOIO PARA OBTENÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PESSOAL	90	100,0%
ENCAMINHAMENTO PARA A REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	90	100,0%
ENCAMINHAMENTO DE USUÁRIOS DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS PARA OS SERVIÇOS DA REDE DE SAÚDE	90	100,0%
ENCAMINHAMENTO PARA OUTROS SERVIÇOS DA REDE DE SAÚDE	90	100,0%
ENTREVISTA INDIVIDUAL E/OU FAMILIAR	89	98,9%
REGISTRO DE INFORMAÇÕES EM PRONTUÁRIO	89	98,9%
ACOLHIDA E ESCUTA INICIAL	88	97,8%
ORIENTAÇÃO E ATENDIMENTO INDIVIDUAL E/OU FAMILIAR	88	97,8%
ACOMPANHAMENTO DOS USUÁRIOS ENCAMINHADOS PARA A REDE	88	97,8%
ENCAMINHAMENTO PARA ÓRGÃOS DE DEFESA DE DIREITOS (DEFENSORIA PÚBLICA, PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, CONSELHO TUTELAR, ETC.)	87	96,7%
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS SOBRE CASOS EM ACOMPANHAMENTO	87	96,7%
ENCAMINHAMENTO PARA SERVIÇOS-UNIDADES DAS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS	86	95,6%
ESTUDO SOCIAL	85	94,4%
ESTUDO DE CASO-DISSCUSSÃO DE CASOS EM EQUIPE	85	94,4%
VISITAS DOMICILIARES	82	91,1%
MOBILIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CONVÍVIO E DE REDES SOCIAIS DE APOIO	77	85,6%
BUSCA ATIVA	73	81,1%
ORIENTAÇÃO E ATENDIMENTO EM GRUPO	70	77,8%
ELABORAÇÃO DE PLANO DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL E/OU FAMILIAR	67	74,4%
ENCAMINHAMENTO PARA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA), ETC.)	66	73,3%
OFICINAS E ATIVIDADES COLETIVAS DE CONVÍVIO E SOCIALIZAÇÃO	62	68,9%
AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	61	67,8%
MOBILIZAÇÃO DE FAMÍLIA EXTENSA OU AMPLIADA	59	65,6%
PALESTRAS E OFICINAS ENVOLVENDO A COMUNIDADE	43	47,8%
OUTRAS	36	40,0%
ORIENTAÇÃO SOCIOJURÍDICA	35	38,9%

FONTE: CENSO SUAS, 2011.

Os Centros POP também desenvolvem atividades que visam auxiliar o usuário no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho. Das ações/iniciativas identificadas, destacam-se o encaminhamento para capacitação profissional/curso profissionalizante (realizada por 78% das unidades), o encaminhamento para programas de geração de trabalho e renda (73%) e a oferta de informações atualizadas sobre vagas disponíveis no mercado de trabalho (70%).

GRÁFICO 34: QUANTIDADE DE CENTROS POP POR AÇÕES/INICIATIVAS EM RELAÇÃO AO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

No que tange à movimentação média dos atendimentos e acompanhamentos nos Centros POP, tendo o mês de agosto como referência, pode-se destacar a quantidade de casos em acompanhamento regular (média de 112 por unidade) e a quantidade de novos casos inseridos no acompanhamento do Centros POP (32 casos por unidade).

No que diz respeito ao atendimento diário, a quantidade média é de quase 25 indivíduos por Centro POP.

TABELA 9: QUANTIDADE DE CASOS DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO NOS CENTROS POP – BRASIL, 2011

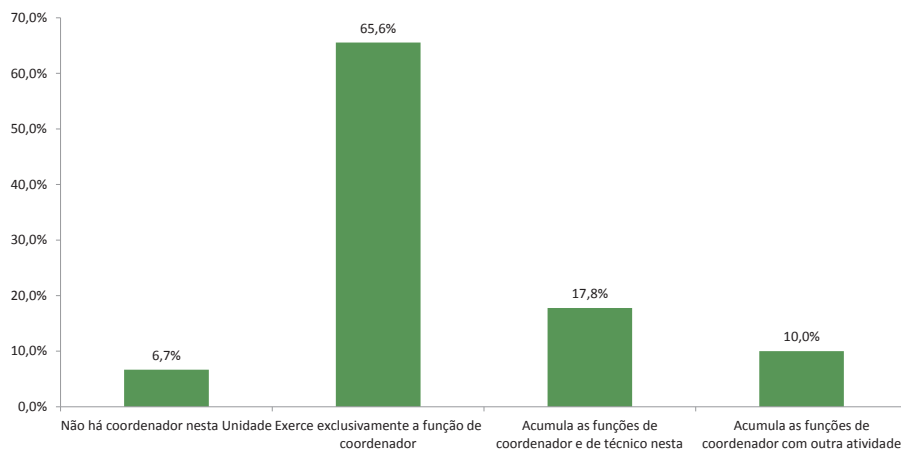
CASOS DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO NOS CENTROS POP - BRASIL, 2011	MÉDIA POR CENTRO
QUANTIDADE TOTAL DE CASOS (FAMÍLIAS-INDIVÍDUOS) EM ACOMPANHAMENTO REGULAR POR ESTE CENTRO POP (NO MÊS DE AGOSTO DE 2011)	111,9
QUANTIDADE TOTAL DE NOVOS CASOS (FAMÍLIAS OU INDIVÍDUOS) INSERIDOS NO ACOMPANHAMENTO DO CENTRO POP DURANTE O MÊS DE AGOSTO DE 2011	31,9
DOS CASOS ATENDIDOS POR ESTE CENTRO POP, INDIQUE O TOTAL DE FAMÍLIAS-INDIVÍDUOS QUE FORAM ENCAMINHADOS PARA INCLUSÃO NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS NO MÊS DE AGOSTO-2011	5,0
DOS CASOS ATENDIDOS POR ESTE CENTRO POP NO MÊS DE AGOSTO-2011, INDIQUE O TOTAL DE FAMÍLIAS-INDIVÍDUOS ENCAMINHADAS PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS	2,1
DO TOTAL DE CASOS ATENDIDOS POR ESTE CENTRO POP NO MÊS DE AGOSTO, INDIQUE O TOTAL DE FAMÍLIAS-INDIVÍDUOS ENCAMINHADOS PARA ACESSO AO BPC	1,2
DO TOTAL DE CASOS ATENDIDOS NO MÊS DE AGOSTO DE 2011 POR ESTE CENTRO POP, INDIQUE A QUANTIDADE DE FAMÍLIAS-INDIVÍDUOS ENCAMINHADOS PARA ACESSO A BENEFÍCIOS EVENTUAIS	15,8
EM MÉDIA QUANTOS CASOS (FAMÍLIAS-INDIVÍDUOS) SÃO ATENDIDOS POR DIA NESTE CENTRO POP?	24,7

FONTE: CENSO SUAS, 2011.

RECURSOS HUMANOS

Os Centros POP que não contam com a figura do coordenador correspondem a 7% do total das unidades cadastradas no Censo SUAS 2011. Em 59 unidades (66%) o coordenador exerce exclusivamente essa função, enquanto que em 18% o coordenador também acumula a função de técnico da Unidade.

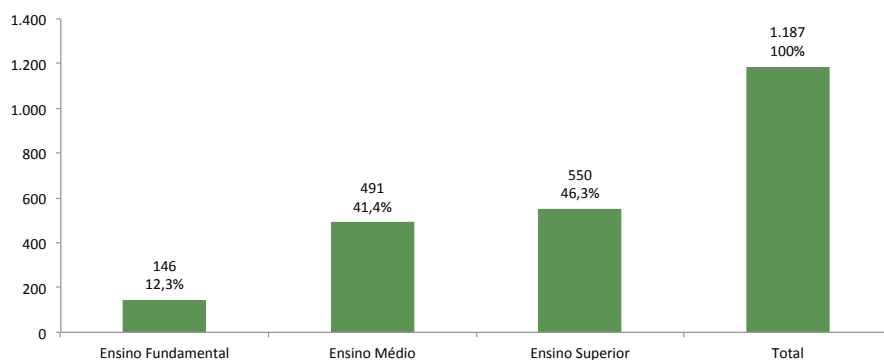
GRÁFICO 35: FUNÇÃO DO COORDENADOR DOS CENTROS POP – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

No total, foram identificados 1.187 trabalhadores nos Centros POP. Em termos de nível de escolaridade, nota-se que o maior percentual é de trabalhadores com Ensino Superior (46%) e o menor compreende aqueles com Ensino Fundamental (12%).

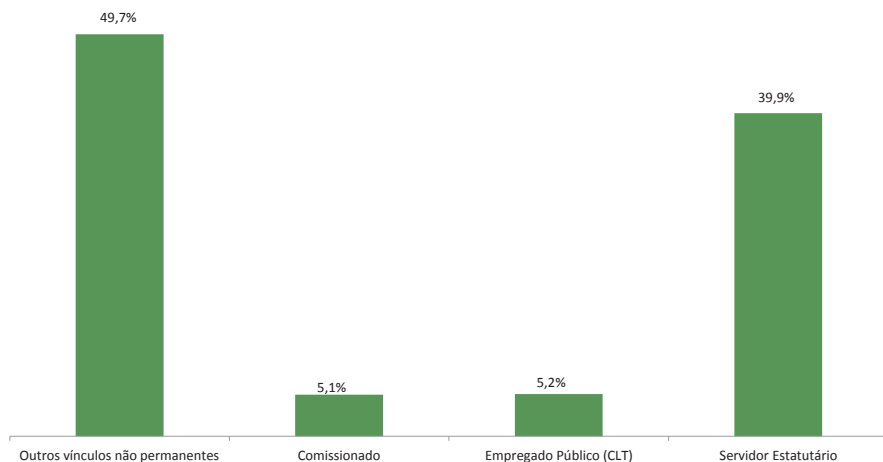
Gráfico 36: Nível de escolaridade dos trabalhadores dos Centros POP – Brasil, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

Quando se analisa os recursos humanos dos Centros POP detalhados por tipo de vínculo institucional, observa-se que os vínculos não permanentes representam quase metade do total de trabalhadores, enquanto os servidores estatutários são aproximadamente 40% do total.

GRÁFICO 37: PERCENTUAL DOS RECURSOS HUMANOS DOS CENTROS POP POR VÍNCULO INSTITUCIONAL – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

Gestão Municipal

A organização de maneira descentralizada dos serviços socioassistenciais e o modelo de gestão participativa são características fundamentais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual articula os esforços e os recursos das três esferas de governo visando ao financiamento e à execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

No que tange à esfera municipal, o art. 15, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) destaca que compete aos municípios: destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral; executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil; atender às ações assistenciais de caráter emergencial; prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta Lei (MDS, 2009).

Diante disso, a estruturação da assistência social em âmbito municipal reveste-se de importância basilar para o SUAS. Com base nessa perspectiva, apresentam-se a seguir alguns resultados do Censo SUAS 2011 no tocante à Gestão Municipal dos serviços socioassistenciais.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

No que se refere à estruturação, nota-se que parte significativa dos municípios brasileiros possui uma secretaria municipal exclusiva na área de assistência social. Em comparação ao ano de 2010, os percentuais tanto para o País quanto para suas grandes regiões apresentam melhorias. No Brasil, 75% dos municípios contam com secretarias municipais exclusivas; e, em termos regionais, Centro-Oeste e Nordeste apresentam os melhores percentuais, 87% e 83%, respectivamente, conforme dados do Censo SUAS 2011.

É relevante destacar que o aumento do número de secretarias municipais exclusivas carece de avaliação adicional para verificar em que medida tal institucionalização influencia o desempenho dos programas, ações e serviços da assistência social.

GRÁFICO 38: PERCENTUAL DE SECRETARIA MUNICIPAL EXCLUSIVA DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POR REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010 E 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2010 E 2011.

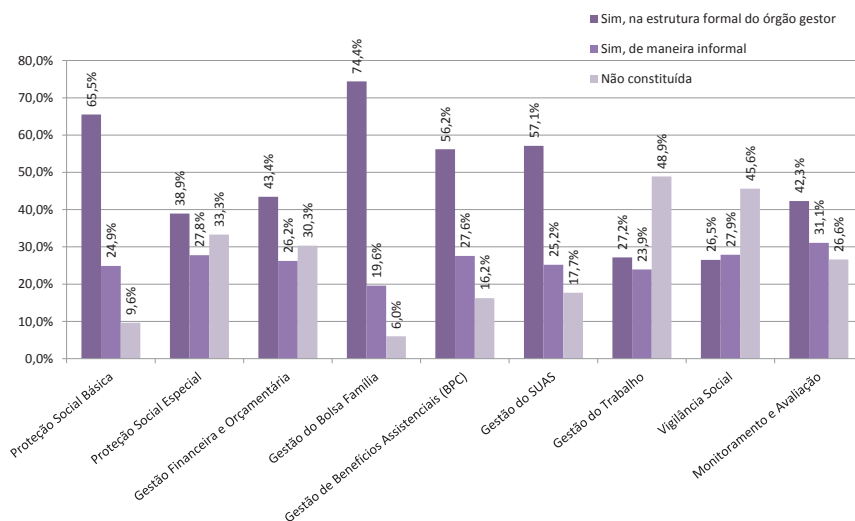
O grau de formalização das áreas da assistência social demonstra um gradativo processo de consolidação das mesmas, especialmente daquelas referentes à gestão de benefícios e serviços da proteção social básica.

Áreas como a vigilância social e o Monitoramento e Avaliação (M&A) ainda carecem de uma maior institucionalização, embora para pequenas localidades dificilmente se possam demandar estruturas específicas de M&A para todas os setores de atuação pública, como saúde, educação, assistência social, etc. Por outro lado, a vigilância social afigura-se como um ramo de crucial importância que tem de ser desenvolvido em todas os municípios, mesmo nos pequenos, tendo em vista ser responsável, entre outras atribuições, pelo diagnóstico do público da assistência social e de seu território.

Cabe ressaltar, contudo o esforço contínuo para a implementação dessas secretarias pelos municípios, ainda que de maneira informal. De fato, agregando-se a instituição formal e informal dessas áreas, a Proteção Social Básica e a Gestão

do Programa Bolsa Família (PBF) estão quase universalizadas, instituídas em respectivamente 90% e 94% dos entes. Outras áreas de destaque são a Gestão de Benefícios Assistenciais e a Gestão do SUAS, ambas presentes em respectivamente 84% e 82% das localidades.

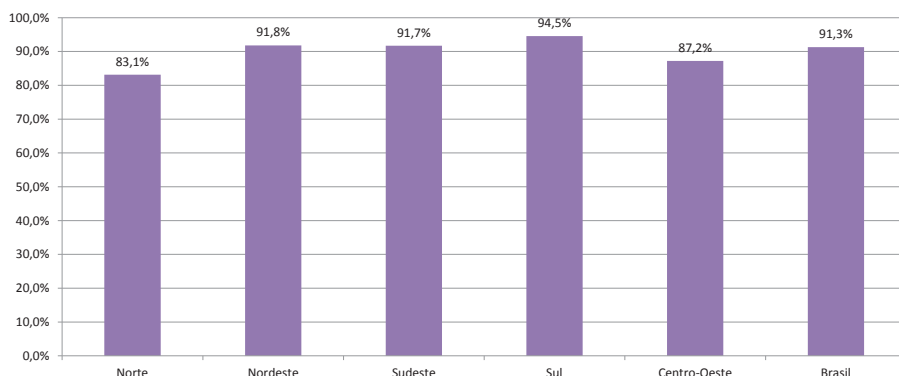
GRÁFICO 39: ÁREAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR FORMALIZAÇÃO ENQUANTO SUBDIVISÃO ADMINISTRATIVA – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

Sobre a existência do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), nota-se que grande parte dos municípios possui esse importante instrumento de planejamento. As regiões Sul, Nordeste e Sudeste são as que mais se destacam, ficando acima da média nacional.

GRÁFICO 40: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS), POR REGIÃO E BRASIL – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

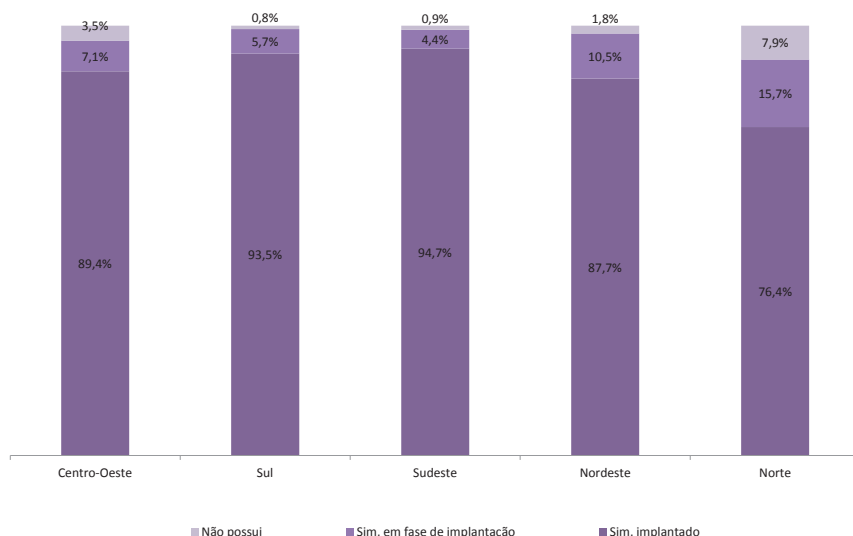
GESTÃO FINANCEIRA

Dos 5.416 municípios respondentes ao Censo SUAS 2011, os quais representam 97% dos 5.565 municípios brasileiros, 90% possuíam o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) implantado, o que corresponde a 4.888 municípios.

Ao analisar as localidades com FMAS em âmbito regional, observa-se que os maiores percentuais estão nas regiões Sudeste e Sul, com respectivamente 95% e 93% dos municípios com FMAS implantados. Por outro lado, nota-se que 8% dos municípios respondentes da região Norte não possuem o Fundo.

Esse último percentual significa uma maior dificuldade dos municípios da região Norte no que tange ao recebimento de recursos governamentais, pois assim como prevê o art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, a efetiva instituição e funcionamento dos FMAS é condição requerida para os repasses do governo federal para a área de assistência social dos municípios (MDS, 2009).

GRÁFICO 41: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM FMAS POR REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2011

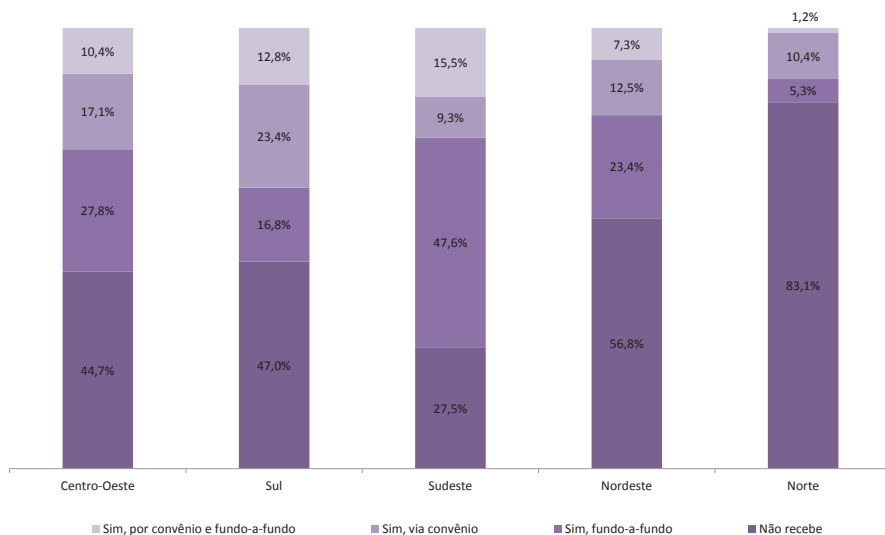


FONTE: CENSO SUAS, 2011.

Os dados que tratam do cofinanciamento estadual mostram que os municípios da região Norte são os menos contemplados com a referida modalidade de financiamento (83%), estando a região Sudeste no outro extremo (27%).

No que diz respeito ao repasse fundo-a-fundo, as regiões que se destacam são Sudeste e Centro-Oeste, as quais apresentam 48% e 28%, respectivamente, de municípios que recebem cofinanciamento estadual exclusivamente por essa sistemática.

GRÁFICO 42: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE RECEBEM COFINANCIAMENTO ESTADUAL, POR MODALIDADE, SEGUNDO REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2011



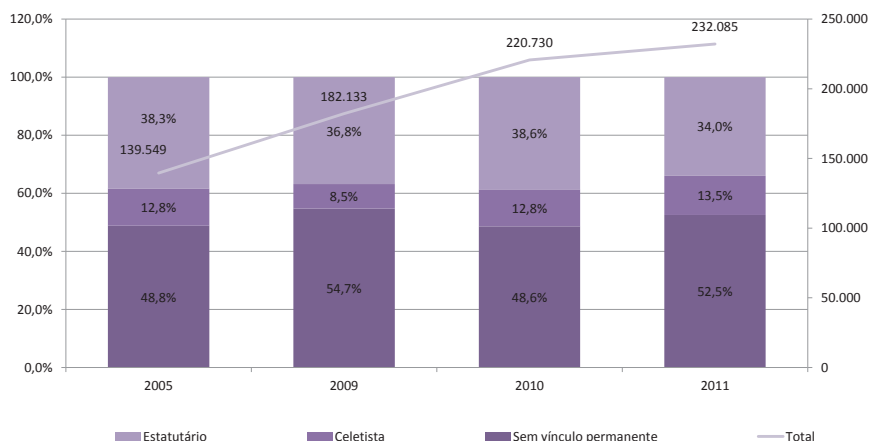
FONTE: CENSO SUAS, 2011.

GESTÃO DO TRABALHO

O efetivo de trabalhadores da assistência social tem aumentado gradativamente nos últimos anos. Conforme mostrado no Censo SUAS 2010 (MDS, 2011), a taxa de crescimento da quantidade de trabalhadores no período de 2005 a 2010 foi de 9,6% ao ano. O Censo SUAS 2011 mostra um quantitativo de 232.085 trabalhadores da assistência social, indicando variação de 5,2% quando comparado com o ano anterior.

No tocante aos dados sobre a mão de obra da assistência social, é relevante destacar o tipo de vínculo dos trabalhadores. O Censo 2011 identifica que menos da metade dos vínculos (47%) é composta por trabalhadores com vínculos mais estáveis (estatutários e celetistas). Tendo em vista que o restante, com vínculos menos estáveis, pode apresentar maior rotatividade e, assim, minimizar a fixação de conhecimento ao longo do tempo nas diferentes instâncias da assistência social, é salutar o aumento da participação de vínculos mais estáveis.

GRÁFICO 43: EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR VÍNCULO EMPREGATÍCIO – BRASIL, 2005 E 2009-2011



FONTE: MUNIC AS/IBGE (DADOS DE 2005 E 2009) E CENSO SUAS 2010 E 2011.

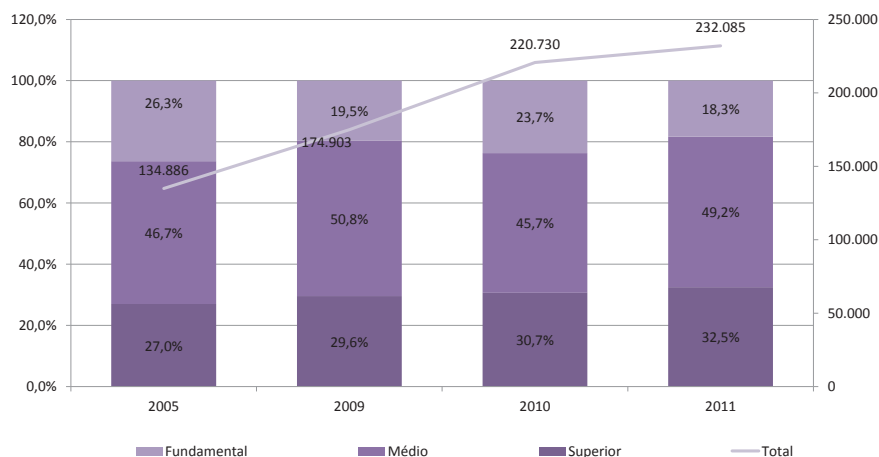
NOTA: "SEM VÍNCULO PERMANENTE" ENGLOBALA 'COMISSIONADOS' E 'OUTROS VÍNCULOS'.

A composição do quadro de trabalhadores na gestão municipal quando se analisa o nível de escolaridade no Censo SUAS SUAS, apresenta alteração com relação ao do ano anterior. Observa-se, por exemplo, um aumento da participação dos profissionais com Ensino Médio e Superior concomitantemente à redução dos trabalhadores com Ensino Fundamental.

Acrescenta-se que o percentual de trabalhadores com Ensino Médio aumentou nos vínculos estatutários, celetistas e comissionados, excetuados apenas aqueles identificados como 'outros vínculos'.

É também relevante observar que a participação dos profissionais com formação no Ensino Superior, em vínculos mais estáveis, foi reduzida. Enquanto em 2010 os trabalhadores com a referida formação representaram 28% e 29% de estatutários e celetistas, respectivamente; em 2011, os percentuais, na mesma ordem, foram de 22% e 20%.

GRÁFICO 44: PERCENTUAL DE TRABALHADORES NA GESTÃO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – BRASIL, 2005 E 2009-2011



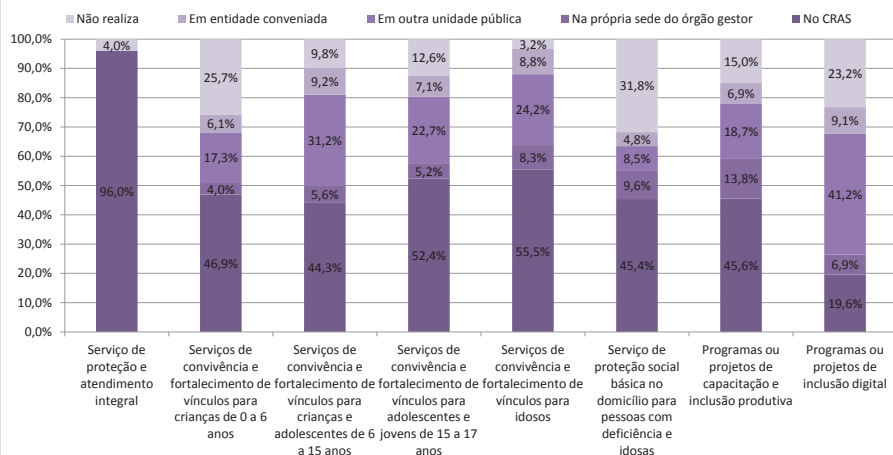
FONTE: MUNIC AS/IBGE (DADOS DE 2005 E 2009) E CENSO SUAS 2010 E 2011.

NOTA: NÃO INCLUI CIDADES SEM DADOS (POR EXEMPLO, BRASÍLIA EM 2005) E TAMBÉM FUNCIONÁRIOS REGISTRADOS COMO "SEM INSTRUÇÃO (ESPECIALMENTE PARA O ANO DE 2009).

GESTÃO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

Com relação aos serviços e benefícios ofertados nos municípios, no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) destaca-se o protagonismo do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como o local principal de oferta do setor de assistência social. Na modalidade de serviço de proteção e atendimento integral (PAIF), por exemplo, a participação do CRAS é de 96%, e também tem participação superior a 50% nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e para idosos.

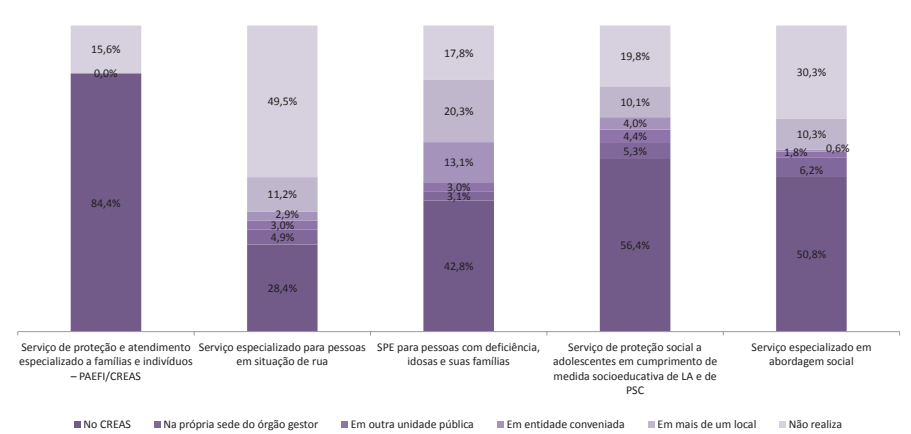
GRÁFICO 45: PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA OFERTADOS NOS MUNICÍPIOS POR LOCALIZAÇÃO DA OFERTA – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

No que concerne aos serviços de PSE, nota-se a menor incidência de oferta dos mesmos, inclusive pela não obrigatoriedade de instalação de um CREAS nos municípios de até 20 mil habitantes. Ao se realizar, no entanto, a análise considerando-se somente os municípios com população superior a 20 mil, constata-se um processo de massificação da oferta do PAEFI nos CREAS, em especial, e dos serviços de proteção especial de média complexidade como um todo nas diferentes unidades da rede municipal, uma vez que o percentual de não disponibilização dos mesmos pelos municípios somente foi superior a 20% no caso dos serviços de abordagem social e especializado para as pessoas em situação de rua.

GRÁFICO 46: PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, OFERTADOS NOS MUNICÍPIOS POR LOCALIZAÇÃO DA OFERTA – BRASIL, 2011.



FONTE: CENSO SUAS, 2011

Especificamente no âmbito da PSE de alta complexidade, pôde-se constatar a existência de mais de 120 mil vagas em abrigos de unidades conveniadas, distribuídas entre os diferentes públicos-alvo, como idosos e pessoas com deficiência, entre outros.

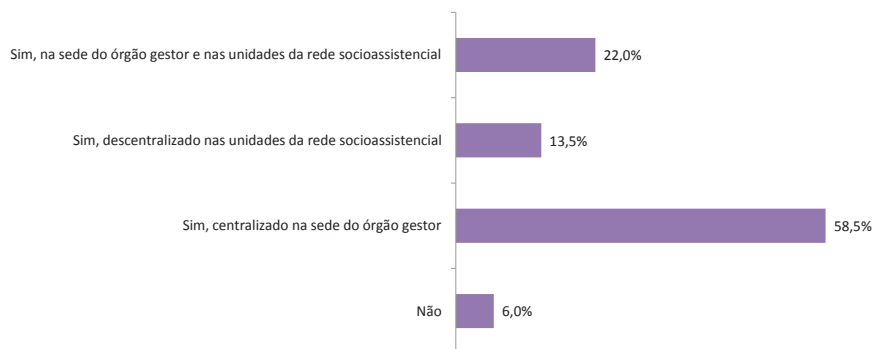
TABELA 10: OFERTA DE VAGAS E QUANTIDADE DE UNIDADES NO ÂMBITO DA PSE DE ALTA COMPLEXIDADE NOS MUNICÍPIOS – BRASIL, 2011

SERVIÇO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	QTDE. DE UNIDADES PÚBLICAS	QTDE. DE VAGAS EM UNIDADES PÚBLICAS	QTDE. UNIDADES CONVENIADAS	QTDE. DE VAGAS EM UNIDADES CONVENIADAS
UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (ABRIGOS)				
. PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.523	31.735	1.871	34.386
. PARA IDOSOS	748	17.979	2.208	51.641
. PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	257	8.305	342	19.957
. PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	351	7.300	1.022	23.906
. PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	149	2.790	81	1.169
UNIDADES DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA				
. PARA JOVENS (MAIORES DE 18 ANOS)	21	154	38	316
. PARA ADULTOS EM PROCESSO DE SAÍDA DAS RUAS	34	421	52	674
. PARA IDOSOS	124	1.440	127	1.289

FONTE: CENSO SUAS 2011.

Em termos de concessão de benefícios eventuais pela assistência social, o percentual de municípios que concede algum tipo de benefício é de 94%, segundo o Censo SUAS 2011. No que concerne ao ano anterior, houve uma pequena melhoria (em 2010 o percentual foi de 92%). Em 2011, quase 60% dos benefícios eventuais concedidos estavam centralizados na sede do órgão gestor.

GRÁFICO 46: CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PELO ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

Entre os 94% dos municípios que os ofertam, os benefícios eventuais mais comumente concedidos são: auxílio-funeral (95%), auxílio-natalidade (59%) e benefício eventual para situação de calamidade pública (72%). Finalmente, cabe destacar que 96% desses municípios declararam conceder benefícios eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária.

Gestão Estadual

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) apresenta em seu art. 13 que aos estados competem: destinar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios-natalidades e auxílios-funerais, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social: apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local; atender, em conjunto com os municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência; estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social; e prestar os serviços assistenciais, cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo estado (MDS, 2009).

Os dados que possibilitaram mapear as características da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em âmbito estadual começaram a ser apurados a partir do Censo SUAS 2010. O Censo atual trata de dar continuidade a esse mapeamento e incrementar o material disponível sobre o assunto a partir de novas informações do Censo SUAS 2011.

O levantamento do Censo SUAS 2011, no que diz respeito à Gestão Estadual, é mais amplo que o Censo anterior, pois engloba onze dimensões: i) estrutura administrativa, ii) gestão do SUAS, iii) regionalização, iv) serviços socioassistenciais, v) benefícios socioassistenciais, vi) gestão financeira, vii) gestão do trabalho, viii) apoio técnico e financeiro aos municípios, ix) monitoramento, avaliação e vigilância social, x) apoio ao exercício da participação e do controle social, e xi) comissão intergestores bipartite.

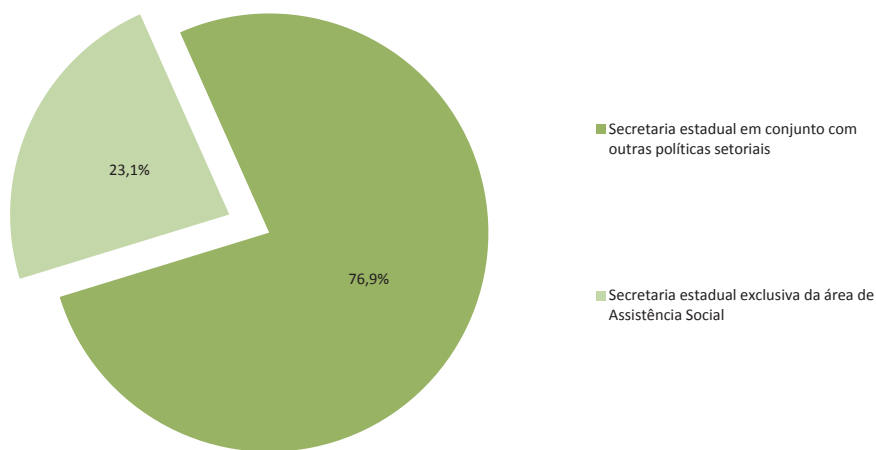
São apresentados a seguir alguns resultados do Censo SUAS 2011 no tocante à Gestão Estadual.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Os dados do Censo SUAS 2011 sobre a estrutura administrativa mostram que houve uma redução no que se refere à existência de uma secretaria estadual exclusiva na área de serviço social, o que não é necessariamente um dado negativo, uma vez que a assistência social articula-se e deve se integrar com outras áreas e políticas, como a de direitos humanos ou inclusão produtiva, esta última frequentemente vinculada administrativamente a secretarias estaduais de trabalho e emprego.

De toda forma, em 2011 as secretarias estaduais exclusivas de assistência social representavam 23% dos casos, enquanto 77% funcionavam em conjunto com outras políticas setoriais. Os percentuais para o ano de 2010 foram de 41% e 59%, respectivamente.

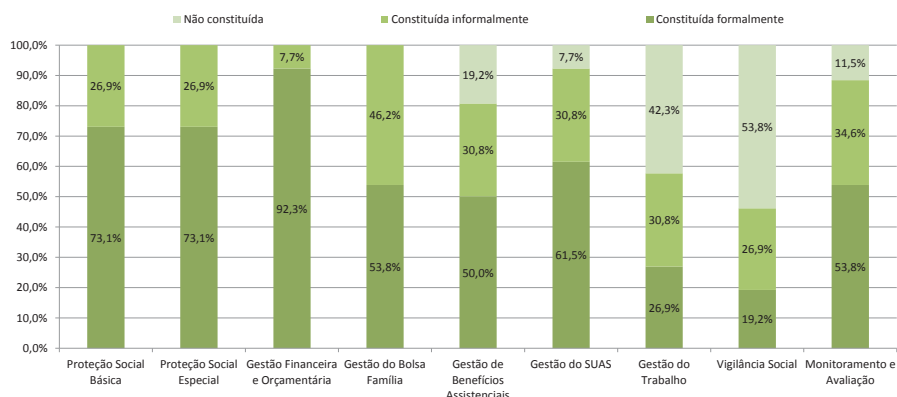
GRÁFICO 47: CARACTERIZAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

Sobre as áreas administrativas que constituem a estrutura do órgão gestor, as que apresentam maiores níveis de formalização são: Gestão Financeira e Orçamentária (92%), Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, com 73% cada uma. No outro extremo, Vigilância Social (54%) e Gestão do Trabalho (42%) se destacam como as áreas administrativas mais ausentes nas gestões estaduais.

GRÁFICO 48: ÁREAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR FORMALIZAÇÃO ENQUANTO SUBDIVISÃO ADMINISTRATIVA – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2011.

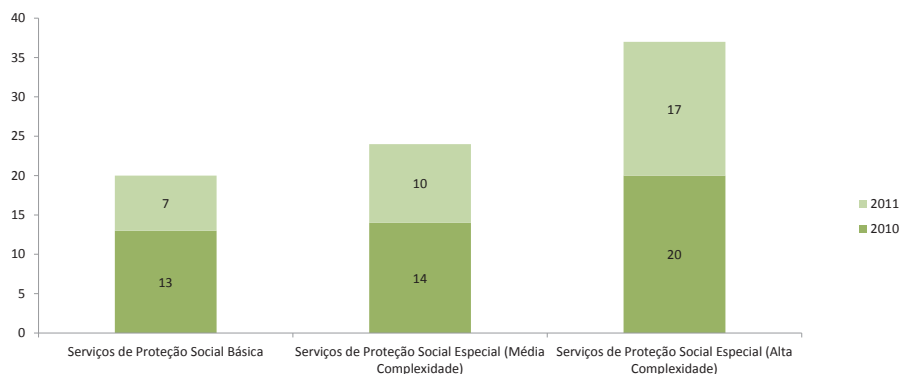
OFERTA DE SERVIÇOS

A comparação dos dados do Censo SUAS 2011 com os do ano anterior mostra uma redução do número de estados em que o órgão gestor estadual executa diretamente serviços socioassistenciais.

Primeiramente, aferiu-se uma redução de 13 para 7 na quantidade de unidades da Federação, onde os Serviços de Proteção Social Básica são executados pelo estado. Esse comportamento, em especial, vai ao encontro do que está estabelecido na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS, 2005), segundo a qual a gestão das ações de assistência social, no que tange à proteção social básica, deve estar sob a responsabilidade dos municípios.

Analogamente, as duas modalidades do Serviço de Prestação Social Especial também apresentaram redução na quantidade de órgãos gestores estaduais responsáveis diretamente pela execução de serviços socioassistenciais.

GRÁFICO 49: NÚMERO DE UNIDADES DA FEDERAÇÃO EM QUE O ÓRGÃO GESTOR EXECUTA DIRETAMENTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS – BRASIL, 2010 E 2011

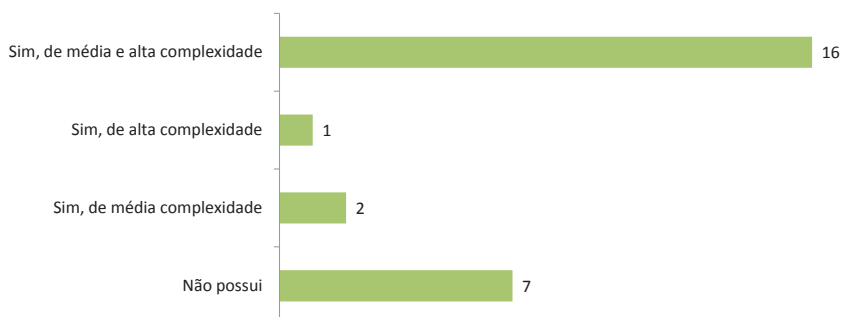


FONTE: CENSO SUAS, 2010 E 2011.

REGIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

As questões desta seção tratam de aspectos relacionados aos serviços de Proteção Social Especial (PSE). Um primeiro questionamento é sobre a existência de estudo/diagnóstico sobre o volume e a localização da oferta dos serviços de PSE nas secretarias estaduais de assistência social. A maior frequência foi observada nos serviços de PSE de média e alta complexidade. Já os casos de exclusividade em alta ou média complexidade são menos frequentes.

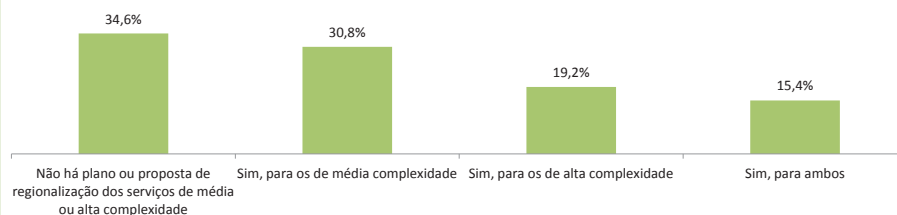
GRÁFICO 50: EXISTÊNCIA NA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ESTUDO/DIAGNÓSTICO SOBRE O VOLUME E LOCALIZAÇÃO DA OFERTA DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

O levantamento sobre Gestão Estadual do Censo SUAS 2011 também verifica se a secretaria possui plano ou proposta de regionalização dos serviços de PSE de média ou de alta complexidade. Cerca de 35% das unidades (9) responderam negativamente, enquanto 15% (4) responderam positivamente para ambos.

GRÁFICO 51: EXISTÊNCIA DE PLANO OU PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA OU DE ALTA COMPLEXIDADE – BRASIL, 2011

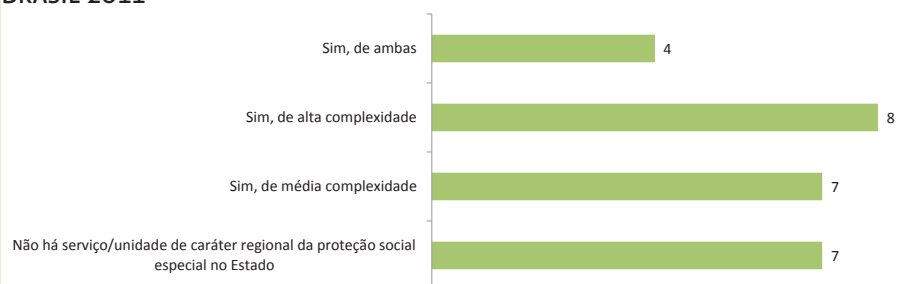


FONTE: CENSO SUAS 2011.

Nos casos em que há plano ou proposta de regionalização (17), em quase todos há identificação de municípios-sede para implantação de serviços regionais de média ou alta complexidade, sendo a maioria (10) apenas para os serviços de média complexidade. Ressalte-se ainda que a principal maneira em que se dará, segundo os respondentes, a oferta de serviços regionalizados é via repasse de recursos do estado para os municípios-sede (para média e alta complexidade).

Os respondentes da Gestão Estadual do Censo SUAS 2011 ainda informaram se naquele ano havia em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter regional de proteção social especial de média ou alta complexidade, sendo observados sete casos em que inexistia qualquer unidade regionalizada.

GRÁFICO 52: FUNCIONAMENTO EM 2011 NO ESTADO DE ALGUM SERVIÇO/UNIDADE DE CARÁTER REGIONAL DE PSE DE MÉDIA OU ALTA COMPLEXIDADE – BRASIL 2011



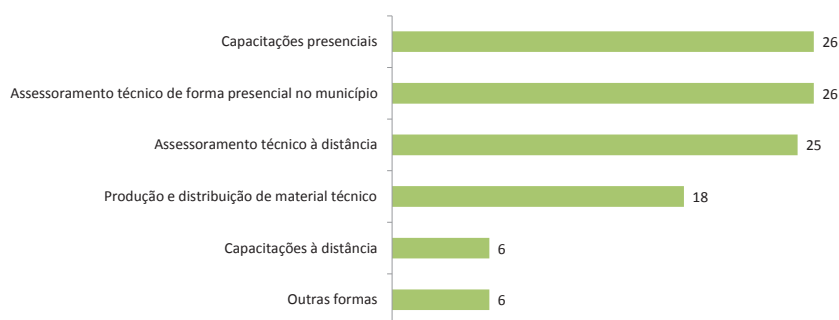
FONTE: CENSO SUAS 2011.

APOIO TÉCNICO A MUNICÍPIOS

Conforme o Censo SUAS 2011, as atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios são planejadas anualmente em 24 secretarias estaduais.

Os estados declararam em sua totalidade que o apoio técnico inclui capacitações presenciais e assessoramento técnico de forma presencial nos municípios. Em adição, 25 deles afirmam também prestar assessoramento à distância. Capacitações a distância são menos frequentes, sendo realizadas por 6 secretarias.

GRÁFICO 53: TIPO DE APOIO TÉCNICO DOS ESTADOS AOS MUNICÍPIOS – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

No tocante à cobertura administrativa e territorial dessas atividades de apoio técnico, em nove unidades da Federação o percentual de visitas técnicas estaduais anuais aos municípios atingiu no máximo 50%, e quantidade idêntica de estados informou visitar anualmente de 71% a 100% das localidades situadas em seu território.

TABELA 11: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO QUE RECEBERAM VISITAS TÉCNICAS DA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ANO DE 2010

FAIXAS	QTDE. DE ESTADOS	%
1% A 20%	1	3,8%
21% A 50%	8	30,8%
51% A 70%	8	30,8%
71% A 100%	9	34,6%
TOTAL	26	100,0%

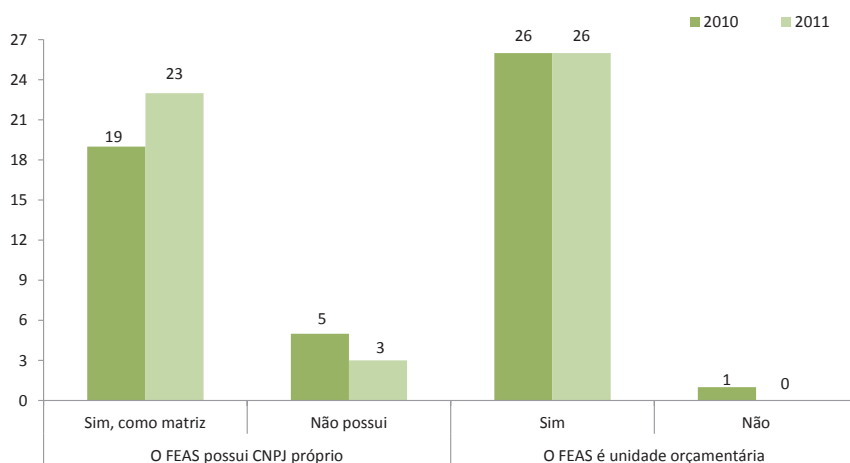
FONTE: CENSO SUAS 2011.

GESTÃO FINANCEIRA

Quase 90% dos Fundos Estaduais de Assistência Social (FEAS) possuem CNPJ próprio, o que totaliza 23 unidades, restando 3 Fundos sem o cadastro nacional. Houve melhoria nesse aspecto quando comparado ao Censo SUAS 2010.

Outra informação sobre a gestão financeira em âmbito estadual, contida no Censo SUAS 2011 é que em todos os casos o FEAS é caracterizado como unidade orçamentária.

GRÁFICO 54: CARACTERIZAÇÃO DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) – BRASIL, 2010 E 2011



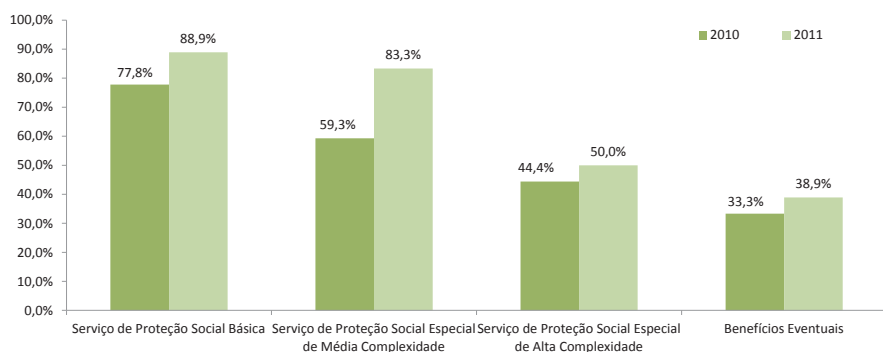
FONTE: CENSO SUAS, 2010 E 2011.

NOTAS:

- O CENSO SUAS 2010 ABRANGE 27 UNIDADES DA FEDERAÇÃO, ENQUANTO O DE 2011 NÃO ENGLOBA O DF.
- NO QUE DIZ RESPEITO AO CNPJ, O CENSO SUAS 2010 APRESENTA AINDA A CATEGORIA "SIM, COMO FILIAL", PORÉM, PARA FINS DE COMPARAÇÃO COM OS RESULTADOS DE 2011, OS DADOS DA REFERIDA CATEGORIA NÃO FORAM INSERIDOS NO GRÁFICO 54, JUSTIFICANDO ASSIM O MOTIVO DE O SOMATÓRIO DOS DADOS DE 2010 NÃO RESULTAR EM 27 (NO QUE DIZ RESPEITO AO FATO DE POSSUIR OU NÃO CNPJ).

Em termos de cofinanciamento estadual, a comparação dos resultados do ano de 2010 com os do Censo SUAS 2011 mostra que ocorreu um aumento na participação da destinação por parte de fontes estaduais. Os destaques ficam por conta do Serviço de Proteção Social Básica (89%) e do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade (83%) como os serviços de maior destinação dos cofinanciamentos estaduais.

GRÁFICO 55: COFINANCIAMENTOS ESTADUAIS POR TIPO DE SERVIÇO E BENEFÍCIO – BRASIL, 2010 E 2011

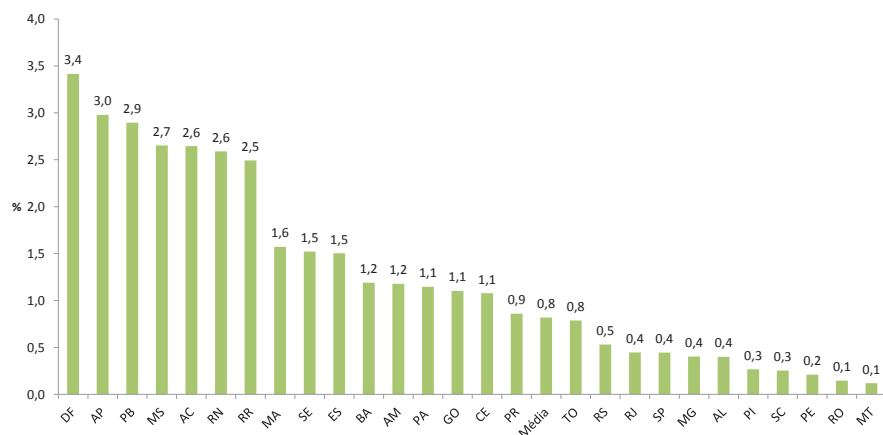


FONTE: CENSO SUAS, 2010 E 2011.

Tendo em vista lacunas ou erros de preenchimento nas perguntas do questionário da gestão estadual relativas à execução orçamentária, a análise do Censo SUAS 2011 inovou ao incorporar outras fontes de dados para viabilizar o estudo da participação das despesas com assistência social (AS) nos orçamentos estaduais.

Em outras palavras, apurou-se a destinação orçamentária que cada unidade da Federação realiza para a área da assistência social com relação à despesa total. A média geral para o ano de 2010 foi de 0,8%, sendo Distrito Federal (3,4%) e Mato Grosso (0,1%) os dois extremos no que se refere à participação das despesas em AS nas despesas totais.

GRÁFICO 56 – PARTICIPAÇÃO DA DESPESA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTOCANTE À À DESPESA TOTAL ESTADUAL, 2010



FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012.
ELABORAÇÃO SAGI/MDS.

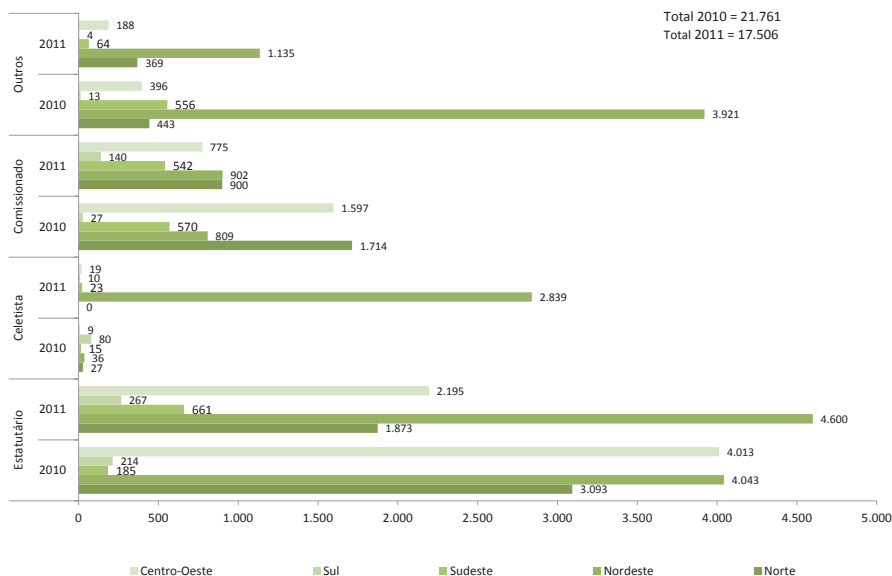
GESTÃO DO TRABALHO

O efetivo de recursos humanos das gestões estaduais, captado no Censo SUAS 2011 totalizou 17.506 profissionais. Esse quantitativo é inferior ao apurado em 2010, embora não sejam diretamente comparáveis em função de adequações metodológicas que se fizeram necessárias para a melhoria da qualidade do dado coletado nessa temática específica.

Entre os vínculos empregatícios, os trabalhadores estatutários são maioria em todas as regiões brasileiras, com destaque nas regiões Centro-Oeste (69%) e Sul (63%) que possuem forte predomínio do referido tipo de vínculo. Vale destacar também que o Nordeste é a única região onde os trabalhadores celetistas apresentam percentual elevado.

Ao tecer um comparativo do Censo SUAS 2011 com o cenário observado em 2010, nota-se que houve um pequeno acréscimo no percentual de estatutários (de 53% para 55%), um aumento expressivo na participação de celetistas (de 0,8% para 16%) e uma redução em outros vínculos (de 24% para 10%). Já a participação de comissionados caiu de 22% para 19%.

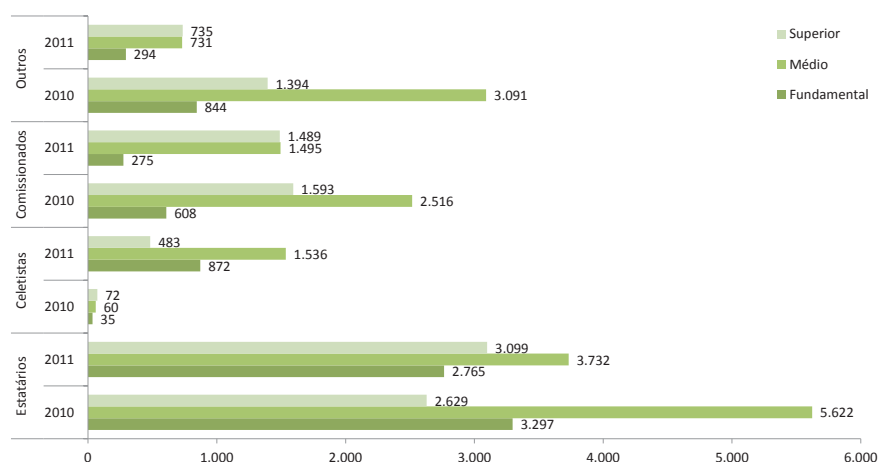
GRÁFICO 57: TRABALHADORES DAS SECRETARIAS ESTADUAIS POR VÍNCULO EMPREGATÍCIO E REGIÃO DO PAÍS – BRASIL, 2010 E 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2010 E 2011.

A redução observada na quantidade de trabalhadores, de 2010 para 2011, foi acompanhada de modificações no que diz respeito ao grau de escolaridade por vínculo, assim como no cômputo geral. Entre os estatutários, por exemplo, observou-se um aumento da participação de profissionais com Nível Superior, comportamento esse também verificado entre os comissionados. Em termos gerais, destaca-se a ampliação da participação dos trabalhadores com Ensino Superior, saindo de 26%, em 2010, para 33%, em 2011. A redução dos profissionais com Ensino Médio, foi de 52% para 43%.

GRÁFICO 58: TRABALHADORES DAS SECRETARIAS ESTADUAIS POR VÍNCULO EMPREGATÍCIO E ESCOLARIDADE – BRASIL, 2010 E 2011



FONTE: CENSO SUAS, 2010 E 2011.



Conselhos Municipais

CONSELHOS MUNICIPAIS

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é o órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços socioassistenciais estatais e não estatais no município. A criação dos conselhos municipais de assistência social está definida na Lei Orgânica da Assistência Social – Lei n. 8.742/1993.

Os conselhos estão vinculados ao órgão gestor da assistência social, o qual deve prover infraestrutura, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, conforme estabelece o parágrafo único do art. 16 da LOAS, com suas alterações da Lei n. 12.435/2011.

Os Conselhos Municipais são criados pelo município mediante lei específica que estabelece sua composição, o conjunto de atribuições e a forma pela qual as competências serão exercidas. A Resolução CNAS n. 237/2006, art. 10, define que os Conselhos de Assistência Social deverão ser compostos por 50% de representantes do governo e 50% de representantes da sociedade civil.

Nesse âmbito, são representantes da sociedade civil as entidades e organizações da assistência social, as entidades e organizações de usuários e as entidades e organizações de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Com relação à sociedade civil, o art. 11 da Resolução CNAS n. 237/2006 dispõe que seus representantes sejam eleitos em assembleia instalada especificamente para esse fim. Esse processo deve ser coordenado pela sociedade civil sob a supervisão do Ministério Público, garantindo a ampla participação de toda a sociedade, principalmente dos usuários da Política.

Os representantes do governo nos conselhos devem ser indicados e nomeados pelo respectivo chefe do Poder Executivo, sendo importante incluir setores que desenvolvam ações ligadas às políticas sociais e econômicas, como Assistência Social; Saúde; Educação; Trabalho e emprego; Finanças; Planejamento. Recomenda-se, ainda, incluir outras áreas afins tais como: Direitos Humanos, Políticas para as mulheres, Políticas Raciais, Juventude, etc.

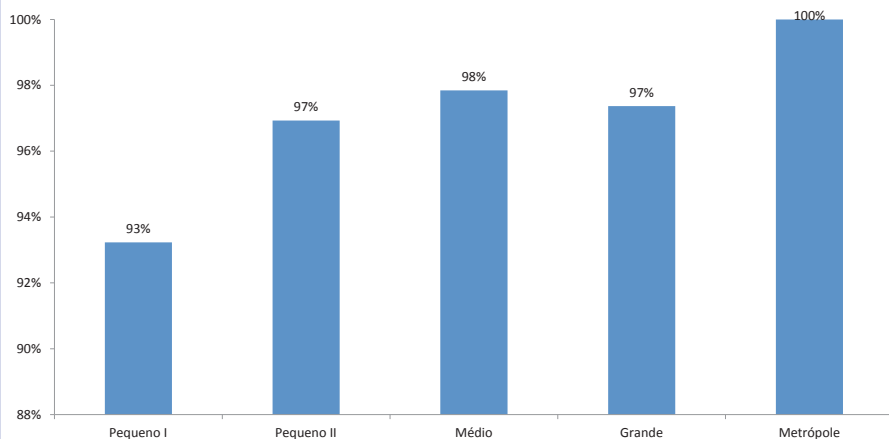
Conforme dispõe a LOAS e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), e entendendo que a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS/2005) e a Resolução CNAS n. 269/2006 (NOB/SUAS/RH/2006), a traduzem em mecanismos operacionais; os Conselhos de Assistência Social têm como principais atribuições no seu respectivo âmbito de atuação: deliberar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social e seu funcionamento; convocar e encaminhar as deliberações das conferências de assistência social; apreciar e aprovar o Plano da Assistência Social; apreciar e aprovar a proposta orçamentária dos recursos da assistência social a ser encaminhada ao Poder Legislativo, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distritais e municipais; apreciar e aprovar a execução orçamentária e financeira do Fundo de Assistência a ser apresentada regularmente pelo gestor do Fundo; acompanhar os processos de pactuação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB); divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais; inscrever entidades de Assistência Social, bem como serviços, programas, projetos socioassistenciais; fiscalizar a rede socioassistencial (executada pelo poder público e pela rede privada) zelando pela qualidade da prestação de serviços; eleger entre seus membros a mesa diretora (presidente e vice- presidente paritariamente); aprovar o seu regimento interno; fiscalizar e acompanhar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF); acompanhar a gestão integrada de serviços e benefícios socioassistenciais; bem como, exercer o controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS, conforme prescrito na NOB/SUAS/RH/2006.

Convém que os Conselhos Municipais de Assistência Social tenham sua atuação articulada com os demais Conselhos de Políticas Públicas e os de Defesa e garantia de direitos existentes nos municípios, tais como Educação, Saúde e Direitos das Crianças e Adolescentes e do Idoso, uma vez que entre as diferentes políticas públicas há situações que exigem ações intersetoriais.

CARACTERIZAÇÃO

O Censo SUAS 2011 registrou a existência de Conselhos Municipais de Assistência Social em 5.254 municípios brasileiros, mantendo-se o mesmo percentual com relação a 2010. A distribuição por porte populacional mostra que em todos os portes a maioria dos municípios conta com conselhos municipais.

GRÁFICO 59: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS, POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011

ASPECTOS NORMATIVOS

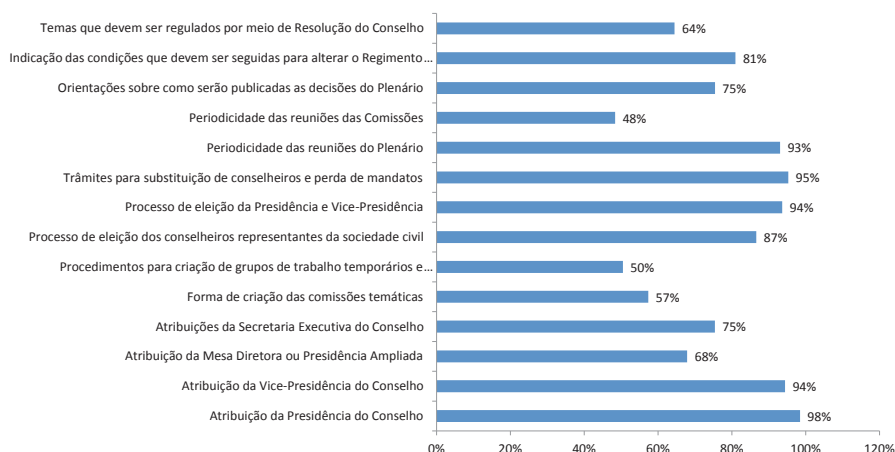
A maioria (97%) dos conselhos foram criados por Lei, enquanto os demais utilizam outros meios legais, como decretos e portarias. Houve a criação de 59 conselhos em 2011. Dessa forma, continua o avanço em termos de participação da sociedade civil nas políticas públicas nessa esfera. Não obstante a forma de gestão de conselhos tenha surgido nos anos de 1960, a maioria foi criada após a publicação da LOAS, em 1993. No período de 1993 a 1997, foram criados 3.626 conselhos ou 69% do total e, desde 1997, todas as metrópoles possuem seus conselhos.

A criação por Lei pode ser considerada um progresso para a assistência social, devido à importância e o poder de tal instrumento. O instrumento de criação, na maioria dos CMAS, abarca aspectos fundamentais para o exercício de suas atividades, tais como: natureza, finalidade e competências (98% dos conselhos); período de vigência de cada mandato dos conselheiros (95%); número de conselheiros titulares (98%); número de conselheiros suplentes (98%); garantia da paridade entre representantes da sociedade civil e governo (99%); afirmação

do caráter deliberativo do conselho (98%) e definição do processo de escolha dos representantes da sociedade civil, conforme estabelecido nas legislações (90%).

Entre os conselhos municipais, 86% possuem regimento interno como forma regulamentada de estruturação de seus processos.

GRÁFICO 60: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO CONTEÚDO DO REGIMENTO INTERNO – BRASIL – 2011

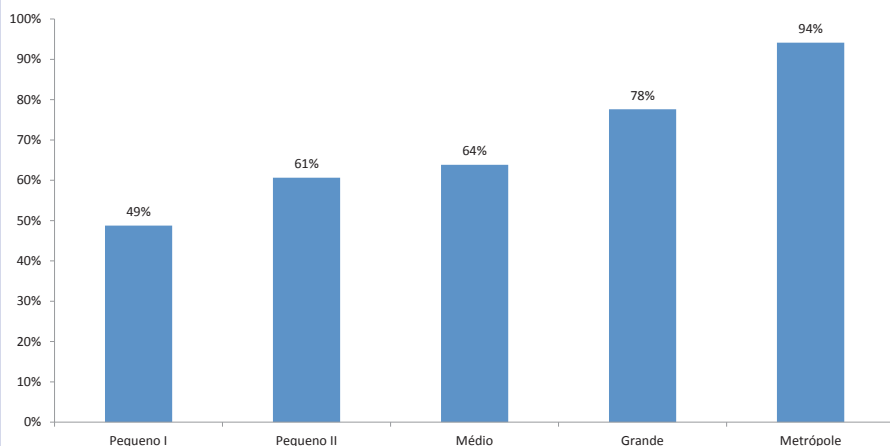


FONTE: CENSO SUAS 2011.

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA

No âmbito orçamentário, em 2011, havia previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento para 54% dos conselhos. As diferenças entre os Conselhos, entretanto, segundo porte populacional revelam-se significativas, com esse percentual variando de 49% nos municípios de até 20 mil habitantes até 94% nas metrópoles. Na comparação entre as regiões existem diferenças, porém não tão acentuadas quanto aquelas encontradas por porte populacional.

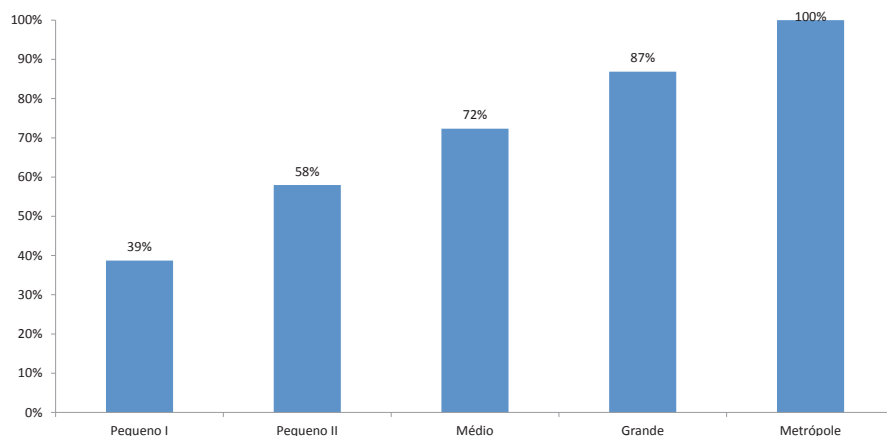
GRÁFICO 61: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS POR PREVISÃO DE RECURSOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

Constata-se que 47% dos conselhos possuem sede específica para o seu funcionamento. Esse quadro, no entanto, difere ao se fazer uma comparação por porte populacional dos municípios, a qual apresenta uma variação de 39% nos municípios com até 20 mil habitantes até 100% nas metrópoles dos conselhos com sede específica. Verifica-se que 98% dos conselhos compartilham sua sede, sendo mais frequentemente com a Secretaria de Assistência Social ou congêneres.

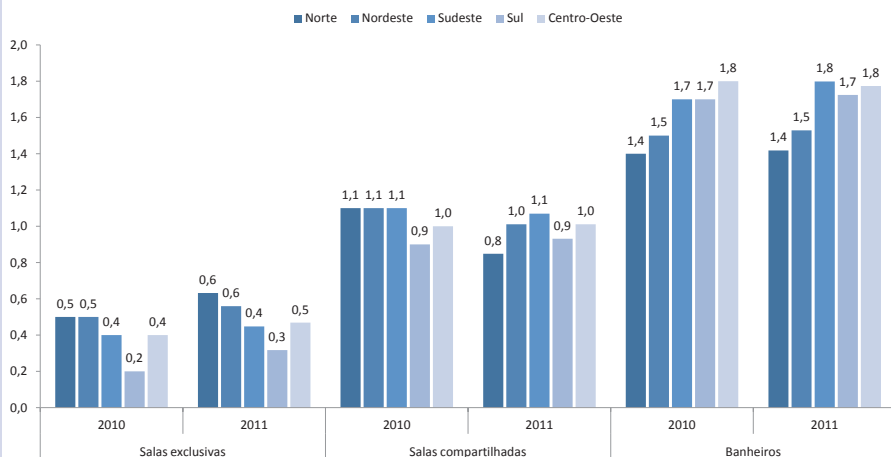
GRÁFICO 62: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS POR SEDE ESPECÍFICA PARA FUNCIONAMENTO, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

Houve um aumento da média de salas com capacidade máxima de até 15 pessoas de uso exclusivo dos conselhos e uma redução na média de salas compartilhadas, com relação a 2010. As regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores médias de salas com capacidade máxima de até 15 pessoas de uso exclusivo e as menores médias de banheiros. Nos conselhos, 71% possuem recepção, mas nas regiões Norte e Sul os percentuais são, respectivamente, de 64% e 63%.

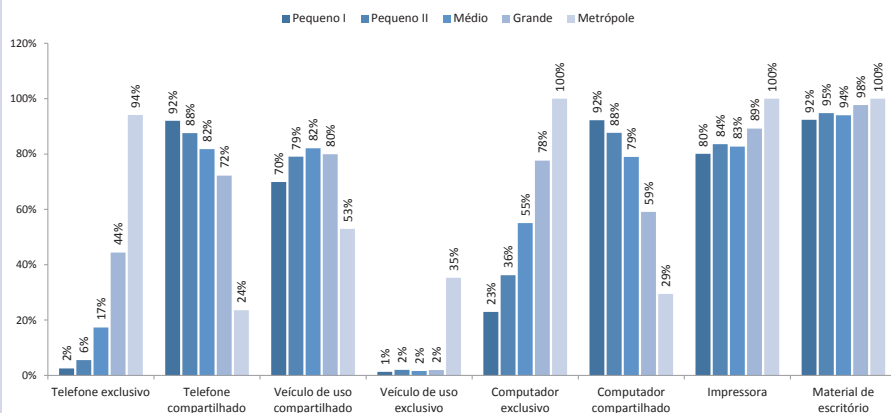
GRÁFICO 63: MÉDIA DE SALAS E BANHEIROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS, SEGUNDO REGIÃO – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

A disponibilidade de equipamentos e materiais nos conselhos revela-se significativa, com a quase universalização da presença de computadores, impressoras e telefones. Por outro lado, em menos da metade dos conselhos registra-se a existência dos seguintes itens: equipamento de som, televisão, DVD ou videocassete, *fax*, *datashow*, máquina fotográfica, acervo bibliográfico, máquina copiadora e filmadora.

GRÁFICO 64: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS POR EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, SEGUNDO PORTE POPUCACIONAL – BRASIL – 2011

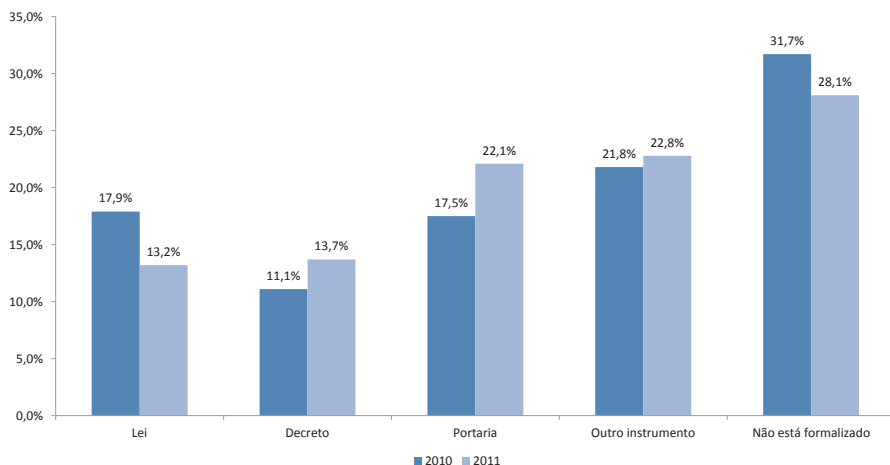


FONTE: CENSO SUAS 2011.

SECRETARIA EXECUTIVA

No que se refere a 2010, há um aumento nos conselhos que possuem Secretaria Executiva, de 59% para 65%. Desses, há uma redução nos conselhos que não possuem instrumento que formalize o secretário executivo, o qual trabalha exclusivamente em 18% dos conselhos.

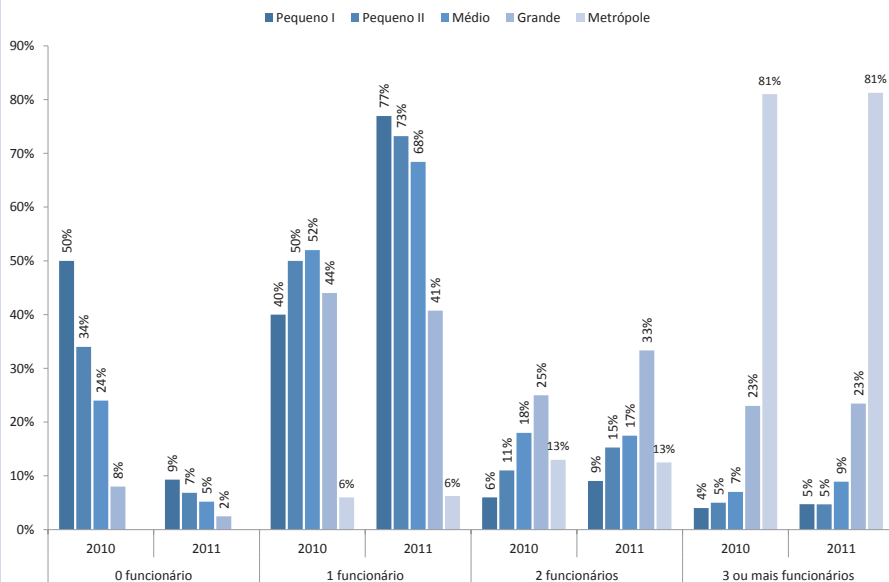
GRÁFICO 65: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS QUE POSSUEM SECRETARIA EXECUTIVA POR TIPO DE INSTRUMENTO QUE FORMALIZA O SECRETÁRIO NOS ANOS DE 2010 E 2011 – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

O quantitativo dos funcionários da secretaria executiva dos conselhos é reduzido, observando aumento à medida que o porte populacional do município se eleva. Esse quantitativo melhorou significativamente com relação a 2010, quando não havia funcionários na secretaria executiva em 50% dos conselhos em municípios de pequeno porte I.

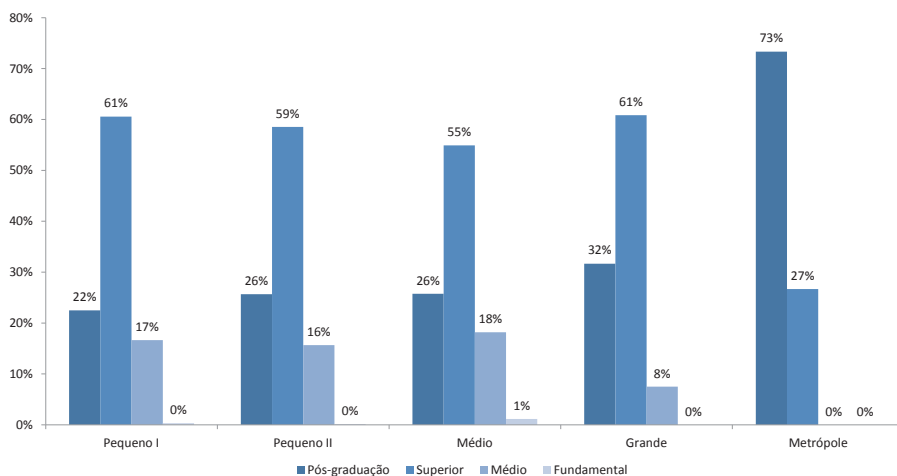
GRÁFICO 66: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS POR QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

No que se refere à escolaridade do responsável pela Secretaria Executiva, mais de 81% possui Ensino Superior ou Pós-Graduação.

GRÁFICO 67: PERCENTUAL DE CONSELHOS POR ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA EXECUTIVA, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

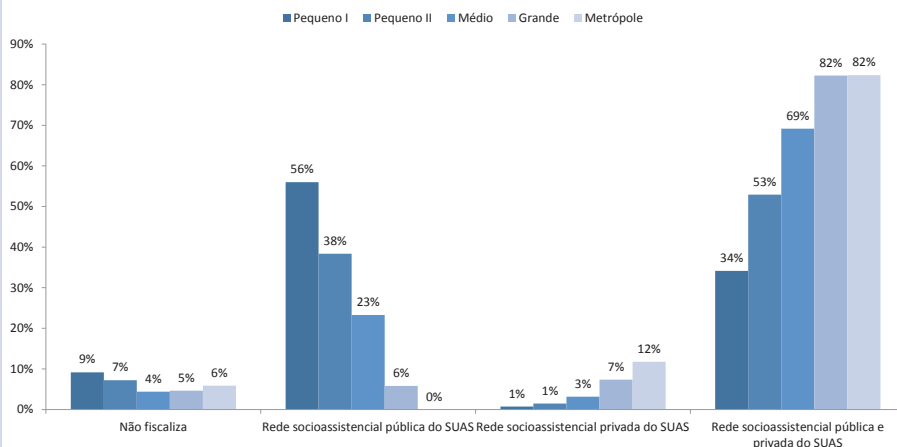
Os conselhos realizam as reuniões ordinárias com maior frequência mensalmente e, exceto nos municípios de até 20 mil habitantes, mais de 80% têm estabelecido o calendário de reuniões ordinárias.

A maioria das reuniões ordinárias e extraordinárias é registrada em ata. A responsabilidade pela guarda do livro de atas, dos registros processados e das demais documentações do conselho recai principalmente: no secretário executivo; no presidente do conselho ou em funcionário da Secretaria Municipal de Assistência Social, respectivamente nos percentuais de 54%, 27% e 22%. As atas tornam-se de conhecimento para a sociedade em 74% dos casos, mediante sua disponibilização no próprio Conselho em local de livre acesso para a população usuária.

Todas ou a maioria das deliberações ou resoluções do Conselho são publicadas em diário oficial em 23% dos conselhos. A quase totalidade (99%) dos conselhos não executa gravação de suas reuniões.

Entre os 92% de conselhos que fiscalizam os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, evidenciam-se diferenças no que se refere à fiscalização. A fiscalização é feita por meio de visitas, análise de relatórios e ambas as formas, respectivamente, em 27%, 19% e 54% dos conselhos. Em adição, mais da metade dos conselhos planeja anualmente as fiscalizações e elabora relatórios ou pareceres relativos às fiscalizações efetuadas, embora não as realize com periodicidade regular. Especificamente, cabe ressaltar que 58% das fiscalizações nos conselhos dos municípios com até 20 mil habitantes foram realizadas mediante denúncia. Os relatórios-pareceres finais das fiscalizações, em sua maioria, são apresentados ao plenário do Conselho.

GRÁFICO 68: PERCENTUAIS DE CONSELHOS POR FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SUAS – BRASIL – 2011



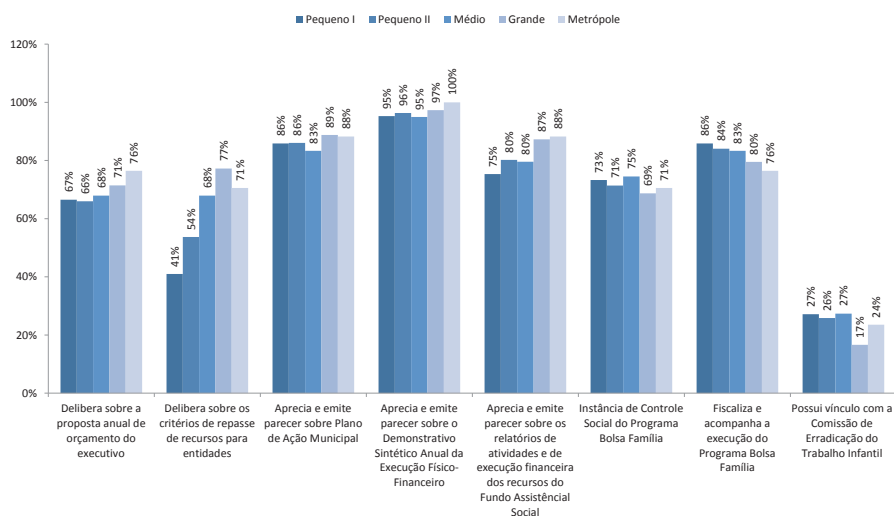
FONTE: CENSO SUAS 2011.

A maioria dos conselhos disponibilizava, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, informações detalhadas e, se necessário, documentação sobre as despesas realizadas pelo referido Fundo. O gestor apresentava ao Conselho o relatório de aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social com uma frequência anual em aproximadamente 40% dos conselhos, exceto nas metrópoles, nas quais essa frequência, em mais de 50%, era mensal ou trimestral.

Em relação às ações realizadas pelos conselhos, percebe-se uma evolução positiva conforme o aumento do porte populacional na deliberação sobre a proposta anual do orçamento executivo e um decréscimo na fiscalização e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família.

A regulamentação por meio de resolução própria dos benefícios eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social (Decreto n. 6307/2007 e Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social n. 39 de 2010) foi feita por 42% dos Conselhos.

GRÁFICO 69: PERCENTUAIS DE CONSELHOS POR ATRIBUIÇÕES, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



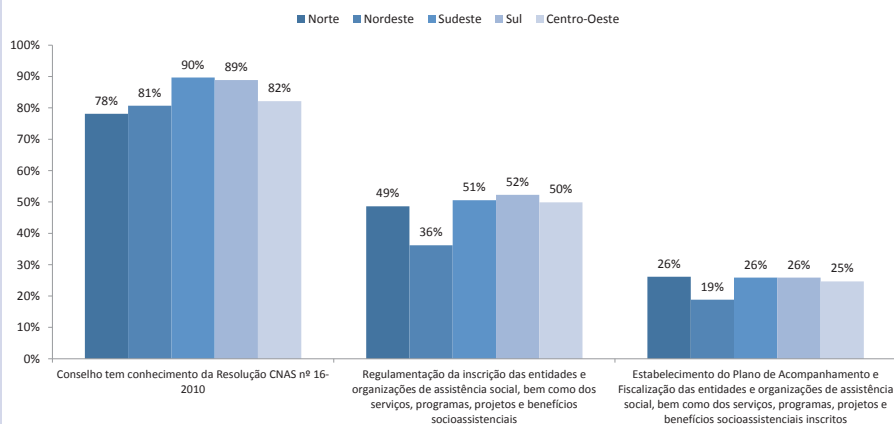
FONTE: CENSO SUAS 2011.

Aproximadamente 60% dos Conselhos acompanha os processos de pactuação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), embora nas metrópoles 40% dos Conselhos façam esse acompanhamento.

O acompanhamento do cumprimento do Plano Decenal da Assistência Social é feito por 65% dos conselhos municipais e 58% dos conselhos conhecia o Pacto de Aprimoramento da Gestão estadual, celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como pelas Secretarias Estaduais de Assistência Social (Resolução CIT n. 17 de 18/11/2010).

A Resolução CNAS n.16/2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos Municipais, é do conhecimento de 85% dos conselhos. Em termos de regulamentação, o Nordeste apresenta resultados aquém dos alcançados pelas demais regiões.

GRÁFICO 70: PERCENTUAIS DE CONSELHOS POR CONHECIMENTO E REGULAMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNAS N. 16/2010, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

O tempo de mandato da maioria dos conselheiros é de dois anos (93,7%), independentemente do porte populacional ou da região brasileira. A recondução, por igual período do mandato, de cada conselheiro era permitida uma vez em 64%.

A maior parte dos Conselhos elege os presidentes e vice-presidentes em reunião de plenário do Conselho. Houve um aumento em relação a 2010, de 71% para 76% dos conselhos que cumprem o critério de alternância entre os representantes do governo e os da sociedade civil na ocupação desses cargos.

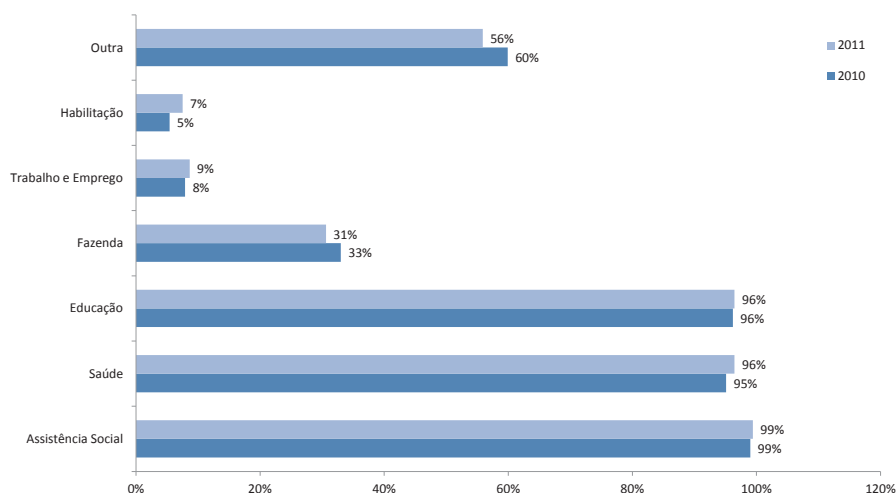
No que se refere às características da representação da sociedade civil, em 68% dos casos os membros eram eleitos em assembleias instaladas especificamente

para esse fim. Em 8% indicados pelo poder público e em 24% eram uma combinação dos dois.

Para o segmento de usuários, em respectivamente 80% e 34% dos CMAS os representantes de organizações de usuários e os próprios usuários têm direito ao voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil.

As áreas mais frequentemente representadas na composição governamental dos conselhos desde 2010 continuavam a ser a própria assistência social, a educação e a saúde, refletindo a integração entre essas políticas. É possível verificar que as áreas de habitação e de trabalho e emprego tiveram um aumento, embora continuassem sendo menos frequentes.

GRÁFICO 71: PERCENTUAL DE CONSELHOS POR ÁREAS QUE COMPÕEM A REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL – BRASIL – 2011

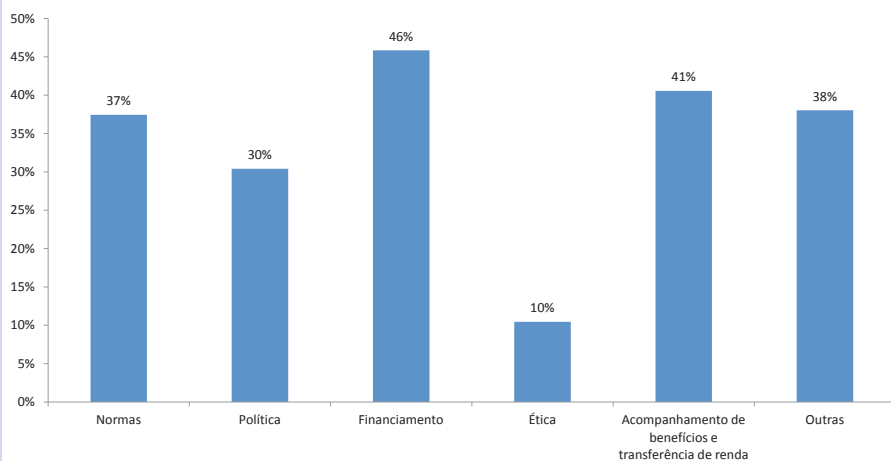


FONTE: CENSO SUAS 2011.

Em relação às comissões permanentes, poucos conselhos (19%) as têm, e a presença das mesmas varia fortemente de acordo com o porte populacional do município, desde 12% nos municípios de pequeno porte I até 100% nas metrópoles.

Entre os municípios que possuem comissões permanentes, as que funcionavam regularmente eram: financiamento (46%), acompanhamento de benefícios e transferência de renda (41%), normas (37%), política (30%), ética (10%) e outras (38%).

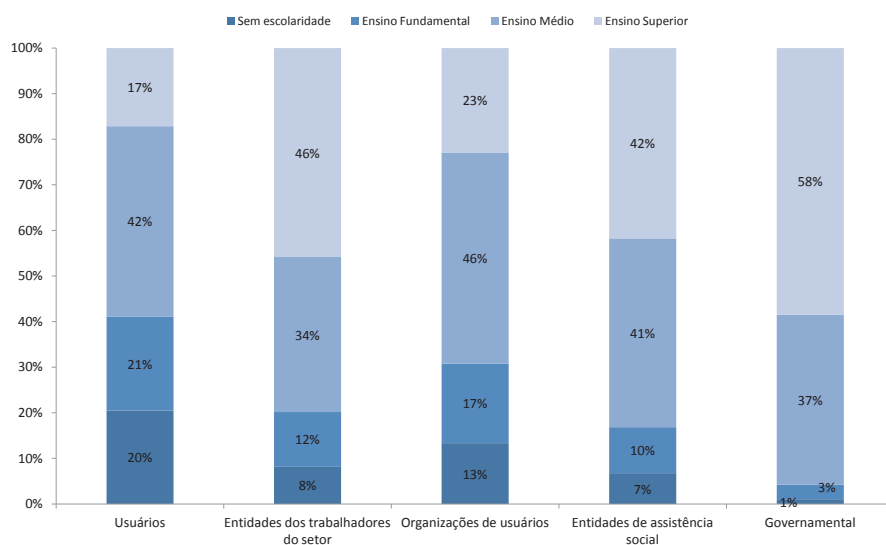
GRÁFICO 72: PERCENTUAL DE CONSELHOS COM COMISSÕES PERMANENTES POR TEMA – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

A análise comparativa dos conselheiros que representam o governo e os que representam a sociedade civil mostra que a representação governamental em sua maioria (58%) possui Ensino Superior ou acima e, entre os representantes da sociedade civil, existem diferenças por grupos de representação. Os representantes das entidades de assistência social e das entidades dos trabalhadores do setor apresentam uma frequência maior no Ensino Superior ou acima, já os representantes dos usuários e das organizações de usuários, no Ensino Médio.

GRÁFICO 73: PERCENTUAL DE CONSELHEIROS, SEGUNDO GRAU DE ESCOLARIDADE E INSTÂNCIA DE REPRESENTAÇÃO – BRASIL – 2011

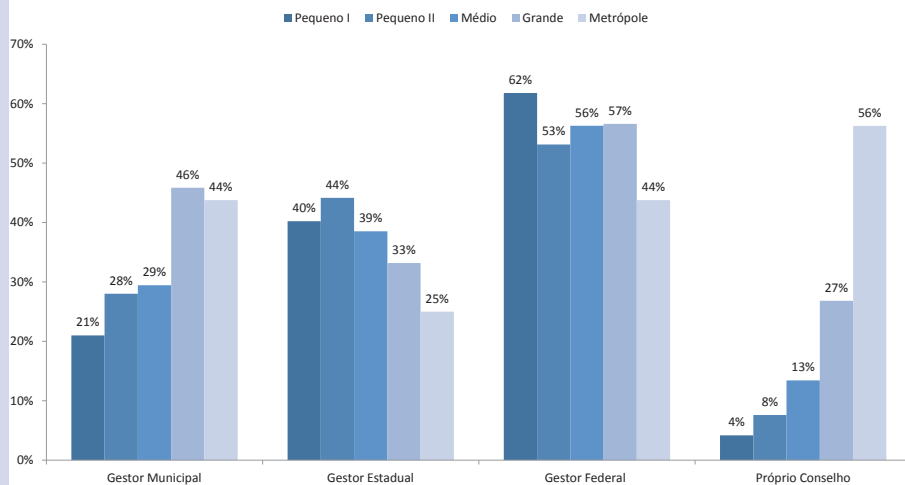


FONTE: CENSO SUAS 2011.

Também foi observada uma diferença no nível de escolaridade quanto à função dos conselheiros. Em sua maioria (59%), os presidentes dos conselhos apresentam Ensino Superior ou acima e 50% dos vice-presidentes possuem essa escolaridade.

Por fim, pôde-se verificar a participação dos conselheiros em cursos de capacitação e, que esses foram oferecidos pelas três instâncias governamentais e pelo próprio Conselho.

GRÁFICO 74: PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS POR INSTÂNCIA RESPONSÁVEL PELA PROMOÇÃO DOS CURSOS, POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011.

Conselhos Estaduais

Conselhos Estaduais

CONSELHOS ESTADUAIS

O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) é uma “instância deliberativa de caráter permanente e de composição paritária entre governo e da sociedade civil”, de acordo com o art. 16 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Lei n. 8.742/1993.

Os Conselhos Estaduais, tal como os municipais têm a finalidade de deliberar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social e seu funcionamento; convocar e encaminhar as deliberações das conferências de assistência social; apreciar e aprovar o Plano de Ação da Assistência Social em seu âmbito de atuação; apreciar e aprovar a proposta orçamentária dos recursos da assistência social a ser encaminhada ao Poder Legislativo; apreciar os relatórios de atividades e de realização financeira dos recursos do Fundo de Assistência Social em seu âmbito de atuação; acompanhar os processos de pactuação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), bem como, divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais.

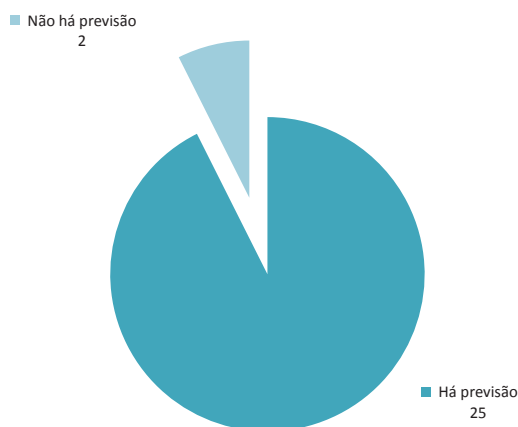
Com relação ao instrumento legal, todos os Conselhos Estaduais foram criados por lei entre os anos de 1993 e 2006. Alguns itens, entretanto, não constam do instrumento de criação em todos estados. Na lei de criação de quatro Conselhos Estaduais não havia a atribuição do órgão gestor da Política de Assistência Social (ao qual o Conselho está vinculado) de garantir a infraestrutura física, material, financeira e de recursos humanos para o pleno funcionamento do Conselho. Por sua vez, três Conselhos não continham a existência da Secretaria Executiva ou de comissões temáticas.

De acordo com o Censo SUAS 2011, todos os Conselhos Estaduais possuem um regimento interno como forma regulamentada de estruturação de seus processos.

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA

Apesar de a Lei n. 8.742/1993 (LOAS) (com as alterações da Lei n. 12.435/2011) afirmar que os estados devem garantir recursos materiais, humanos e financeiros aos Conselhos com a previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento dos Conselhos na lei orçamentária de 2011, ainda existem duas unidades da Federação que não cumprem essa norma. Houve, entretanto, uma melhoria comparativamente ao Censo anterior, em que seis unidades não cumpriam a norma.

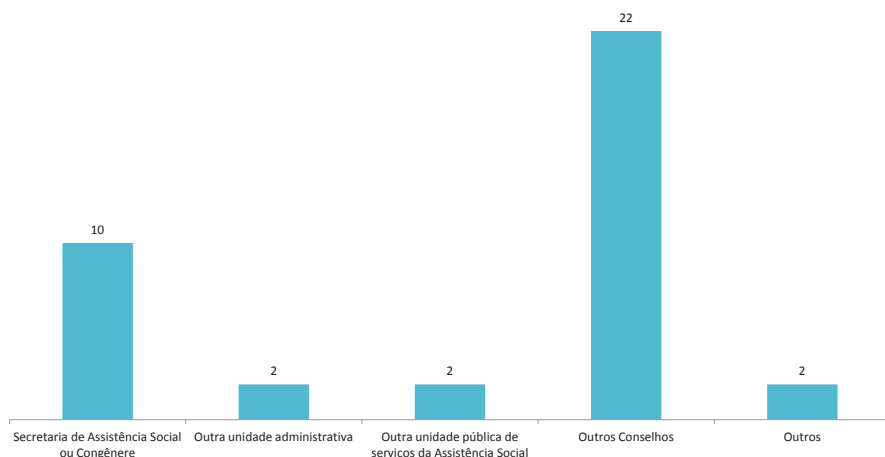
GRÁFICO 75: PREVISÃO DE RECURSOS NO ORÇAMENTO DO ÓRGÃO GESTOR PARA MANUTENÇÃO E FINANCIAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

Somente dois Conselhos Estaduais funcionam em local exclusivo. Os demais compartilham sua sede especialmente com outros Conselhos (22) ou com a Secretaria de Assistência Social ou congênere (10). Quatorze Conselhos compartilham o prédio com uma única unidade e dez com duas unidades.

GRÁFICO 76: NÚMERO DE CONSELHOS ESTADUAIS POR UNIDADE DE COMPARTILHAMENTO DA SEDE DE FUNCIONAMENTO – BRASIL – 2011

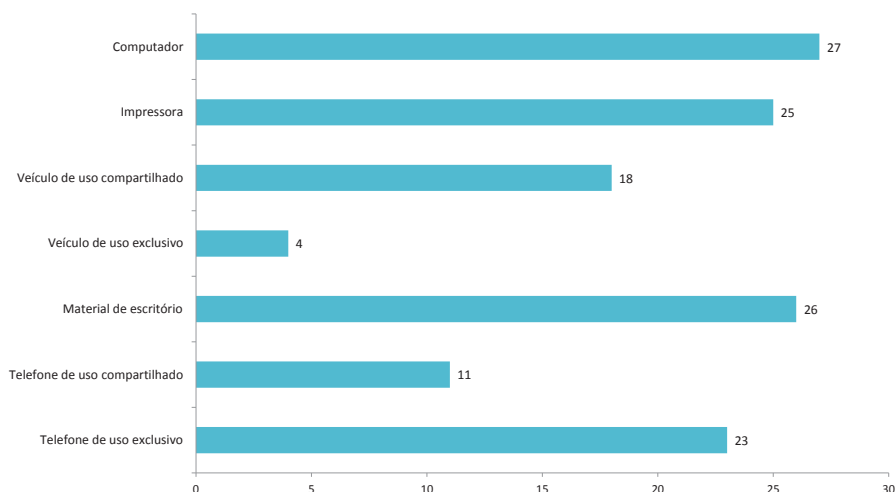


FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

No que diz respeito ao espaço físico, no qual o Conselho funciona, dois espaços ausentes devem ser considerados: sala exclusiva e recepção, inclusive computando-se o Conselho que não têm nenhum desses espaços. Além dos espaços físicos, os resultados sobre os equipamentos e materiais disponíveis nos Conselhos apresentam desde a ausência de veículos até material de escritório. Observa-se que cinco Conselhos não possuem veículo, seja de uso exclusivo ou compartilhado.

A disponibilidade dos equipamentos e materiais na maioria dos Conselhos revela-se adequada, embora em alguns Conselhos percebe-se que não há condições desejáveis para seu funcionamento pleno.

GRÁFICO 77: NÚMERO DE CONSELHOS ESTADUAIS POR DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS – BRASIL – 2011



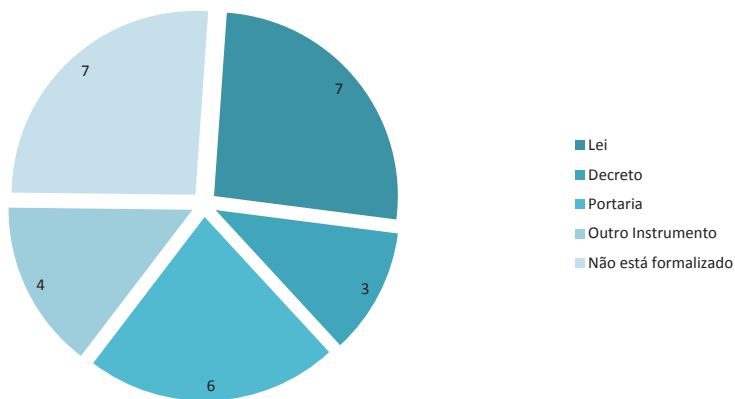
FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

SECRETARIA EXECUTIVA

Conforme o Censo SUAS 2011, todos os CEAS possuem uma Secretaria Executiva, mas por outro lado há Conselhos em que o cargo de secretário executivo não está formalizado e com um quantitativo reduzido de funcionários, inclusive casos com um único funcionário.

Com relação à qualificação e o regime de trabalho dos secretários executivos dos Conselhos Estaduais, foi apurado que todos possuem Ensino Superior, sendo que em 24 Conselhos esses secretários trabalham exclusivamente no Conselho.

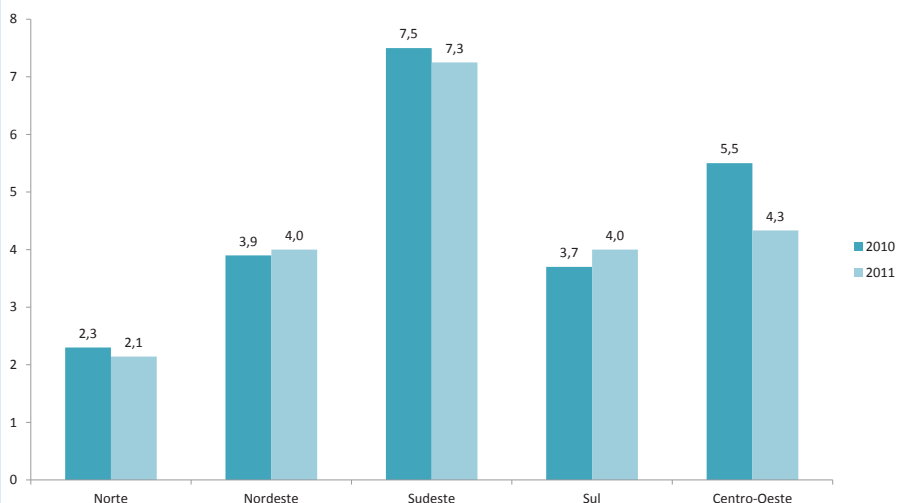
GRÁFICO 78: SECRETARIAS EXECUTIVAS POR TIPO DE INSTRUMENTO LEGAL QUE FORMALIZA O CARGO DE SECRETÁRIO – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

A estrutura de recursos humanos das secretarias executivas nos Conselhos Estaduais de Assistência Social possuem em média quatro funcionários para o desempenho de suas funções. Há secretarias executivas com apenas um funcionário, principalmente na região Norte.

GRÁFICO 79 – COMPARATIVO DA MÉDIA DE TRABALHADORES NA SECRETARIA EXECUTIVA NOS ANOS DE 2010 E 2011 – BRASIL, 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Todos os Conselhos Estaduais funcionam cinco dias por semana e, embora a maioria funcione oito horas diárias, nove funcionam seis horas por dia.

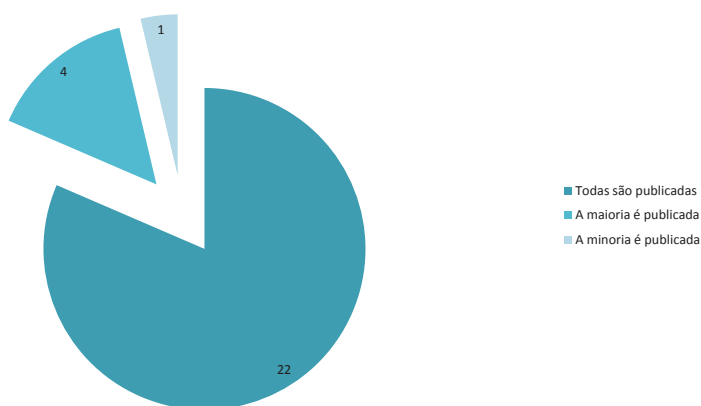
Todos os Conselhos possuem calendário anual de reuniões ordinárias e as realizam, com maior frequência, mensalmente, exceto dois que as realizam quinzenalmente e um que as realiza bimestralmente. A maior parte dos Conselhos atende o art. 13 da Resolução do CNAS n. 237/2006 com relação à determinação de que o Plenário deve se reunir obrigatoriamente, pelo menos, uma vez ao mês em reuniões ordinárias e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Todas as reuniões ordinárias e extraordinárias são registradas em ata em todos os Conselhos. Na maioria dos Conselhos, a responsabilidade pela guarda do livro de atas, dos registros processados e das demais documentações é do secretário executivo.

As atas são disponibilizadas no *site* de três Conselhos e em dois não são publicadas. Nos demais ficam em local de livre acesso para a população usuária e/ou são enviadas aos conselheiros e/ou suas entidades.

A maioria dos Conselhos Estaduais publica todas as suas deliberações/resoluções no diário oficial. Por sua vez, quatro Conselhos publicam a maioria de suas deliberações/resoluções no Diário Oficial.

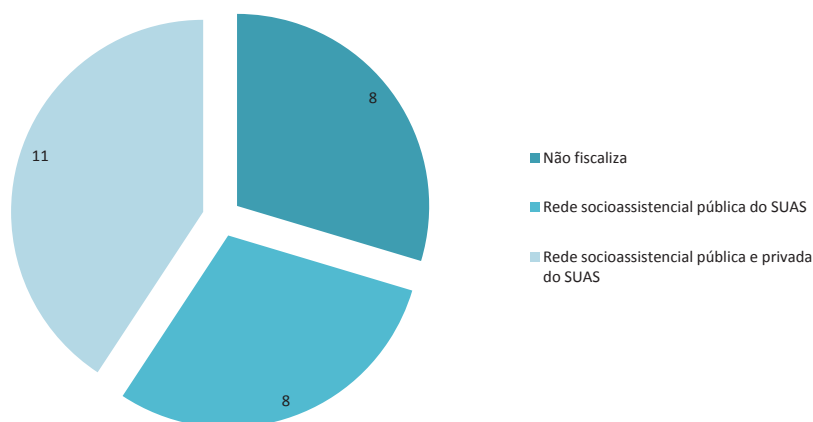
GRÁFICO 80: NÚMERO DE CONSELHOS POR DELIBERAÇÕES/RESOLUÇÕES PUBLICADAS EM DIÁRIO OFICIAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

No que se refere às atividades de fiscalização é possível identificar que oito Conselhos não fiscalizam os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS. Em adição, sete apresentam planejamento anual das fiscalizações e nos outros Conselhos as fiscalizações são realizadas somente mediante denúncia. Em 14 dos 19 Conselhos que fiscalizam a rede socioassistencial, todas as fiscalizações possuem relatórios/pareceres e todos os Conselhos apresentam ao plenário os relatórios/pareceres finais das fiscalizações realizadas.

GRÁFICO 81: NÚMERO DE CONSELHOS POR FISCALIZAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO SUAS – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

Ao considerar que, entre as funções atribuídas em lei aos Conselhos Estaduais, está a de apreciar e aprovar a proposta orçamentária, cabe destacar o fato de dois Conselhos não terem deliberado sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2011.

O Fundo Estadual de Assistência Social, quando solicitado pelo Conselho, disponibiliza informações detalhadas e, se necessário, documentação sobre as despesas realizadas pelo referido Fundo em 25 estados e no Distrito Federal.

A maioria dos gestores apresenta anualmente ao Conselho o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social, sendo que em nove estados isso ocorre semestralmente ou em prazo inferior, sendo que em dois estados não ocorre.

Todos os Conselhos apreciam e emitem pareceres sobre o demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira (prestação de contas), sendo que 22 também apreciam e emitem pareceres sobre o Plano de Ação Estadual de Assistência Social e os relatórios de atividades e de execução financeira dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social.

TABELA 12: NÚMERO DE CONSELHOS POR ATIVIDADE DE APRECIÇÃO E EMISSÃO DE PARECER – BRASIL – 2011

ATIVIDADES	CONSELHOS
PLANO DE AÇÃO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA	27
RELATÓRIOS DE ATIVIDADES E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FEAS	24

FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

Dez Conselhos regulamentaram por meio de resolução própria os benefícios eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social, conforme Decreto n. 6307/2007 e Resolução CNAS nº. 39/2010.

Mais da metade dos Conselhos configuram-se como uma instância de controle social do Programa Bolsa Família (PBF), fiscalizando e acompanhando sua execução. Por outro lado, seis Conselhos não são a instância de controle social do Programa Bolsa Família e nem o fiscalizam, ou acompanham sua execução. Em adição, três Conselhos, embora funcionem como instâncias de controle social, não fiscalizam o PBF. Dois CEAS realizam essa fiscalização mesmo sem representarem a respectiva instância de controle.

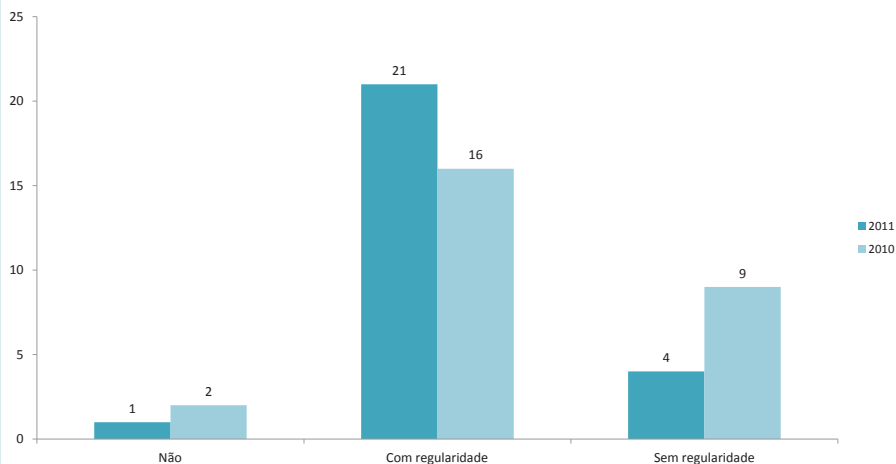
GRÁFICO 82: NÚMERO DE CONSELHOS, SEGUNDO FISCALIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO COMO INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

Sendo a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) um espaço de articulação e expressão das demandas dos gestores federais, estaduais e municipais, consubstanciando uma instância de negociação e pactuação de aspectos operacionais da gestão do SUAS, evidencia-se um importante progresso nesta seara ao se constatar o aumento de 16 para 21 CEAS que acompanham as pactuações da CIT com regularidade.

GRÁFICO 83: NÚMERO DE CONSELHOS POR ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE PACTUAÇÃO DA CIB E CIT EM 2010 E 2011 – BRASIL - 2011

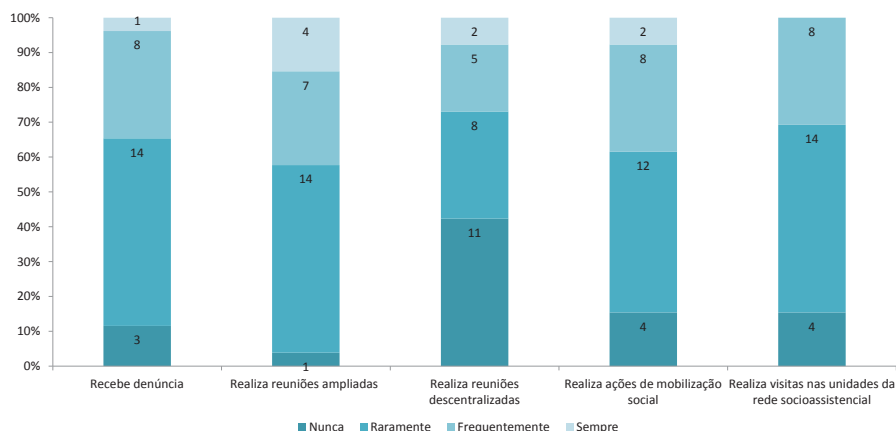


FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

Entre as atividades realizadas frequentemente ou sempre pelos Conselhos destacam-se a realização de reuniões ampliadas e de ações de mobilização social, efetuadas respectivamente em onze e dez CEAS.

Por sua vez, o recebimento de denúncias ou a realização de visitas nas unidades da rede socioassistencial são raramente ou nunca efetuados por 17 e 18 CEAS, presumivelmente em função da rara existência de um canal específico para o recebimento de denúncias e da baixa frequência de prestação de serviços diretamente pelo estado.

GRÁFICO 84: FREQUÊNCIA COM QUE O CONSELHO REALIZA AS ATIVIDADES – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

Dos 27 Conselhos, 16 não possuem entidades com inscrição. Porém, todos os conselhos conhecem a Resolução CNAS n. 16/2010, sendo que nove regulamentaram-na por meio de resolução própria e três já estabeleceram, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

TABELA 13: ÚMERO DE CONSELHOS QUANTO À RESOLUÇÃO CNAS Nº. 16/2010 – BRASIL – 2011

AÇÕES	CONSELHOS
CONHECE DA RESOLUÇÃO CNAS N. 16-2010	27
REGULAMENTOU, POR MEIO DE RESOLUÇÃO PRÓPRIA, A INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, BEM COMO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS	9
ESTABELECEU, POR MEIO DE RESOLUÇÃO, O PLANO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, BEM COMO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS INSCRITOS.	3

FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

O Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual é conhecido por todos os Conselhos, mas dois não acompanham o processo de Elaboração do Planejamento Estadual para o biênio 2012-2013, com vistas ao alcance das prioridades acordadas neste.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

O tempo de mandato dos conselheiros é de dois anos, exceto em um Conselho no qual é de um ano e em outro em que alcança três anos. O conselheiro pode ser reconduzido ao cargo uma vez (por igual período ao mandato) em 20 Conselhos Estaduais.

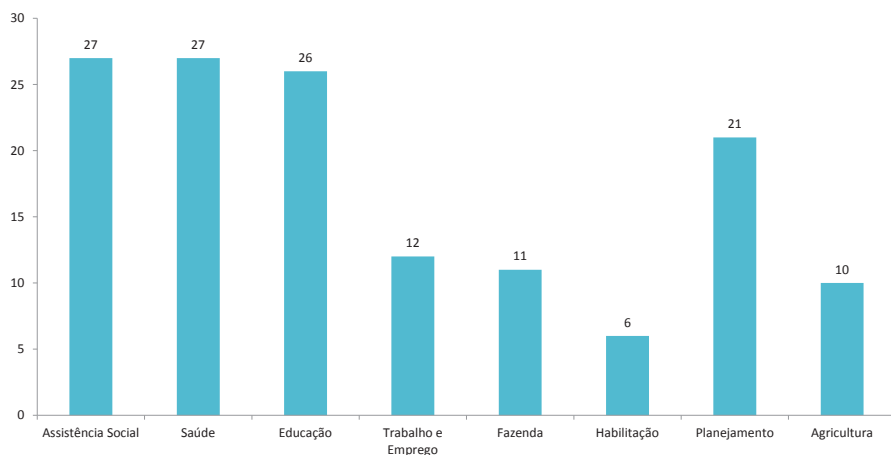
Quanto à eleição do Presidente e Vice-Presidente, é realizada em plenário do Conselho em todos os Conselhos Estaduais e a alternância na presidência entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil ocorre em 26 Conselhos.

Os representantes da sociedade civil no Conselho são eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim em todos os Conselhos.

A paridade entre os representantes do governo e da sociedade civil existe em quinze Conselhos.

Em todos os Conselhos há representação das áreas de Assistência Social e Saúde na composição da representação governamental e, com exceção de um Conselho, também da área de Educação. Destaque-se que 21 Conselhos especificaram a área de Planejamento e dez, a da Agricultura na representação governamental.

GRÁFICO 85: NÚMERO DE CONSELHOS POR ÁREA QUE COMPÕE A REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).

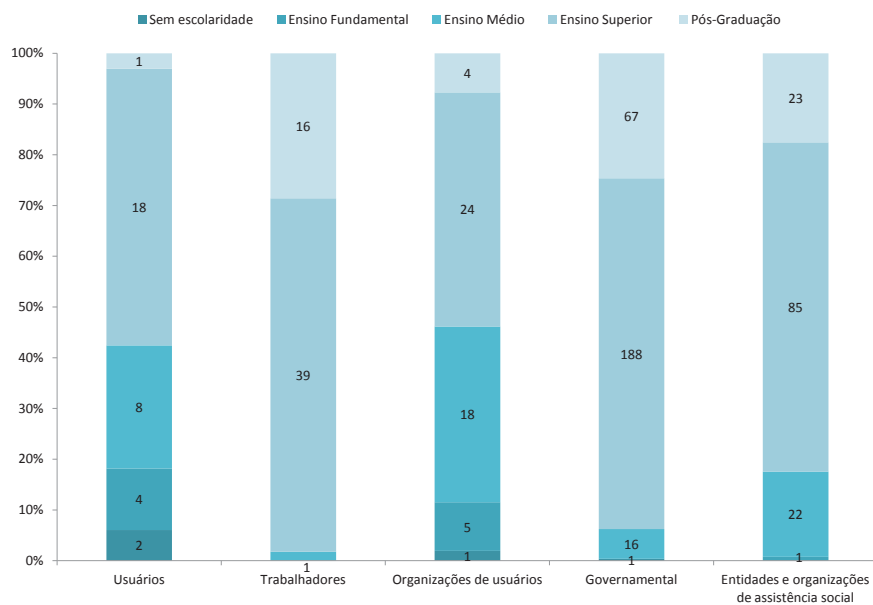
A maioria dos Conselhos possuem comissões permanentes de política (24), financiamento (25) e normas (22) que funcionam regularmente. Um CEAS não apresenta comissões permanentes, quatro não possuem comissão de política e um também não apresenta a comissão de financiamento.

CONSELHEIROS

Quanto à escolaridade dos 544 conselheiros distribuídos nos 26 CEAS e CAS/DF, a maioria possui Ensino Superior e 20%, Pós-Graduação; perfazendo 86% dos conselheiros com, no mínimo, Ensino Superior.

Na análise comparativa entre representação do governo e da sociedade civil, observa-se que 42% e 46% dos representantes dos segmentos de usuários e organizações de usuários, respectivamente, apresentam escolaridade até o Ensino Médio. Os representantes do governo e dos trabalhadores possuem 94% e 98% de escolaridade com, no mínimo, Ensino Superior.

GRÁFICO 86: NÚMERO DE CONSELHEIROS POR TIPO DE REPRESENTAÇÃO E ESCOLARIDADE – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 (CEAS).



Rede Socioassistencial Privada

Rede Socioassistencial Privada

REDE PRIVADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A rede socioassistencial privada é formada por entidades que desempenham as funções da assistência social com aportes de recursos públicos ou não.

As entidades de assistência social fazem parte do Sistema Único de Assistência Social como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais e como cogestoras, por meio da participação nos Conselhos de Assistência Social. Elas prestam serviços, executam programas ou projetos de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos.

As entidades de atendimento são aquelas que prestam serviços, executam programas ou projetos de atendimento e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.

As entidades de assessoramento prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.

As entidades de defesa e garantia de direitos prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, de forma direcionada ao público da política de assistência social.

CARACTERIZAÇÃO

No Censo SUAS 2011, das 10.193 entidades mapeadas, 9.456 entidades atuam na assistência social, um pouco mais que as 9.398 registradas no Censo SUAS em

2010. Essas entidades que atuam na assistência social se encontram distribuídas em 1.872 municípios brasileiros, ou seja, em 34% dos mesmos. Entretanto, cabe ressaltar que 40% do total ou 3.827 entidades atuam em localidades para além do município onde estão inscritas.

CARTOGRAMA 1: MUNICÍPIOS SEDE DE REDE ASSISTENCIAL PRIVADA REGISTRADA NO CENSO 2011– BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

Os municípios de 20 a 50 mil e de 100 a 900 mil habitantes, respectivamente de pequeno II e grande porte, concentram 54% das entidades privadas atuantes exclusivamente na seara da Assistência Social ou conjuntamente com outras políticas, como saúde e educação.

A quantidade média de entidades por município, contudo, e ainda mais relevante, o percentual de municípios com rede privada de assistência social eleva-se à medida que aumenta o porte populacional, saindo de 0,4 entidades por município em 22% das localidades de até 20 mil habitantes para a universalização nas metrópoles com uma média de 86 entidades por município.

TABELA 14: DISTRIBUIÇÃO DE ENTIDADES POR PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011

PORTE PO- PULACIONAL	QUANTI- DADE DE ENTIDADES	ENTIDADES POR PORTE	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE MUNICÍ- PIOS COM ENTIDADES	% MUNICÍ- PIOS COM ENTIDADES	ENTIDA- DES POR MUNICÍ- PIOS
PEQUENO I	1.727	18%	3.914	874	22%	0,4
PEQUENO II	1.970	21%	1.043	523	50%	1,9
MÉDIO	1.140	12%	325	210	65%	3,5
GRANDE	3.149	33%	266	248	93%	11,8
METRÓPOLE	1.470	16%	17	17	100%	86,5
BRASIL	9.456	100%	5.565	1.872	34%	1,7

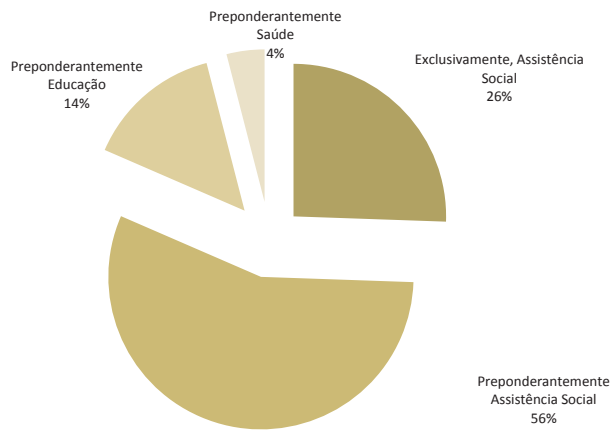
FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

Outra informação sobre a distribuição territorial da rede socioassistencial privada é que, embora a região Sudeste concentre o maior percentual de entidades privadas com 58%; o Sul possui proporcionalmente a maior frequência relativa, ou seja, 21% de entidades privadas para 14% da população brasileira. Verifica-se que a região Norte e Nordeste apresentam as menores concentrações relativas. Para 8% e 28% da população brasileira nessas regiões, existem 2% e 12% das entidades privadas, respectivamente.

A gratuidade dos serviços é uma questão importante na assistência social e, nesse contexto, registrou-se que, entre as entidades que prestam serviços, 67% destas oferecem-nos gratuitamente aos usuários.

Entre as entidades privadas existentes, 26% atendem exclusivamente à área de assistência social e os resultados mostram que a maioria também atende a outras áreas.

GRÁFICO 87: DISTRIBUIÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

Na região Nordeste está concentrada a maior frequência relativa (81%) daquelas entidades que atuam preponderantemente na assistência social, embora o Sudeste tenha a maior concentração absoluta com 3.003 entidades. Verifica-se que as regiões Sul e Sudeste possuem uma frequência relativa de 26% de entidades com predominância na área da educação.

Observa-se que as áreas de atuação secundárias mais frequentes são: educação, cultura e lazer, saúde; independentemente da área de atuação preponderante.

TABELA 15: TOTAIS DE ENTIDADES PRIVADAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO PREPONDERANTE E SECUNDÁRIA – BRASIL - 2011

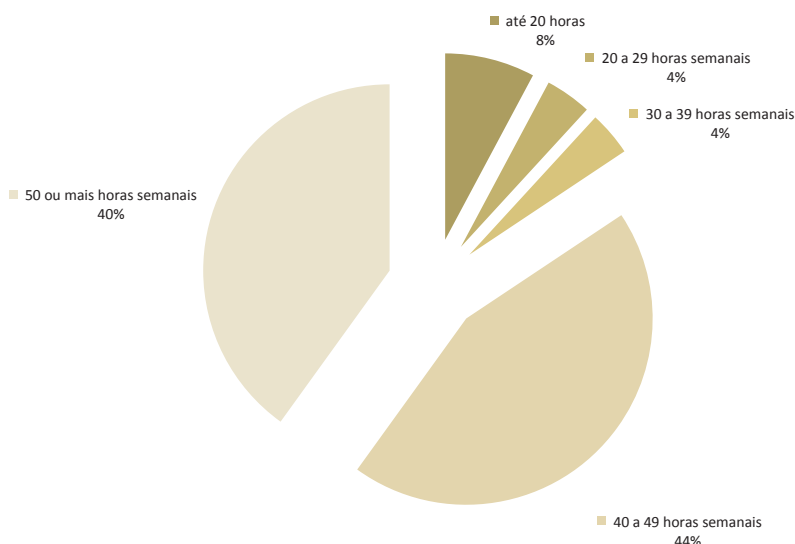
ÁREA DE ATUAÇÃO SECUNDÁRIA	ÁREA DE ATUAÇÃO PREPONDERANTE DA ENTIDADE		
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	EDUCAÇÃO	SAÚDE
ASSISTÊNCIA SOCIAL	17	1.270	359
EDUCAÇÃO	3.188	5	169
SAÚDE	2.500	589	3
TRABALHO E RENDA	1.529	231	50
CULTURA E LAZER	2.601	486	82
ESPORTE	1.561	354	44
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.005	186	51
AGRICULTURA (EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR)	477	45	9

FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

FUNCIONAMENTO

Em relação ao funcionamento das entidades, um fator de destaque foi que 84% das mesmas funcionam durante 40 horas ou mais por semana. Entre essas, registra-se que 22% das entidades têm funcionamento ininterrupto, ou seja, 24 horas durante todos os dias da semana.

GRÁFICO 88: PERCENTUAL DE ENTIDADES POR FAIXA DE HORAS SEMANAIS DE FUNCIONAMENTO – BRASIL – 2011

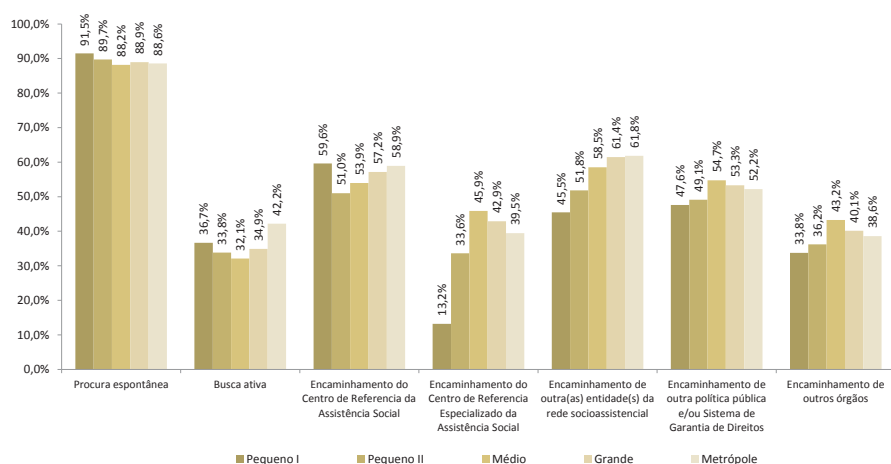


FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

A procura espontânea é a forma de acesso mais frequente (69%), seguida pelos encaminhamentos do Centro de Referência de Assistência Social (50%), de outras entidades da rede socioassistencial (56%) e de outra política pública e/ou sistema de garantia de direitos (51%).

Ainda no que se refere à forma de acesso, comparando-se os diferentes portes populacionais, observa-se que os municípios de porte pequeno I recebem os usuários com mais frequência do que os outros portes por procura espontânea e encaminhados pelo CRAS. Por sua vez, a busca ativa é mais frequentemente empreendida por entidades atuantes em metrópoles.

GRÁFICO 89: PERCENTUAL DE ENTIDADES POR FORMA DE ACESSO DOS USUÁRIOS AOS SERVIÇOS, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS OFERTADOS

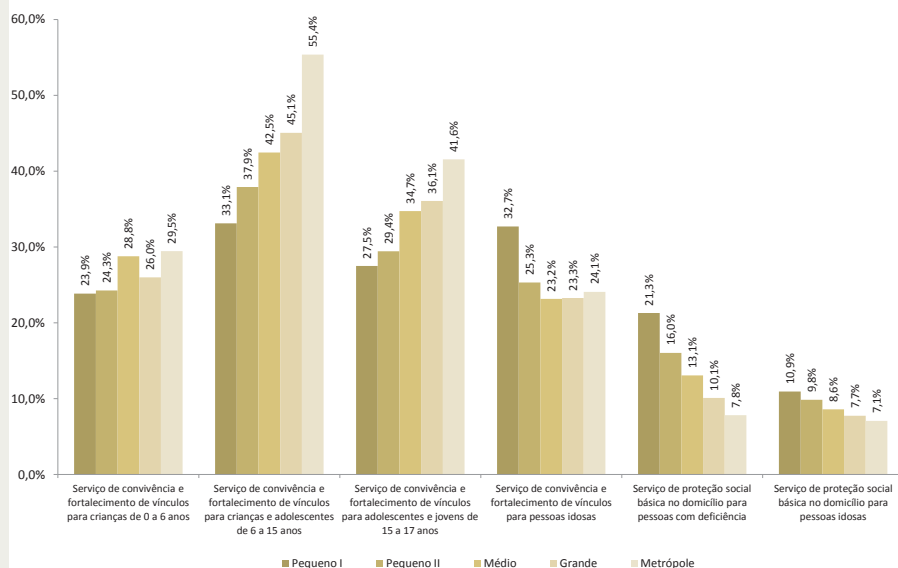
Dos serviços de proteção social básica, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é ofertado com maior frequência, porém a disponibilização é diferente por ciclo de vida, com a maior oferta nos serviços para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, inclusive adolescentes em situação de trabalho infantil (43%) e a menor para pessoas idosas (25%).

O serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas - que tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários - é ofertado para pessoas com deficiência em 13,4% das entidades privadas. Um percentual de 8,8% dessas unidades também disponibilizam esses serviços para pessoas idosas.

Em adição, percebem-se diferenças nas entidades por porte populacional no oferecimento dos serviços de proteção básica. Ocorre um aumento na frequência de entidades que realizam os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, conforme o aumento no porte populacional do município.

Por outro lado, reduz-se progressivamente a frequência de entidades que realizam os serviços de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e pessoas idosas, conforme se eleva a população do município.

GRÁFICO 90: PERCENTUAL DE ENTIDADES POR SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA QUE REALIZA, SEGUNDO PORTE POPUCIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

Com relação ao atendimento de pessoas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), há uma diferença entre os serviços oferecidos. Nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, a maior concentração se encontra nos atendimentos de pessoas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, exceto no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas ou com deficiência, nos quais a maior concentração está nos atendimentos aos beneficiários do BPC.

Por sua vez, a maioria dos pouco mais de 2 milhões de vagas ofertadas pela rede privada no âmbito da proteção social básica é direcionada para crianças e jovens de 6 a 15 e de 15 a 17 anos, faixas etárias que concentram 64% do total de vagas.

TABELA 16: QUANTIDADE DE VAGAS E TOTAL DE ENTIDADES POR OFERTA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – BRASIL – 2011

OFERTA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS			TOTAL DE ENTIDADES		
	MÉDIA	MÁXIMO	TOTAL	REALIZA	ATENDE A PESSOAS DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF	ATENDE A BENEFICIÁRIOS DO BPC
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS (INCLUSIVE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL)	143	26.500	352.381	2.470 26%	2.020 82%	1.100 45%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS	174	90.000	700.402	4.036 43%	3.393 84%	1.712 42%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS (INCLUSIVE PROJovem ADOLESCENTE)	197	90.000	628.425	3.198 34%	2.484 78%	1.339 42%
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOAS IDOSAS	104	25.000	251.543	2.415 26%	1.087 45%	1.441 60%
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	77	9.051	97.542	1.266 13%	916 72%	955 75%
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMÍLIO PARA PESSOAS IDOSAS	52	3.115	42.744	829 9%	436 53%	494 60%

FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

Em adição, cabe ressaltar a referência da rede socioassistencial privada feita por meio do encaminhamento para acompanhamento pelo CRAS (60%) e pelo CREAS (41%).

Dos serviços ofertados pelas entidades no âmbito da Proteção Social Especial de média complexidade, o que apresenta maior frequência (23% ou 2.191 entidades) é a oferta de serviços às pessoas com deficiência e suas respectivas famílias. Entre essas, 84% ou 1.835 entidades atendem aos beneficiários do BPC, enquanto 81% possuem famílias beneficiárias do PBF.

Do total de pouco mais de 1,4 milhão de vagas disponibilizadas pela rede privada no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a maioria ou 54% são direcionadas a pessoas com deficiência e suas famílias bem como ao serviço de abordagem social.

TABELA 17: QUANTIDADE DE VAGAS E TOTAL DE ENTIDADES POR OFERTA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – BRASIL – 2011

OFERTA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS			TOTAL DE ENTIDADES		
	MÉDIA	MÁXIMO	TOTAL	REALIZA O SERVIÇO	ATENDE A PESSOAS DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF	ATENDE A BENEFICIÁRIOS DO BPC
ABORDAGEM SOCIAL	215	30.000	348.191	1.641	1.185	886
				17,40%	72,20%	54,00%
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS	196	46.768	426.791	2.191	1.782	1.835
				23,20%	81,30%	83,80%
PESSOAS IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS	118	27.066	129.372	1.112	488	703
				11,80%	43,90%	63,20%
INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS COM DIREITOS VIOLADOS	214	99.000	245.250	1.159	852	629
				12,30%	73,50%	54,30%
ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (LA) E (PSC)	72	11.000	43.395	610	389	215
				6,50%	63,80%	35,20%
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	124	9.666	77.881	638	278	245
				6,70%	43,60%	38,40%
FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL	277	95.720	157.785	581	469	225
				6,10%	80,70%	38,70%

FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

Ao serem comparados os quatro serviços no âmbito da proteção social especial de alta complexidade, observa-se uma maior frequência na oferta do serviço de acolhimento institucional (abrigo), com uma oferta realizada em 2.066 ou 22% das entidades.

Em particular, cabe ressaltar a elevada frequência, equivalente a 1.258 ou 62% do total de 2.066 entidades que ofertam o Serviço de Acolhimento Institucional, de entidades que atendem aos beneficiários do BPC.

No concernente à distribuição de vagas, constata-se um forte predomínio dos serviços de acolhimento institucional e de proteção à população atingida por calamidades públicas, os quais concentram 95% do total de 219 mil vagas ofertadas pela rede privada no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

TABELA 18: QUANTIDADE DE VAGAS E TOTAL DE ENTIDADES POR OFERTA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – BRASIL – 2011

OFERTA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS			TOTAL DE ENTIDADES	
	MÉDIA	MÁXIMO	TOTAL	REALIZA O SERVIÇO	ATENDE A BENEFICIÁRIOS DO BPC
SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL (ABRIGO)	53	2.610	99.350	2.066	1.258
SERVIÇO DE ACOlhIMENTO EM REPÚBLICA	43	2.320	6.274	181	60
SERVIÇO DE ACOlhIMENTO EM FAMÍLIA ACOlhEDORA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	34	500	5056	170	72
SERVIÇO DE PROTEÇÃO À POPULAÇÃO ATINGIDA POR SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIAS, COM OFERTA DE ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS, ATENÇÕES E PROVISÕES MATERIAIS	217	30.000	108.449	521	205

FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

Entre os outros serviços e programas ofertados, constata-se a maior frequência na oferta de capacitação e promoção da integração ao mercado de trabalho (37%) e de projeto ou programa de inclusão digital (31%), ambos relacionados ao mercado de trabalho.

Por sua vez, houve aumento no percentual de entidades que desenvolvem atividades de assessoramento e defesa e garantia de direitos em relação a 2010, de 68% para 71% das entidades.

GRÁFICO 91: PERCENTUAL DE ENTIDADES POR ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO E DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA .

Entre as atividades de assessoramento e defesa e garantia de direitos empreendidas pela rede privada no âmbito da assistência social, cabe ressaltar a disseminação de ações de monitoramento e controle popular sobre o alcance de direitos socioassistenciais, a qual é desenvolvida por 37% do total de entidades, sendo exercida em percentuais próximos a esse patamar independentemente do porte populacional, um aumento significativo quando comparado aos 11,5% aferidos em 2010.

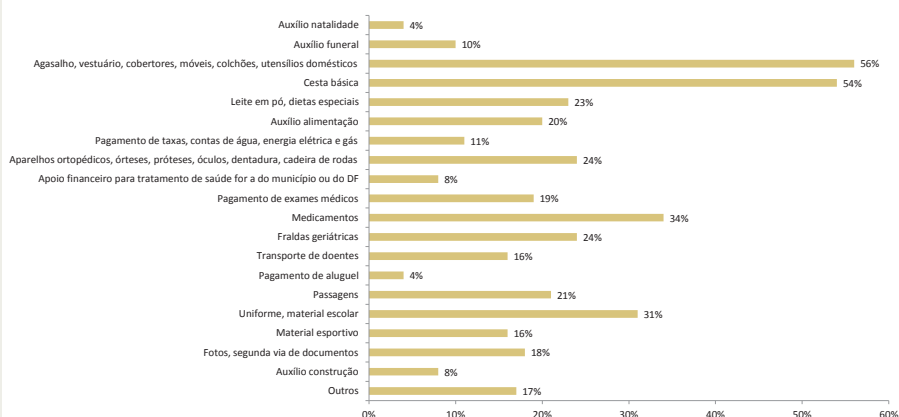
TABELA 19: PERCENTUAL DE ENTIDADES POR ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2010 E 2011, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ANO	PEQUENO I	PEQUENO II	MÉDIO	GRANDE	METRÓ-POLE	TOTAL
ASSESSORAMENTO POLÍTICO, TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	2010	24,1%	24,4%	22,6%	25,8%	22,7%	24,3%
	2011	19,0%	18,4%	19,2%	18,4%	21,8%	19,1%
FORMAÇÃO POLÍTICO-CIDADÃ DE GRUPOS POPULARES, NELA INCLUINDO CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS/AS E LIDERANÇAS POPULARES	2010	10,8%	9,6%	11,0%	11,4%	12,7%	10,9%
	2011	17,4%	20,6%	23,0%	23,3%	29,3%	22,5%
SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES DE INCLUSÃO CIDADÃ, QUE POSSAM APRESENTAR SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PARA ENFRENTAMENTO DA POBREZA, A SEREM INCORPORADAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	2010	16,4%	20,9%	16,8%	19,9%	14,9%	18,2%
	2011	21,7%	29,4%	30,1%	34,2%	36,5%	30,7%
ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES, CADEIAS ORGANIZATIVAS, REDES DE EMPREENHIMENTOS E DE GERAÇÃO DE RENDA	2010	19,7%	22,1%	21,7%	23,3%	23,0%	21,8%
	2011	24,2%	27,2%	27,5%	31,8%	37,5%	29,8%
PRODUÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS QUE AMPLIEM O CONHECIMENTO DA SOCIEDADE SOBRE OS SEUS DIREITOS DE CIDADANIA E DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, BEM COMO DOS GESTORES PÚBLICOS, TRABALHADORES E ENTIDADES COM ATUAÇÃO PREPONDERANTE OU NÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSIDIANDO-OS NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2010	5,5%	4,4%	6,5%	6,5%	8,1%	6,0%
	2011	20,4%	20,7%	23,7%	25,6%	30,0%	24,0%
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE MONITORAMENTO E CONTROLE POPULAR SOBRE O ALCANCE DE DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS E A EXISTÊNCIA DE SUAS VIOLAÇÕES, TORNANDO PÚBLICAS AS DIFERENTES FORMAS EM QUE SE EXPRESSAM E REQUERENDO DO PODER PÚBLICO SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2010	14,8%	12,3%	12,8%	6,7%	10,7%	11,5%
	2011	38,6%	36,5%	38,7%	38,4%	37,2%	37,9%

FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

Das 5.147 entidades que concedem benefícios eventuais, um pouco mais da metade concede a cesta básica (54%) e agasalho, vestuário, cobertores, móveis, colchões e utensílios domésticos (56%) e menos de 10% concede: auxílio construção (8%); pagamento de aluguel (4%), apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município ou do Distrito Federal (8%) e auxílio natalidade (4%).

GRÁFICO 92: PERCENTUAL DE ENTIDADES QUE CONCEDEM BENEFÍCIOS EVENTUAIS, POR TIPO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS – BRASIL – 2011

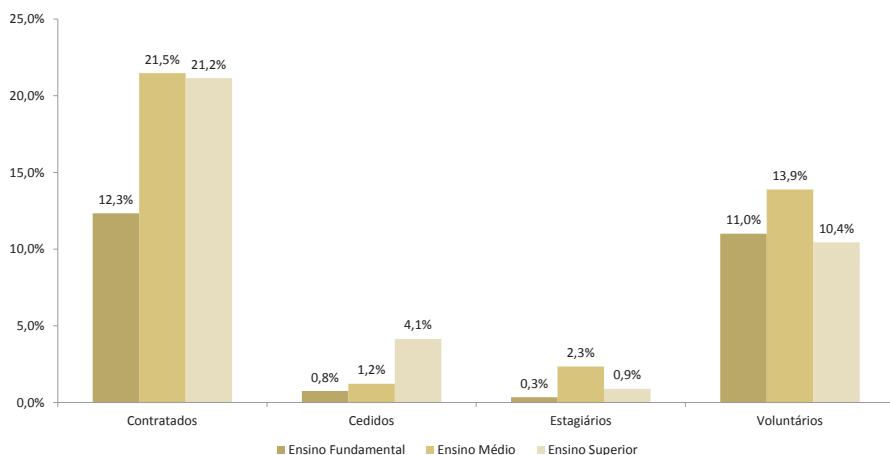


FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

RECURSOS HUMANOS

A distribuição dos trabalhadores por vínculo empregatício e escolaridade nas entidades privadas mostra que um pouco mais da metade ou 55% dos trabalhadores são contratados e que 37% dos trabalhadores possuem Ensino Superior. Outro dado que merece destaque é o percentual de voluntários (35%) nessas entidades.

GRÁFICO 93: PERCENTUAL DE TRABALHADORES POR VÍNCULO E ESCOLARIDADE – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

No que se refere à formação profissional dos recursos humanos, observa-se que o percentual de profissionais com formação superior em assistência social (7%) e psicologia (6%) é inferior ao de pedagogos (25%), mesmo comparando-se às entidades exclusivamente de assistência social, embora as diferenças percentuais sejam menores com 17% de assistentes sociais, 18% de pedagogos e 11% de psicólogos.

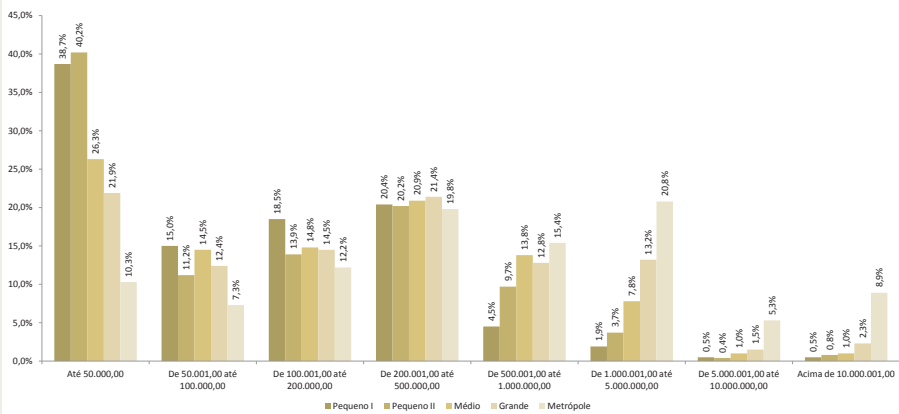
FINANCIAMENTO

Os recursos financeiros são fundamentais para o planejamento e a efetivação das ações da Entidade, bem como para a manutenção e a obtenção de recursos humanos. No Censo SUAS 2011, identificam-se nas faixas de receita total de até R\$50.000,00 e de R\$200.001,00 a R\$500.000,00 as maiores concentrações de entidades por distribuição de recursos financeiros, com respectivamente 27% e 21%.

Ao ser analisada a distribuição da receita financeira total em 2010, segundo o porte populacional dos municípios em que estão localizadas as entidades, observa-se que nas faixas superiores a R\$1.000.000,00 a concentração aumenta à medida que se eleva o porte populacional.

Por outro lado, 56% das entidades com receita anual de até R\$50.000,00 atuam nos municípios com até 50 mil habitantes. Os resultados representam uma tendência esperada, na qual os recursos disponíveis acompanham o porte populacional.

GRÁFICO 94: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ENTIDADES POR RECEITA FINANCEIRA TOTAL DA ENTIDADE EM 2010, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL – BRASIL – 2011



FONTE: CENSO SUAS 2011 – REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA.

As entidades em geral possuem mais de uma fonte de financiamento, entre as quais a fonte pública, com recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas, é aquela que aparece na maioria das entidades (79%). Também são fontes de financiamento em mais da metade das entidades as fontes próprias, com recursos decorrentes de mensalidade sem doações dos membros e entidades privadas (62%), e privadas, com recursos de doações eventuais (59%).

Outro aspecto que impacta os recursos financeiros das entidades socioassistenciais privadas são as isenções e/ou imunidades respaldadas em normativos legais. A maior parte das entidades privadas, correspondente a 74% dos casos, possuem isenções e/ou imunidades. Entre essas entidades, ou seja, das 6.975 entidades que possuem isenções ou imunidades, 72% são das taxas e tributos municipais, 65% do imposto de renda, 55% da contribuição patronal e 47% das taxas e tributos estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta publicação encerra os principais resultados do Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2011, abarcando pela primeira vez os Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua, para além das temáticas já analisadas nas edições anteriores, refletindo o permanente e conjunto esforço da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) em evidenciar os avanços e desafios presentes no processo de consolidação do SUAS.

Nesse contexto, cabe preliminarmente ressaltar a quase universalização dos CRAS no País, cujo quantitativo passou de 4.195 unidades distribuídas em 3.159 municípios em 2007 para 7.475 centros em 5.264 municipalidades no ano de 2011, ou 94% do total de 5.565 municípios no País. Essa evolução ocorreu sem prejuízo às equipes atuantes nessas unidades, cujo tamanho médio passou no mesmo período de 6,1 para 7,9 profissionais por CRAS.

Avanços também foram verificados na presença de equipamentos relevantes, como computadores, existentes em 7.369 centros, sendo que em 6.523 CRAS também havia conexão à internet. O conjunto dessa rede física, humana e computacional permitiu o acompanhamento de 1,572 milhão de famílias pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no mês de agosto de 2011, bem como a oferta do PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em 100% e 91% dos CRAS, respectivamente.

Sob o prisma dos desafios ainda presentes, cabe ressaltar os baixos índices de acessibilidade, conforme preconizado pela ABNT. De fato, somente 1.248 ou 17% dos CRAS apresentavam os quatro ambientes pesquisados devidamente adaptados e quase todos ou 94% das unidades não dispunham de outros tipos de adaptação essenciais para pessoas com deficiência, como profissionais com conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e pisos táteis para indicar direções ou alertar para barreiras e desvios.

Em adição, evidencia-se a necessidade de fortalecimento da Vigilância Social, como pode ser depreendido pela ausência de mapas e diagnósticos dos territórios de abrangência dessas unidades em 45% e 31% dos CRAS, respectivamente.

No tocante aos CREAS, cabe destacar o crescimento recorde dessas unidades no biênio 2010/2011, cujo montante evoluiu de 1.590 em 2010 para 2.109 centros, distribuídos em 1.907 municípios, em 2011, ou 33% em um ano, o maior aumento desde o início das pesquisas efetuadas no âmbito do Censo SUAS.

Especificamente, o Serviço Especializado de Abordagem Social, fundamental na identificação e atendimento a indivíduos que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência, foi ofertado em 1.296 unidades, ou 61% do total.

Similarmente aos CRAS, contudo, os CREAS também padecem de baixos índices de acessibilidade, com somente 200 unidades ou 10% do total com os quatro ambientes pesquisados, adaptados conforme a NBR 9050 da ABNT. Para além disso, a própria expansão vertiginosa ensejou uma redução do tamanho médio das equipes atuantes nessas unidades, de 9,3 por CREAS, em 2009, para 9, em 2010 e 8,7, em 2011 apesar do aumento absoluto de funcionários de 11.195 para 18.265 no triênio 2009/2011.

Por seu turno, o primeiro levantamento de dados relativos aos Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (CENTROS POP) registrou a existência de 90 unidades, distribuídas em 21 estados.

Entre as atividades desempenhadas, sobressaem as de apoio à obtenção de documentação pessoal e encaminhamento para a rede de serviços socioassistenciais e rede de saúde, exercidas em todos os centros pesquisados. Um fator positivo é a força de trabalho presente nesses centros, a qual remontou a 1.187 pessoas, perfazendo uma elevada média de 13,2 profissionais por equipe. Um dado negativo, no entanto, é que 50% desses trabalhadores não tenham vínculo empregatício permanente.

A Gestão Municipal, por sua vez, temática basilar ao censo SUAS, registrou 5.416 municípios respondentes. Em relação à tríade fundamental da assistência social composta pela presença de conselho, fundo e plano municipal de assistência social, 91% e 90% declararam possuir Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), respectivamente.

Dados relevantes também emergiram da incidência de oferta de serviços, como a presença do PAIF em 96% dos municípios, dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em percentuais entre 75% e 96%, conforme a faixa etária do público-alvo, a presença de serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade entre 30% a 60% dos municípios, conforme o tipo; e a existência de quase 200 mil vagas declaradas em abrigos, sendo 2/3 das mesmas em unidades conveniadas e o restante em unidades públicas de acolhimento institucional.

Não obstante, permanecem os desafios da rotatividade potencial decorrente do vínculo não permanente de emprego dos trabalhadores da assistência social, o qual atingiu 52% dos 232.085 profissionais declarados em 2011; bem como da estruturação efetiva das áreas de vigilância social e gestão do trabalho, ausentes em 46% e 49% dos municípios, respectivamente.

No concernente à Gestão Estadual, sobressaíram dados alvissareiros, como a redução do quantitativo de estados com oferta direta de serviços: de 13 para 7 na proteção social básica, de 14 para 10 na proteção social especial de média complexidade e de 20 para 17 na de alta complexidade, o que vem ao encontro do disposto pela NOB/SUAS. Em adição, todos os estados declararam efetuar capacitações técnicas em seus respectivos municípios, sendo que em 17 estados registrou-se mais de 50% dos municípios com ao menos uma visita técnica pelo estado ao longo do ano de 2010.

Outro dado positivo foi a elevação da incidência de cofinanciamento estadual, o qual passou de 21 para 24 estados no âmbito dos serviços de proteção social básica e de 16 para 22 unidades da Federação na proteção social especial de média complexidade.

Como um contraponto e similarmente ao detectado na gestão municipal, as áreas de vigilância social e gestão do trabalho apresentam um parco desenvolvimento, estando ausentes em 54% e 42% dos estados, respectivamente, o que reforça a necessidade de se apoiar e disseminar a estruturação dessas instâncias nos estados e municípios.

Com respeito ao papel fundamental no contexto da assistência social desempenhado pelo controle social, manteve-se praticamente estável a quantidade

de conselhos municipais de assistência social (CMAS) registrados, equivalente a 5.254 ou 94% do total de municípios brasileiros.

De forma positiva, pôde-se aferir uma evolução em aspectos institucionais, como o aumento da presença de secretaria executiva de 59%, em 2010, para 63% dos CMAS, em 2011; de infraestrutura, como o crescimento da média de salas de uso exclusivo dos conselhos para até 15 pessoas; de recursos humanos, com a incidência de secretarias executivas dos conselhos municipais sem funcionários caindo de 50% para 9%; e de dinâmica de funcionamento, com 92% dos conselhos declarando fiscalizar as respectivas redes socioassistenciais.

Diversos reveses ou barreiras à atuação dos CMAS, entretanto, continuam presentes, como a previsão de recursos para o funcionamento dos Conselhos em somente 54% dos casos, com forte variação por região e ainda maior por porte populacional, alcançando 94% nas metrópoles; e a ainda parca regulamentação pelos Conselhos, por meio de resolução própria, dos benefícios eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social, conforme disposto pelo Decreto n. 6307/2007 e Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social n. 39 de 2010, a qual foi efetuada por aquém da metade, ou 42%, dos Conselhos.

O controle social da assistência social na esfera estadual, por sua vez, também denota uma evolução gradual, por meio de dados positivos como a presença de secretaria executiva e a apreciação do demonstrativo sintético de execução cofinanciada em todos os CEAS, bem como a elevada qualificação funcional de seus membros constituintes, com 86% do total de 544 conselheiros registrados com formação no Ensino Superior. Em conjunto com diversos outros dados, essas informações corroboram que, de forma geral, os CEAS apresentam-se comparativamente mais bem estruturados do que suas contrapartes em âmbito municipal.

Entrementes, como em todas as demais searas da assistência social, os desafios persistem na esfera dos CEAS, seja no âmbito dos recursos humanos, como revelado pela existência de secretarias executivas com apenas 1 funcionário; seja no próprio exercício de suas atribuições, como na apreciação dos planos de ação de assistência social estaduais, dos relatórios dos respectivos fundos (FEAS) e na consecução de fiscalização da rede socioassistencial em seu território, por somente 22, 24 e 19 Conselhos, respectivamente.

Finalmente, o Censo SUAS também mapeou pela segunda vez as entidades privadas de assistência social conveniadas ou certificadas como entidades beneficentes de assistência social (CEBAS). Em seu conjunto, foram computadas 9.456 entidades, contra 9.398 em 2010, concentradas principalmente nas regiões Sul e Sudeste, com respectivamente 21% e 58% do total.

Essas entidades têm suas sedes em 1.872 municípios distintos, embora várias delas atuem em mais de uma localidade. Embora toda qualificação ainda deva ser relativizada tendo em vista as especificidades das entidades privadas frente à rede pública do SUAS, afigura-se haver uma conformação positiva dessas unidades frente às necessidades da população em situação de aguda vulnerabilidade social, com 6.391 delas afirmando ofertar gratuitamente todos os seus serviços, bem como 84% das mesmas funcionarem ao menos 40 horas por semana, sendo que 22% registraram operar ininterruptamente, ou 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Por sua vez, aparentemente existe uma gama de serviços nas entidades privadas distinta da ofertada pelas unidades públicas, uma vez que alguns dos principais serviços previstos nos normativos legais atingem somente 43% das entidades, no caso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, maior percentual aferido entre todos os serviços; 23% no tocante à proteção social especial de média complexidade dirigida a pessoas com deficiência e 22% na oferta de vagas de acolhimento institucional ou abrigo.

Em síntese, o panorama fornecido pelo Censo SUAS 2011 e sua contraposição aos dados oriundos de suas edições anteriores demonstra a evolução consistente e gradual na estruturação do SUAS em suas diversas instâncias, desde a gestão no âmbito de municípios e estados até o exercício do controle social pelos conselhos e a atuação específica das unidades públicas como os CRAS, CREAS e os novos Centros POP, além de revelar e progressivamente qualificar o espectro de ação de uma extensa rede de entidades privadas atuantes na seara da assistência social, cuja sinergia frente ao papel desempenhado pelo poder público poderá ser estimulada a partir dos dados levantados.

Por outro lado, inúmeros óbices ao aperfeiçoamento das unidades e instâncias da assistência social também foram evidenciados no decorrer das análises, cuja identificação espera-se possa colaborar, ainda que como primeiro passo, em sua superação; no bojo do processo de evolução permanente vivenciado por essa

antítese à vulnerabilidade social e pobreza extrema consubstanciada no Sistema Único de Assistência Social.

Finalmente, gostaríamos mais uma vez de reiterar os agradecimentos aos gestores, conselheiros e profissionais atuantes nas diversas unidades de assistência social, tanto municipais como estaduais, que se municiaram da abnegação necessária para englobar, entre suas diversas atribuições, o preenchimento dos diversos questionários que subsidiaram e viabilizaram a presente publicação do Censo SUAS 2011.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2009 CRAS** – Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2010: CRAS, CREAS, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual, Rede Privada** – Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 06 jun. 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal: SUAS e população em situação de rua**. v. 1. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS Anotada/2009**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Monitoramento SUAS: censo CRAS 2008** – Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS** Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – **Serviço Especializado em Abordagem Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 04 jun. 2012b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – **Estatística**. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/index.asp>.> Acesso em: 15 jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 7.053** de 23 de Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm.> Acesso em: 11 jun. 2012.



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

